

A COLONIZAÇÃO AS MARGENS DO RIO URUGUAI NO  
EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Atuação da Cia Territorial Sul Brasil

- 1 9 2 5 a 1 9 5 4 -

ALCEU ANTONIO WERLANG

Dissertação apresentada ao Curso de  
Pós-Graduação em História do Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal de Santa Catarina,  
como requisito parcial à obtenção do  
grau de MESTRE EM HISTÓRIA.

Florianópolis - julho de 1992

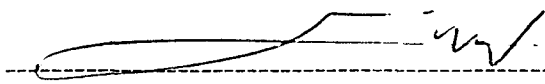
A COLONIZAÇÃO AS MARGENS DO RIO URUGUAI NO  
EXTREMO OESTE CATARINENSE.

Atuação da Cia Territorial Sul Brasil

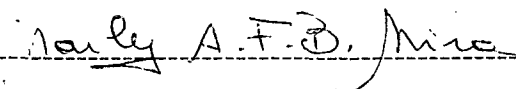
1 9 2 5 a 1 9 5 4 -

ALCEU ANTONIO WERLANG

Dissertação julgada e aprovada em sua  
forma final, pelo Orientador e Membros  
da Banca Examinadora, composta pelos  
Professores:

  
-----  
Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa - Orientador

  
-----  
Prof. Dr. Valberto Dirksen

  
-----  
Profa. Dra. Marly Anna Fortes B. Mira

Florianópolis, 14 de agosto de 1992

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Carlos Humberto Corrêa, pela amizade e orientação no decorrer da Pesquisa;

A FUNDESTE pela indicação ao mestrado e a oportunidade concedida para a elaboração da presente Dissertação;

À Lu e à Mana que me incentivaram e ajudaram a concluir este trabalho;

Ao Arquiteto Marcelo Werle que contribuiu com seu conhecimento e acervo fotográfico;

Aos Funcionários das Prefeituras, Arquivos e Museus que facilitaram o acesso a documentação pesquisada;

Aos entrevistados, vários deles "in Memoriam", cujas informações foram fundamentais para realização desta Pesquisa;

À Eli Maria Bellani que possibilitou acesso ao computador facilitando sensivelmente este trabalho;

Ao Pe. Tedesco pela leitura desta Dissertação e as correções efetuadas;

Aos amigos, Santo Rosseto, Arlene Renk e Pedro Uczai pela disposição em contribuir;

Aos familiares pelo incentivo e apoio.

## RESUMO

Este trabalho objetiva estudar o processo de colonização do Oeste Catarinense a partir da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Analisa a disputa da região e o processo de colonização efetuado pela referida colonizadora até o ano de 1954, quando da criação dos primeiros municípios na área colonizada por esta Companhia.

Para tanto, a dissertação foi dividida em cinco capítulos. O primeiro enfoca a disputa da região entre Portugal e Espanha, seguida da que ocorreu entre Brasil e Argentina, e finalmente entre os estados do Paraná e Santa Catarina. O segundo capítulo aborda a disputa das "terras devolutas" ocorrida entre diferentes grupos econômicos. As terras colonizadas pela Cia. Sul Brasil foram amplamente disputadas com a Brazil Development que as considerava suas a partir de uma concessão feita pelo Estado do Paraná.

O terceiro capítulo trata da criação da Cia. Sul Brasil e da política de colonização adotada pela colonizadora através do seu Diretor Gerente Carlos Culmey. A demarcação e a revenda dos lotes, bem como o tratamento dispensado aos posseiros são vistos na parte final deste capítulo. No quarto capítulo analisa-se o fluxo migratório ocorrido no período de 1922 a 1954 nas terras colonizadas pela Cia. Sul Brasil. A seguir são enfocadas as principais dificuldades enfrentadas pelos pioneiros no Oeste Catarinense. No último capítulo descreve-se o desenvolvimento do comércio e da indústria que resultaram no surgimento das cidades. Após esta descrição analisam-se as dificuldades por que está passando a pequena propriedade e o conseqüente êxodo rural.

Conclui-se que as companhias colonizadoras exerceram um papel fundamental na ocupação do Oeste Catarinense. A divisão da região em pequenas propriedades atendeu ao interesse do Estado em ocupar efetivamente a região e das colonizadoras que assim conseguiram maiores lucros, uma vez que a região coberta de densas florestas não interessava ao latifúndio pecuário. Além das terras, o lucro das colonizadoras provinha da comercialização das madeiras.

A partir da implantação da agroindústria, mais especificamente do sistema de produção integrada, grande parte das pequenas propriedades foram expropriadas, formando, assim, novas correntes migratórias, entre elas para o Rio Grande do Sul, estado que forneceu inicialmente quase todo contingente populacional do Oeste Catarinense.

## ABREGÉ

Le but de cette dissertation est d'étudier le déroulement de la colonisation de l'Ouest de Santa Catarina, déclanchée par la compagnie de colonisation "Sul Brasil". L'analyse se rapporte à la disputation de sa région dans le cadre de ce déroulement jusqu'à 1954, lors de la création des premières communes sur le territoire en question.

On y arrivera par la succession de cinq chapitres complémentaires. Le premier se rapporte directement à la disputation du territoire entre Portugal et l'Espagne, entre le Brésil et l'Argentine et, finalement, entre les provinces brésiliennes du Paraná et de Santa Catarina.

Dans le troisième chapitre on analyse la création de la compagnie "Sul Brasil", la politique de colonisation imprimée par son Directeur Régisseur, l'aleman Carlos Culmey. La démarcation et la revente des lots, aussi bien que le traitement dispensé aux "posseiros", en font partie, au bout de ce chapitre. Dans le quatrième chapitre, l'analyse regarde le flux d'émigration y vérifié entre 1922 et 1954.

À la suite, l'étude envisage les difficultés auxquelles ont du faire face les "pioneiros" de l'Ouest de Santa Catarina. Au dernier chapitre on décrira le développement du commerce et de l'industrie donnant origine aux premières villes. À la suite de cette description, on fait l'analyse des problèmes actuels tombés sur la petite propriété rurale et dont la conséquence est l'exode.

À guise de conclusion, on cherchera de montrer que les entreprises de colonisation ont joué un rôle fondamental dans l'occupation de l'Ouest de Santa Catarina. La division

de cette région en petites propriétés a été pratiquée à l'intérêt de l'état désireux de voir occupée deffinifivement cette terre, mais aussi en faveur des compagnies de colonisation, dont les revenus ont été innombrables, étant donné que cette région était couverte par des imenses forêts qui n'intéressaient pas aux latifundia d'élevage. Outre la terre en elle même, le revenu des compagnies de colonisation parvenait du commerce de ce bois.

Dés l'industrialisation agraire, plus précisément de la "production intégrée", la plupart de petites propriétés ont subi l'expropriation, ce qui déclancha des nouveaux mouvements migrateurs, entre autres celui de retour au Rio Grande do Sul, province qu'auparavant avait fourni presque l'entière population d'origine de Santa Catarina.

## SUMÁRIO

	Página
Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abregé .....	vi
Lista de Anexos .....	x
Lista de Fotos e Mapas .....	xi
Introdução .....	1
<b>CAPÍTULO I - Oeste Catarinense - Uma Longa Disputa ...</b>	<b>8</b>
1. Portugal e Espanha .....	9
2. A Disputa entre Brasil e Argentina .....	11
3. Disputa entre Paraná e Santa Catarina .....	15
<b>CAPÍTULO II - Política de Colonização do Oeste .....</b>	<b>24</b>
1. O Estado e as Terras Devolutas .....	25
2. Contratos Celebrados entre José Rupp e o Governo do Estado .....	29
3. Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Ca- tarinense .....	30
4. Brazil Development X Empresa Oeste Catari- nense .....	34
5. As Companhias Colonizadoras do Extremo Oeste Catarinense .....	38
5.1. Chapecó-Peperi LTDA. ....	40
5.2. Volksverein .....	42
5.3. Barth, Benetti e Cia .....	43
5.4. Bertaso, Maia e Cia .....	43
<b>CAPÍTULO III - A Companhia Territorial Sul Brasil ....</b>	<b>48</b>
1. A Constituição da Cia Sul Brasil .....	49
2. O Diretor Carlos Culmey - 15 anos na direção .....	50
3. A Demarcação dos Lotes .....	56
4. Propaganda da Cia Sul Brasil .....	59
5. A Venda dos Lotes .....	60
6. Carlos Culmey e as Estratégias de Coloniza- ção .....	62
7. Cia Sul Brasil - Diversas Visões a respeito .....	68
8. A Companhia e a Questão dos Possesiros .....	72



CAPÍTULO IV - O Processo de Ocupação Efetuado pela Cia Sul Brasil .....	91
1. A Colonização Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul .....	92
2. Causas da Expansão Gaúcha para o Oeste Catarinense .....	96
3. Fluxo Populacional entre 1922 a 1954 - Cia Sul Brasil .....	99
4. Origem do Fluxo Migratório de 1925 a 1931 ..	106
5. As Principais Dificuldades Enfrentadas pelos Pioneiros .....	109
6. Mosquito - Um Ferrenho Inimigo dos Pioneiros	117
7. Duas Décadas de Dificuldades .....	119
8. Teuto-russos, Uma Emigração Estrangeira ....	122
 CAPÍTULO V - O Surgimento dos Núcleos Urbanos .....	 133
1. O planejamento dos Núcleos Urbanos .....	134
2. O Comércio da Madeira .....	142
3. O Desenvolvimento do Comércio .....	146
4. A Atividade Industrial .....	152
5. A Criação dos Primeiros Municípios .....	157
 Conclusão .....	 164
 Fontes Primárias .....	 174
 Bibliografia .....	 175
 Depoimentos Orais Obtidos pelo Autor .....	 180
 Anexos .....	 182

## LISTA DE ANEXOS

	Página
01 - Cópia do Contrato de 13 de julho de 1920. Construção da Estrada Herval Velho ao Rio Canoas .....	183
02 - Pedido do Pagamento feito pela Cia. Sul Brasil ao governo do Estado .....	186
03 - Contrato de Sociedade da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense LTDA. ....	188
04 - Contrato da Construção da Estrada de Vila Cruzeiro a Passo Bormann .....	196
05 - Contrato de Arrendamento de Ervais, assinado em janeiro de 1919 .....	199
06 - Relatório de 1938 enviado pela Cia. Sul Brasil a Diretoria de Terras e Colonização .....	203
07 - Documento da Cia. Sul Brasil enviado ao Interventor Federal no Estado de Santa Catarina .....	208
08 - Cópia do documento publicado pela Brazil Development na Imprensa Oficial (IOESC) em 20 de abril de 1920 .....	212
09 - Declaração referente ao contrato de compra e venda de terra da Cia. Territorial Sul Brasil .....	213
10 - Reflexões sobre a disputa da terra entre a Empresa Oeste Catarinense e a Brazil Development and Colonization Company .....	214
11 - Discurso Proferido em abril de 1929 pelo Presidente Adolpho Konder, em Cascalho - Palmitos .....	221
12 - Exemplar de um Contrato de Promessa de Compra e Venda da Cia. Sul Brasil .....	222

## LISTA DE FOTOS E MAPAS

	Página
FOTO 01 - Carlos Culmey .....	52
FOTO 02 - Ponte sobre o Lageado Moraes .....	58
FOTO 03 - Visita do Bispo a São Carlos .....	64
FOTO 04 - Primeiro prédio escolar de São Carlos .....	67
FOTO 05 - Casa do Imigrante .....	111
FOTO 06 - Pesca no Rio Uruguai .....	113
FOTO 07 - Acampamento dos Teuto-russos em Riqueza ....	124
FOTO 08 - Palmitos em 1932 .....	135
FOTO 09 - Passarinhos na década de 1930 .....	138
FOTO 10 - Praça de São Carlos .....	140
FOTO 11 - Construção típica no ciclo do fumo .....	149
FOTO 12 - Casa típica alemã no meio urbano .....	151
MAPA 01 - Região Oeste de Santa Catarina - Área de atuação das Companhias Colonizadoras .....	39
MAPA 02 - Área Colonizada pela Cia. Sul Brasil no Oeste de Santa Catarina .....	63
MAPA 03 - Municípios criados na Área Colonizada pela Cia. Sul Brasil no Oeste de Santa Catarina ..	160

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo estudar o processo de colonização do oeste catarinense a partir da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. A primeira parte deste trabalho aborda a disputa da região entre países, estados e empresas colonizadoras e a segunda trata da proliferação dos municípios da região.

O estudo da colonização do oeste catarinense exige algumas colocações preliminares. Esta região esteve por longo tempo em disputa entre Portugal e Espanha, no período colonial; depois, no período das independências", a disputa continuou entre Brasil e Argentina. Em 1895, sob a arbitragem do Presidente Cleveland dos Estados Unidos, a região passou a pertencer definitivamente ao Brasil. Começou, então, a disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina, questão resolvida em 1915, com a intermediação do Governo Federal, resultando na divisão do território contestado.

A posse da terra, durante este período, era disputada entre índios, caboclos, fazendeiros e empresas colonizadoras. O maior conflito havido é conhecido como a Guerra do Contestado, que envolveu, de um lado, os posseiros, e do outro lado a polícia particular da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e o Exército brasileiro. Esta guerra terminou em 1915, depois que grande parte dos posseiros haviam sido eliminados.

A Guerra do Contestado, no entanto, não foi o único foco de resistência ao avanço das empresas colonizadoras. Mas, como ofereciam uma resistência isolada e em pequenos grupos, os posseiros facilmente eram eliminados pelas colonizadoras sem que houvesse maiores repercussões a nível de país.

Durante o século XVIII, o oeste catarinense já havia sido ocupado, a partir do norte, pelas fazendas de criação de gado bovino. A parte sul, coberta de densas matas impróprias para a pecuária, foi ocupada no século seguinte, principalmente a partir da extração da erva mate. Apesar da instalação da Colônia Militar do Chapecó, em março de 1882, o Governo Imperial não demonstrava maior preocupação com o desenvolvimento sócio-econômico da região.

A ocupação efetiva da região se deu somente a partir de 1917 com a instalação das empresas colonizadoras que passaram a comercializar as terras e madeiras da região. O crescimento foi tão intenso, que meio século depois, o oeste catarinense foi dividido em diversos municípios constituídos basicamente pela pequena propriedade.

Entre as empresas que atuaram no antigo Chapecó criado em 1917 podemos destacar a Bertaso e Maia, Barth e Benetti, Chapecó Peperi, Volksverein e a Sul Brasil.

A escolha da Companhia Territorial Sul Brasil para o presente estudo deve-se a várias razões. Uma delas é o fato de ter sido a empresa que colonizou a maior área no extremo oeste catarinense e de ter sido a responsável também pela introdução do maior número de estrangeiros na região. Pesou também na escolha do presente estudo o fato de a Cia. Sul Brasil ter introduzido colonos das diferentes regiões do Rio Grande do Sul sem se importar com a origem étnica ou credo religioso, bem como a distribuição dos mesmos em suas terras, para evitar conflitos.

A área colonizada pela Cia. Sul Brasil, localizada entre os rios Chapecó, Uruguai e Antas, deu origem aos seguintes municípios: Palmitos, São Carlos, Maravilha, Iraceminha, Pinhalzinho, Cunha Porã, Caibi, Saudades, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Riqueza e São Miguel da Boa Vista.

O estudo do processo de colonização é importante para se entender o surgimento de inúmeros municípios de pequeno porte, constituídos por pequenas propriedades, sobre as quais se implantou a agroindústria. Atualmente, grande parte da pequena propriedade se encontra em sérias dificuldades por terem sido excluídos do sistema de fomento implantado pelas mesmas agroindústrias.

O grande número de proprietários excluídos do sistema de criação de aves e suínos pelo sistema integrado gerou uma desvalorização da pequena propriedade, cuja exploração nem sempre é viável economicamente. Muitas delas são abandonadas ou vendidas a preços que nem sempre cobrem o valor das benfeitorias. A concentração das terras só não é mais intensa devido ao relevo acidentado que impede a mecanização da maioria destas propriedades. As cooperativas da região, cientes desta situação, buscam alternativas para seus associados. Depois de ter fracassado a plantação da cana de açúcar para a produção do álcool, as mesmas estão incentivando a criação do bicho da seda e a plantação de árvores frutíferas, que ainda estão para apresentar os primeiros resultados.

Atualmente ainda predomina a pequena propriedade nos 13 municípios colonizados pela Sul Brasil, apesar da descapitalização das mesmas. Esta população passa por um processo de marginalização, quer permaneça no campo ou não.

O presente trabalho privilegia o estudo da implantação da pequena propriedade responsável pelo desenvolvimento sócio-econômico do oeste catarinense, atualmente ameaçado pela agroindústria, que se desenvolveu a partir dela. Para tanto, realizamos um estudo da produção bibliográfica sobre a região e principalmente um levantamento de dados a partir da documentação da extinta Cia. Sul Brasil, localizada no Museu Pe. Fernando Nagel, em

Maravilha, e na antiga sede da companhia, em Porto Alegre. Foram coletados dados, ainda, no Arquivo Público de Florianópolis e nas prefeituras municipais de São Carlos, Palmitos, Maravilha e Caibi. Contribuíram ainda com seus acervos particulares topógrafos e arquitetos da região.

Os cinco capítulos deste trabalho foram complementados com informações colhidas em 20 entrevistas gravadas, realizadas com pioneiros dos municípios de São Carlos, Palmitos, Caibi e do distrito de Riqueza, região por onde começou a instalação dos primeiros colonos.

O primeiro capítulo trata da disputa das terras da região ocorrida, desde 1494, quando da assinatura do tratado de Tordesilhas, até 1916, quando da definição dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Apesar de as terras terem sido disputadas desde o século XV, a ocupação mais efetiva da região se deu a partir de 1895, quando o território em questão passou a pertencer ao Brasil. Desde então, as terras passaram a ser cobiçadas, quer pela exploração da erva mate e madeiras, quer pela possibilidade da comercialização das terras. Esta valorização das terras acelerou a definição dos limites entre Brasil e Argentina e Paraná e Santa Catarina. Entre os dois estados, o impasse gerado foi solucionado com a divisão do território em disputa.

A disputa da terra não terminaria aí, como poderemos ver no segundo capítulo. Como as concessões das terras eram feitas pelo Estado a um preço bem abaixo do valor real, as mesmas eram amplamente disputadas entre as empresas colonizadoras. Acabava vencendo quem tivesse maior poder político, como poderemos ver no caso das terras colonizadas pela Sul Brasil. As mesmas também eram pleiteadas pela Brazil Development, subsidiária da Brazil Railway. Pesou, no caso, a força dos deputados estaduais Henrique Rupp Junior e

Abelardo Luz, filho do então governador Hercílio Luz, acionistas da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, criada para colonizar estas terras.

A Brazil Development, no entanto, foi devidamente compensada com outras terras da região. Conseguiu, inclusive, fazer com que o governo estadual rescindisse contratos de construções de estradas de rodagem para aumentar sua área. Tomando para si a construção dessas estradas, conseguia mais terras para repassar a outras colonizadoras a preços bem superiores.

Neste capítulo tratamos ainda da política de ocupação do oeste catarinense. Transparece, nos contratos realizados entre o governo estadual e as empresas colonizadoras, a preferência pela pequena e média propriedade, dependendo da finalidade a que se destinaria. Sobre essas empresas trataremos no final do segundo capítulo.

O capítulo III é destinado à criação e atuação da Cia. Sul Brasil. Embora a mesma tenha adquirido os bens da Empresa Oeste Catarinense, vários acionistas eram os mesmos. Com esta troca, o que ocorre de significativo é que a nova empresa passou a pertencer totalmente a empresários gaúchos. Nem mesmo José Rupp, que havia assinado os contratos de concessões de terras, passou a fazer parte da mesma. É enfocada ainda, neste capítulo, a figura de Carlos Culmey que coordenou o processo de colonização até 1939, quando morreu tragicamente nas águas do Rio Uruguai. Percebe-se que sua experiência e estilo de colonizar estiveram presentes neste período.

A demarcação dos lotes e a distribuição dos colonos nos mesmos é semelhante a outras áreas em que Culmey coordenou a colonização. Enfocamos também as estratégias de colonização da empresa, bem como as diferentes opiniões emitidas a respeito da Sul Brasil a partir das entrevistas,



jornais e outros documentos. Por último e com maior ênfase trataremos da relação da colonizadora com os posseiros residentes na região.

O quarto capítulo é dedicado ao estudo do processo de ocupação efetuado pela Cia. Sul Brasil a partir da introdução dos colonos de origem. Como a grande maioria destes colonos eram descendentes da colonização alemã e italiana ocorrida no Rio Grande do Sul durante o século XIX, iniciaremos este capítulo com uma análise desta colonização, abordando principalmente as causas da expansão gaúcha para o oeste catarinense. A partir dos registros das terras da colonizadora, faremos um estudo do fluxo migratório ocorrido entre os anos de 1922 a 1954, período em estudo. Já o local de origem é visto entre os anos de 1925 a 1931, devido à falta dos contratos de compra e venda dos lotes nos demais anos.

A introdução das famílias teuto-russas é vista na parte final deste capítulo, onde serão abordadas as dificuldades e peculiaridades desta colonização. Paralelamente ao número de imigrantes introduzidos pela companhia tratamos dos principais aspectos que marcaram as primeiras décadas da colonização da região. A falta de documentação sobre estes anos foi preenchida com a realização de inúmeras entrevistas com os pioneiros que enfrentaram as dificuldades dos primeiros anos de colonização.

No quinto e último capítulo, falamos da formação dos núcleos urbanos. O planejamento das cidades nas áreas colonizadas era uma exigência do governo estadual, prevista nos contratos de concessões de terras. Como no início os núcleos urbanos só existiam no papel, a maioria das chácaras e lotes urbanos eram vendidos a colonos que não queriam isolar-se no meio do mato. A formação dos primeiros povoados

nesta região possibilitou o surgimento dos núcleos urbanos e futuras sedes dos municípios. No entanto, veremos que nem todas as sedes de municípios foram traçadas pela companhia e nem todos os núcleos urbanos traçados transformaram-se em cidades.

O surgimento das cidades dá-se a partir do desenvolvimento do comércio e das pequenas indústrias. Por outro lado, a transferência do capital acumulado pela empresa colonizadora e madeireiros da região retardou o desenvolvimento da região, dificultando a industrialização da mesma. Por outro lado, a ausência de grandes indústrias impediu o surgimento de grandes cidades capazes de absorver o excedente populacional da colônia. As dificuldades enfrentadas pelos colonos para comercializarem seus produtos retardaram também o desenvolvimento da região.

Entre as dificuldades encontradas para executar o presente trabalho podemos destacar a carência de estudos históricos sobre o tema e a região. Trouxe-nos dificuldades também o fato de a Terrapampa, empresa sucessora da Sul Brasil, estar em liquidação, impossibilitando assim uma visão de onde foram aplicados os lucros da colonizadora. Sabe-se, no entanto, que o extinto Banco Sul Brasileiro pertencia ao mesmo grupo, para onde certamente foi parte do capital da colonizadora oriundo da comercialização das terras e madeiras do oeste catarinense.

Por outro lado, o trabalho foi facilitado por ser uma colonização recente. O fato de a colonização ter iniciado em 1922 possibilitou-nos realizar entrevistas gravadas com pessoas que iniciaram este processo de colonização. Também facilitou a presente pesquisa a diversidade da documentação da Cia. Sul Brasil e a possibilidade de fácil acesso que nos foi dada.

**CAPÍTULO I**

**OESTE CATARINENSE - UMA LONGA DISPUTA**

## 1.1 - Portugal e Espanha

A disputa das terras do oeste catarinense podem ser incluídas entre as mais complexas do Brasil. Elas começaram mesmo antes da sua "descoberta", entre Portugal e Espanha, em 1496, depois entre Brasil e Argentina e ainda entre Paraná e Santa Catarina. Além da disputa entre países e estados, a posse das terras do oeste catarinense foi disputada entre indígenas, caboclos e brancos. O presente estudo, processo de colonização desencadeado a partir da instalação das companhias colonizadoras, se dá a partir de 1920, 424 anos depois da assinatura do tratado de Tordesilhas.

Portugal não aceitou as Bulas papais de Alexandre VI, formulados em 1493, que favoreciam a Espanha em relação "às descobertas" feitas pelos dois países e passou resolver suas divergências territoriais negociando diretamente com a Espanha. Desta diplomacia resultou o Tratado de Tordesilhas. O acordo, assinado em 7 de junho de 1494, dividia entre as duas potências as "terras descobertas e bem como as eventuais descobertas". A linha divisória passaria a 370 léguas a Oeste do Arquipélago de Cabo Verde. As terras a oeste pertenceriam a Espanha e a leste da linha de Tordesilhas a Portugal.

Embora os historiadores costumem traçar esta linha imaginária próximo às cidades de Laguna e Belém, nos estados de Santa Catarina e Pará, respectivamente, no Tratado, assinado entre os dois países, não constava a ilha da qual iniciaria a medição e nem explicitava a medida exata da légua a ser usada, o que deu origem a inúmeras discussões, a ponto dos dois países não respeitarem esta divisão. Pela interpretação da Espanha, a Ilha de Santa Catarina, bem como toda a região continental lhes pertencia. O rei de Portugal já deu uma interpretação diferente, quando da divisão do

país em capitânicas, criando nesta região a Capitania de Sant'Ana, cujo donatário foi Pero Lopes de Souza.

Se a Ilha de Santa Catarina e o litoral do sul foram amplamente disputados por serem um ponto estratégico de grande importância, para a conquista do Rio da Prata, o mesmo não ocorreu em outras regiões, onde os portugueses iam adentrando o território espanhol. De 1580 a 1640, com a reunião das coroas portuguesa e espanhola, sob Felipe II, as divisas desapareceram e permitiram a ocupação da área pelos dois países. Posteriormente, Portugal foi incorporando o litoral catarinense com a criação das povoações de N.Sra. do Rio São Francisco (1658), Nossa Senhora do Desterro, (1662) e Santo Antonio dos Anjos da Laguna em 1682. Estas povoações juntamente com a criação do Forte Jesus, Maria, José, localizado mais ao sul, na atual cidade de Rio Grande, foram garantindo a região a Portugal. Com a vinda do Brigadeiro Silva Paes, em 1739 começou a era do povoamento do litoral catarinense<sup>(4)</sup>. Era intenção de Portugal conquistar a região do rio da Prata. D. Manuel Lobo fundou, em 1680, a Colônia do Sacramento, a pedido do rei de Portugal. Os espanhóis reagiram, pois este avanço português ameaçava a exploração das minas do Peru e o domínio espanhol na área do Prata<sup>(e)</sup>.

A partir da conquista do litoral, ficou fácil para Portugal ultrapassar a linha de Tordesilhas em busca de riquezas ou do aprisionamento de indígenas. E com a adoção do princípio do "uti-possidetis", resultante da assinatura do tratado de Lisboa, em 1681, Portugal valeu-se deste princípio de direito internacional para ampliar seu espaço no continente americano.

Em 13 de janeiro de 1750, foi assinado o tratado de Madri, onde os portugueses incorporaram as terras a oeste da linha de Tordesilhas, a partir do princípio do

"Uti-possidetis", pois a terra pertenceria a quem tivesse tomado posse da mesma.

Em 1759, em função do Tratado de Madri, comissários portugueses e espanhóis localizaram os rios hoje denominados Peperi e Santo Antonio, os quais dividiriam as terras portuguesas e espanholas, segundo o artigo V do Tratado de Madri, ratificado em 1777 pelo tratado de Santo Idelfonso. Entretanto, em 1788, numa segunda exploração, comissários espanhóis descobriram os rios Chapecó e Chopim. Segundo João David Folador, com a intenção de criar confusão, já que os limites do tratado eram os rios Peperi e Santo Antônio, chamaram a estes últimos de Peperi-Guaçú e Santo Antônio do Guaçú respectivamente<sup>(3)</sup>. Este argumento foi usado posteriormente pelos argentinos para incorporar a seu território as terras localizadas entre os rios Chapecó e Peperi.

## 1.2 - A disputa entre Brasil e Argentina.

"A ação governamental brasileira preocupou-se somente em promover ações necessárias para garantir a posse do território, sem preocupar-se muito com o desenvolvimento econômico e social do Oeste Catarinense"<sup>(4)</sup>,

afirma Jaci Poli.

Com exceção da erva mate, explorada a partir do século XIX, não havia na região um produto que despertasse a cobiça do homem branco, capaz de ocupar efetivamente a região. Este interesse somente foi despertado no início do século XX, quando as madeiras e terras da região acenavam com a possibilidade de grandes lucros. É a partir desses interesses econômicos que a região passou a ser efetivamente ocupada pelo elemento branco. Até então, a preocupação maior

era garantir a posse do território, tanto pelo Brasil como pela Argentina.

Em 1876, o Ministro Exterior da Argentina, Bernardo Irigoyen, insistiu em fazer valer as pretensões argentinas, baseado na expedição de 1788, na qual comissários espanhóis identificavam os rios Chapecó e Chopin como divisa entre Portugal e Espanha<sup>(5)</sup>. Mas, foi somente em 1881, segundo Wachowicz, que a Argentina defeniu claramente sua interpretação do tratado de Santo Idelfonso, pela qual identificava-se o rio Chapecó como sendo o Peperi-Guaçú e o Chopin como sendo o Santo Antônio. Sete anos depois, numa nova interpretação, a Argentina aumentou suas pretensões.

"Em 1888, uma nova interpretação era feita pela Argentina, que passa a reivindicar o rio Jangada (também afluente do Iguazú), como sendo o Santo Antonio, do tratado de Santo Idelfonso. A área contestada pelo governo argentino, passou então a ter uma superfície de 30.621Km<sup>2</sup>"<sup>(6)</sup>.

O Governo Imperial, que havia criado através do Decreto número 2.502 de 16 de novembro de 1859, as colônias militares de Chapecó e Chopin, tratou de implantá-las ante a reivindicação argentina. Em 14 de março de 1882, na atual cidade de Xanxerê, foi implantada a Colônia Militar do Chapecó. Além do objetivo da defesa da fronteira, as colônias militares visavam proteger os habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava contra ataques indígenas, bem como através da catequese procurava pacificá-los. Apesar da tenacidade do diretor, Mal. José Bernardino Bormann, que esteve a frente da Colônia militar do Chapecó, a mesma ficou isolada.

"Apesar da colônia ter sido detalhada no papel, na realidade, o êxito não foi o esperado. A grande acusação é feita ao governo imperial, pelo esquecimento a que a relegara"<sup>(7)</sup>.

O isolamento da colônia, devido a falta de estradas e comércio, não permitiu ocupar efetivamente a região. Ainda segundo Silvio Coelho, foram distribuídos aproximadamente 255 títulos de terra pela Colônia Militar do Chapecó, até 1910<sup>(8)</sup>. O indivíduo que recebia o título tinha o prazo de um ano para ocupá-lo. Os lotes que não foram abandonados puderam ser regularizados a partir da Lei número 1.511 de 26 de Outubro de 1925, cujo artigo primeiro dizia:

"Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar o domínio sobre os lotes distribuídos nas antigas colônias militares, na zona do ex-contestado, obedecendo ao critério estabelecido nesta lei"<sup>(9)</sup>.

Entre os critérios para que o título fosse reconhecido, o mesmo deveria ser expedido pelo diretor da respectiva colônia e os documentos de mediação e demarcação serem oficiais, os quais deveriam ser aprovados previamente pelo governo<sup>(10)</sup>. Pelo Decreto número 46 de 11 de julho de 1934, o Estado reconheceu a legalidade de todos os títulos definitivos dos lotes distribuídos pelas antigas colônias militares que haviam cumprido as exigências previstas na lei.

Se o objetivo do povoamento da área, a partir da instalação da colônia militar, não foi alcançado, o mesmo não se pode dizer em relação a pacificação e catequização dos índios. O "sucesso" alcançado em grande parte se deveu a participação do índio Condá. Já a questão das fronteiras só foi resolvida através da diplomacia brasileira.

Para Wachowicz, o objetivo geo-político da Argentina, na questão de Palmas, foi partir para a ofensiva, evitando que o Brasil pleiteasse a província de Misiones. A Argentina para garantir esta área passou a reivindicar a região de Palmas, colocando o Brasil na defensiva e sem ação para reivindicar o território de Misiones<sup>(11)</sup>.



"Uma simples observação do mapa desta parte da América do Sul, ou seja, das terras que compreendem as atuais Províncias de Misiones e Entre Rios, induz que as mesmas deveriam naturalmente pertencer ao Brasil e/ou Paraguai e não à Argentina: mais para o Brasil do que para o Paraguai"<sup>(12)</sup>.

Esperteza diplomática ou não, os Argentinos sabiam que dificilmente ganhariam a Questão de Palmas, pois todos os argumentos eram favoráveis ao Brasil. Em 06 de fevereiro de 1895, o Presidente dos Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, deu ganho de causa ao Brasil. Os méritos do Barão do Rio Branco, Ministro Exterior do Brasil, se devem ao fato de ter levantado inúmeros argumentos a favor do Brasil, provando que a área foi ocupada por brasileiros e, a partir do princípio do "Uti-possidetis", ela deveria pertencer ao Brasil. A cópia autêntica do mapa encontrado nos arquivos europeus, utilizado pelos diplomatas do Tratado de 1750, onde os rios Peperi-Guaçú e Santo Antônio estavam localizados a grosso modo no local defendido pela tese brasileira, não deixou dúvidas a quem pertenceria a região<sup>(13)</sup>.

O Brasil, apesar de ter ficado sem a província de Misiones, pôde dar-se por satisfeito. Logo após a proclamação da República, o Marechal Deodoro da Fonseca havia aceitado dividir o território de Palmas. Tal concessão foi feita num momento em que o Marechal buscava se firmar no governo, evitando para tal qualquer conflito internacional. O acordo assinado em 25 de janeiro de 1890, em Montevidéo, por Quintino Bocaiúva, foi rejeitado pelo Congresso Nacional, em 1891, por 142 votos a 5<sup>(14)</sup>. Parte-se então, para mediação feita pelo governo americano que deu ganho de causa ao Brasil. Definidos os limites entre o Brasil e Argentina, Paraná e Santa Catarina, dois estados brasileiros interessados nas terras então incorporadas ao território brasileiro, passam a intensificar a disputa pela mesma.

### 1.3 - Disputa entre Paraná e Santa Catarina.

Com a definição da Questão de Palmas em 6 de fevereiro de 1895, quando o Brasil incorporou ao seu território a área de 30.621 quilômetros quadrados, os estados do Paraná e Santa Catarina intensificaram a disputa interna para definir seus limites. A área contestada, no entanto era maior à anterior, pois abrangia ainda 18.000 quilômetros quadrados a leste dos rios Chapecó e Jangada, que não estavam em litígio com a Argentina. A área em disputa, aproximadamente 48.000 quilômetros quadrados, tinha os rios Iguazu ao norte e o Uruguai ao sul como limites.

Apesar da ocupação efetiva do litoral catarinense ter iniciado em 1748, com a chegada da primeira leva de açorianos, introduzida por decisão do Conselho Ultramarino de Portugal, a população do litoral não chegou a se expandir em número significativo para o oeste catarinense. Aos açorianos uniram-se, a partir de 1828, os imigrantes alemães e os italianos, em 1836. Contudo, a ocupação com raras exceções, limitou-se à faixa litorânea localizada entre o mar e a serra que corta o estado de sul a norte. As dificuldades para transpor a serra foi uma das causas do oeste catarinense ter sido ocupado basicamente por paranaenses e gaúchos.

A ocupação do centro oeste até a fronteira com a Argentina passou a ser efetuada pelas então províncias do Rio Grande do Sul e São Paulo ou Paraná, pois esta última desmembrou-se de São Paulo em 1853.

No ano de 1728, Francisco de Souza Faria atinge os campos de Lages, após abrir uma picada serra acima, seguindo o rio Araranguá<sup>(15)</sup>. Durante quase dois séculos passou por este local um importante caminho de tropas, pelo qual os paulistas transportavam gado "xucro" aprisionado no Rio

Grande do Sul para ser vendido na feira de Sorocaba. Ao longo deste caminho foram surgindo diversos povoados, destacando-se Lages, fundada por Antônio Correa Pinto em 1771 a pedido do então governador da capitania de São Paulo<sup>14</sup>.

Outro caminho de tropas importante para ocupação do interior catarinense foi aberto a partir de 1845. O mesmo ligava Palmas a Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. A principal dificuldade encontrada pelo Alferes Francisco Rocha Loures, ao abrir o caminho, foi a hostilidade do elemento indígena. Para acalmá-los, Loures contou com a ajuda do índio Condá, além dos missionários enviados para Nonoai pela Província do Rio Grande do Sul com o objetivo de aldear os índios<sup>17</sup>. Conforme estudo realizado pelo Conselho Indigenista Missionário Regional Sul, a estrada que vinha de Palmas cruzava os rios Chapecó e Chapecozinho, passando pela Campina do Xanxerê, Serra do Tigre, Passo Ferreira, Passo do Carneiro (Passo Bormann) e, atravessando o rio Uruguai em Goio-En, rumava em direção a Nonoai e Vila de Cruz Alta no Rio Grande do Sul<sup>18</sup>. Este caminho encurtava a distância e barateava o preço do gado e muares transportados para Sorocaba. Nos lugares onde as tropas paravam para descansar surgiram os pousos onde se instalaram alguns moradores.

A ocupação das terras da área contestada também deu-se pelo norte, onde havia campos que interessavam aos criadores de gado. Os campos foram ocupados a partir das expedições de 1836 e 1838. Em pouco tempo haviam se instalado na região de Palmas 37 fazendas de criação<sup>19</sup>. Com a expansão das fazendas ocuparam-se também os Campos do Erê. Segundo Arlene, em cumprimento do decreto número 1.318 de 1854, que instrua que as terras ocupadas ou obtidas por concessão deveriam ser registradas nas freguesias pelo seu vigário, foram registrados 89 propriedades somente em Palmas<sup>20</sup>. A ocupação dos campos deve-se ao fato de que a

criação de bovinos era um negócio rentável e também por ser de fácil ocupação, principalmente se comparada às matas que não interessavam a oligarquia campeira, preocupado em abastecer com gado bovino e muares o centro do país.

"Instaladas as 'fazendas de criar', a atividade principal passou a ser o tropeirismo. Essa atividade era periférica em relação à mineração e à cultura cafeeira, no entanto, o seu desenvolvimento estava vinculado àquelas atividades econômicas pela valorização da pecuária como fornecedora dos meios de transporte, principalmente as mulas, e pelo fornecimento de couro e alimentação com o gado vacum"<sup>(21)</sup>.

Outra atividade que se tornou rentável a partir de 1850 foi a extração da erva mate. A existência da ervais em várias regiões atraiu a cobiça dos paranaenses e argentinos. Para efetuarem o corte da erva, inúmeros luso-brasileiros se instalaram na área contribuindo significativamente para a ocupação da região. Como era "terra de ninguém", muitos brasileiros e argentinos ocuparam o oeste catarinense visando a exploração da erva mate. Grande parte dela foi comercializada com a Argentina. A partir de 1916, com a definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina, o governo catarinense passou a arrendar os ervais a particulares que passaram a monopolizar esta atividade. Um desses contratos foi assinado com José Rupp em 10 de janeiro de 1919: Nele o contratante assumia o compromisso de exportar no mínimo 50.000 arrobas/ano. Os ervais arrendados por José Rupp, conforme contrato, localizavam-se entre os rios Peperi-Guaçu e Capetinga<sup>(22)</sup>.

Na parte sul, às margens do rio Uruguai, a área contestada era coberta por densas matas, ricas em pinhais e cedros. A extração em grande escala destas madeiras, começou somente a partir de 1920. As árvores eram cortadas e arrastadas ao rio, onde, em forma de balsas, eram transportadas para a Argentina, aproveitando-se as enchentes do rio Uruguai. O que então era uma atividade de

sobrevivência passou a ser um negócio rentável para certos grupos madeireiros, entre eles as companhias colonizadoras. Pelo sul, a ocupação da área contestada se deu basicamente no século XX, quando a questão dos limites já havia sido definida. Esta ocupação se deu a partir da instalação das companhias colonizadoras e madeireiros gaúchos. Estes madeireiros vindos do Rio Grande do Sul instalaram suas serrarias na região efetuando uma rápida devastação, principalmente das espécies cedro e pinheiro, de alto valor comercial no país vizinho.

Segundo Santo Rosseto, o processo de povoamento vindo do norte teve no estabelecimento das fazendas de criação e extração da erva mate os principais suportes econômicos. Afirma ainda que a região tinha seu centro administrativo no município paranaense de Palmas, ao qual pertenciam, entre outros, os distritos de Campo Erê, Chapecozinho, Xanxerê, Passo do Carneiro (atual Passo Bormann)<sup>(23)</sup>. Não faltariam, portanto, argumentos para o Paraná reivindicar para si esta região.

A Província do Paraná foi criada em 1853, desmembrando-se da Província de São Paulo. Passou, desde então, a reivindicar para si seu domínio até o rio Uruguai, uma velha pretensão da província de São Paulo<sup>(24)</sup>. A província de Santa Catarina considerava a área como sua, baseada no princípio da distribuição das Capitânicas Hereditárias, onde a marcação era feita no litoral seguindo de lá em linha reta para o interior. Fundamentavam-se ainda os catarinenses no fato de Lages ter passado à jurisdição de Santa Catarina. Com estes argumentos, o Estado de Santa Catarina passou a reivindicar a área nos tribunais da Nação.

<sup>23</sup>O problema foi submetido ao Supremo Tribunal Federal que, em 1904, dá ganho de causa a Santa Catarina. Como o Paraná interpôs recurso a tal decisão, volta o Supremo Tribunal Federal a pronunciar-se em 1909, novamente favorável a Santa Catarina. Ainda um terceiro e

último recurso se verifica em 1910, quando aquela corte rejeita os embargos propostos por Rui Barbosa, que advogou a causa paranaense<sup>(25)</sup>

O Estado do Paraná, entretanto, ignorou a decisão do poder judiciário, insurgindo-se contra o "veredictum" proferido pelo Supremo Tribunal Federal. Apesar de ter sido restabelecida a ordem constitucional, imperava, no entanto, a anarquia administrativa. O clima entre os dois estados estava tenso. O avanço da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no território contestado no ano de 1908, aumentava a discussão na área. A Companhia passou a desalojar os moradores que se encontravam na faixa dos 15 quilômetros de cada lado da ferrovia, faixa recebida do governo federal em troca da construção. Na ânsia de obter lucros com a extração da madeira e da colonização das terras, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande passou a usar da violência para desalojar os posseiros. Este exército de despossuídos, juntamente com às inúmeras pessoas demitidas pela própria Companhia, passaram a lutar por seus direitos, enfrentando a polícia particular da ferrovia e as tropas federais, uma vez que não havia a quem recorrer<sup>(26)</sup>. O capitão Matos Costa, morto pelos jagunços, dava a seguinte causa da revolta:

"A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender seu direito"<sup>(27)</sup>

No entanto, para "resolver o problema", o governo federal empregou a força do exército que, depois de 13 expedições militares, liquidou com os revoltosos, ficando o caminho aberto para a multinacional Brazil Railway continuar efetuando seus negócios. Para se ter idéia das terras que a Brazil Railway, possuía basta lembrar que só no território

catarinense a Companhia conseguiu 4.799.236.000 metros quadrados.

A luta do Contestado terminou em 1915, depois de 4 anos de confronto, resultando em milhares de mortos. Esta luta sangrenta, no entanto, não resolveu a questão de limites entre Santa Catarina e Paraná. Sílvio Romero, preocupado com os rumos da guerra do Contestado, escreveu na época, em novembro de 1912, uma série de artigos, defendendo a tese da fusão dos estados do Paraná e Santa Catarina, tentando assim pôr fim à disputa da região do Contestado. A nova capital, segundo ele, seria localizada nas cidades de União da Vitória e Porto União<sup>(22)</sup>.

A situação era preocupante e a guerra do Contestado representou um alerta para o governo central. O Presidente da República, Wenceslau Braz, preocupado com os rumos da questão, intercedeu junto aos governadores do Paraná e Santa Catarina, conseguindo o "acordo" pelo qual o "Contestado" foi dividido em duas partes, ficando o Paraná com aproximadamente 20.000 quilômetros quadrados e Santa Catarina com os outros 28.000 quilômetros quadrados<sup>(23)</sup>.

O acordo foi assinado em 20 de outubro de 1916 no Palácio do Catete, Rio de Janeiro. Apesar de o acordo ter gerado insatisfação popular nos dois estados, seus termos foram reconhecidos pelas assembleias estaduais do Paraná e Santa Catarina em 23 de fevereiro e 07 de março de 1917 respectivamente. Para o governo central, foi o fim de um pesadelo. A Imprensa Nacional não cansou de elogiar o "patriotismo" dos governadores Felipe Schmidt, de Santa Catarina e Afonso Camargo, do Paraná.

Definida a questão dos limites, já em 25 de agosto de 1917, o governo catarinense criou, através da lei número 1.147, os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó, na área que coube a Santa Catarina pelo

acordo feito. O município de Chapecó, com aproximadamente 14.000 quilômetros quadrados, ficou com a metade desta área. A sede do município de Chapecó trocou de local inúmeras vezes, até se fixar definitivamente onde se encontra atualmente a próspera cidade de Chapecó.

" A sede inicial do município de Chapecó foi na localidade denominada Passo Bormann. Por razões sócio-econômicas, dois anos depois, em 1919, sua sede foi transferida para Xanxerê, sendo que em 1923 voltou ao Passo Bormann, para retornar a Xanxerê em 1929. Dois anos mais tarde, em 1931 a localidade intermediária entre Passo Bormann e Xanxerê, denominada Passo dos Índios, passou a denominar-se Chapecó e abrigar definitivamente a sede do novo município" (20).

Além da criação dos municípios, o governo de Santa Catarina tratou de repassar a empresas particulares imensas glebas de terras com objetivo de serem colonizadas. Isto porém, não ocorreu de forma pacífica, pois a região já havia sido tomada por posseiros, além das concessões feitas na região pelo estado do Paraná, que o governador Felipe Schmidt havia se comprometido a respeitar no acordo de 20 de outubro de 1916, que pôs fim à questão do Contestado.



## N O T A S

- «1» SANTOS, Sílvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. 2a. ed., Edição do Autor, Florianópolis. 1977. p.47
- «2» Id. p. 47.
- «3» FOLADOR, João David. História de São Lourenço. Tip. Cruzeiro. São Lourenço d'Oeste, 1988. p. 14
- «4» POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina - CEOM. Chapecó, FUNDESTE, 5(7):47-88. Abril/91. p. 57.
- «5» FOLADOR, João D.. Op cit, p. 14.
- «6» WACHOWICZ, Ruy C.. Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização. Lítero-Técnica. Curitiba, 1985. p. 29.
- «7» RENK, Arlene. A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Tese de Mestrado. Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 1991. p. 38.
- «8» SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op Cit. p. 108.
- «9» Lei estadual número 1.511 de 16 de Outubro de 1925.
- «10» Ibidem
- «11» WACHOWICZ, Ruy C.. Op Cit. p. 51.
- «12» Id. p. 50
- «13» Id. p. 50.
- «14» Id. p. 48.
- «15» SANTOS, Sílvio Coelho. Op Cit. p. 53.

- <14> Id. p. 53.
- <17> WACHOWICZ, Ruy C.. Op Cit. p. 38.
- <18> POLI, Jaci. Op Cit. p. 53.
- <19> Id. p. 51.
- <20> RENK, Arlene. A Luta da Erva: um ... Op Cit. p. 39.
- (21) Id. p. 26.
- <22> Contrato de Arrendamento de ervais assinado entre José Rupp e o Governo do Estado. Florianópolis, 10 de janeiro de 1919. Pasta 02. Arquivo da Cia. Sul Brasil, Porto Alegre - RS.
- <23> ROSSETO, Santo. Síntese Histórica da Região Oeste. Cadernos do CEOM. FUNDESTE, 4(1,2):7-11, Set/1989. pp..10 e 11.
- <24> SANTOS, Sílvio C.. Op Cit. pp. 95 e 96.
- <25> Id. p. 99.
- <26> Id. p. 99.
- <27> Id. p. 101
- <28> ROMERO, Sílvio. A União do Paraná e Santa Catarina: O Estado do Iguaçú. Florianópolis. Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina. 1916. p. 17.
- <29> SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op Cit. p. 103.
- <30> ROSSETO, Santo. Op Cit. pp. 10 e 11.

**CAPÍTULO II**

**POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO DO OESTE**

## 2.1 - O Estado e as terras devolutas.

As terras devolutas do país, a partir da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, eram de propriedade dos Estados. Mas, o Estado de Santa Catarina, ao assinar o acordo de 20 de outubro de 1916 com o Paraná, se comprometeu a respeitar as concessões feitas até então por este na área contestada. O Estado do Paraná, no entanto, continuou fazendo concessões após esta data. Havia concessões feitas onze meses depois do acordo assinado com Santa Catarina. Em 1917, o Estado do Paraná expediu 95 títulos, a maior parte deles na área pertencente à Santa Catarina, títulos estes contestados por Santa Catarina, por serem concedidos posteriormente ao acordo feito com o Paraná<sup>(1)</sup>.

Para normalizar as concessões feitas pelo Paraná, o governo catarinense editou a lei número 1181 de 4 de dezembro de 1917, cujo artigo primeiro dizia: "que todos os possuidores de terras com títulos expedidos pelo Paraná, na zona contestada, ficam obrigados a registrá-los, no prazo de 2 anos, a contar a primeiro de janeiro de 1918." O objetivo deste ato era legalizar as terras concedidas pelo Paraná feitas antes do acordo, bem como anular as concessões posteriores<sup>(2)</sup>. A normalização destas posses era necessária e urgente para que o Estado de Santa Catarina pudesse fazer concessões em áreas ainda devolutas.

Havia ainda no oeste catarinense concessões feitas pela Colônia Militar de Chapecó não devidamente regularizadas. Com este objetivo, foi editada a Lei número 1.511 de 26 de outubro de 1925, que autorizava o Poder executivo a regularizar o domínio sobre os lotes, mediante a apresentação do título expedido pelo diretor da respectiva colônia, bem como dos documentos oficiais de medição e demarcação que deveriam ser previamente aprovados pelo governo<sup>(3)</sup>. Pelo Decreto número 46 de 11 de julho de 1934, o

Estado reconheceu a validade de todos os títulos dos lotes distribuídos pelas antigas colônias militares<sup>4</sup>.

As terras consideradas devolutas da região, eram ocupadas por inúmeros posseiros, luso-brasileiros na grande maioria, que jamais tiveram a preocupação em legalizar estas terras. Para eles, eram "terras de Deus" e não havia a preocupação de escriturá-las, pois as mesmas eram abundantes. Os mesmos praticavam ali uma agricultura de subsistência, sendo comum a migração dentro da própria área. Ao Estado não interessava esta população que necessariamente teria que ser varrida com a instalação das Companhias Colonizadoras.

A partir de 1919, o Estado de Santa Catarina começou a concessão das terras, sem levar em conta a questão dos posseiros. Nas concessões feitas, prevendo o conflito que a expulsão dos mesmos poderia gerar, o governo catarinense se comprometia de manter a ordem nos núcleos coloniais e nas zonas próximas, bem como desembaraçar as terras de pretensões infundadas de terceiros<sup>5</sup>.

Alguns posseiros do município de Chapecó chegaram a requerer terras: foi o caso de Bernardino Guilherme Zeferino, 161 hectares localizados em Fachinal do Tigre; Christino José Leite, 100 hectares e Ernesto José de Paula, 80 hectares situados em Chalana; e Emiliano Siqueira que requereu 60 hectares localizados em Fachinal do Tigre. Todos os pedidos foram indeferidos no ano de 1919, sob a alegação de não serem terras devolutas<sup>6</sup>. Evidentemente, estas propriedades estavam dentro das grandes concessões feitas pelo Estado de Santa Catarina.

A grande maioria dos posseiros, no entanto, nem sabiam dos trâmites legais para requerer a posse, o que aliás seria completamente inútil. A sorte dos posseiros já estava selada: ou estes adquiriam as terras das Companhias

Colonizadoras ou seriam desalojados. Precisava-se, no entanto, do amparo legal para tal decisão, que vem com o decreto número 21, de 5 de março de 1925, cujo artigo primeiro dizia:

"Fica estabelecido o prazo até 31 de dezembro de 1925, a regularização das posses criminosas (invasões ou ocupações ilegais). Os posseiros após este prazo serão despejados, com perdas das benfeitorias" (7).

O prazo de 10 meses para a regularização, bem como os termos da lei deixam claro que o objetivo da mesma era dar suporte legal à ação de despejo das Companhias Colonizadoras.

As terras normalmente eram concedidas às Companhias Colonizadoras em troca da construção de estradas: que, em alguns casos, beneficiavam a própria Companhia. Receberam terras em troca da construção de estradas a Companhia Colonizadora Oeste Catarinense, a Bertaso e Maia, a Companhia Brazil Development que, além de estradas de rodagem recebeu terras em troca da construção da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Outras Companhias como a Chapecó-Pepery, Volksverein e a Barth-Benetti e Cia., adquiriram as terras da Brazil Development. As mesmas pagaram bem mais caro pelas terras, encontrando dificuldades, pois não podiam praticar os mesmos preços das demais Companhias por terem um custo bem maior. Enquanto a Oeste Catarinense e a Bertaso e Maia adquiriram do estado o lote de 25 hectares por 125\$000, a Peperi-Chapecó pagava pelo mesmo lote até 395\$881. Soma-se o fato que suas terras não tinham acesso por estrada com o Rio Grande do Sul de onde vinha o fluxo migratório, nem tinham o mesmo lucro das demais companhias colonizadoras que pagavam suas terras ao Estado com a construção das estradas de rodagem.

A contratação das empreiteiras que construam as estradas para as companhias era sempre inferior ao valor dos contratos feitos com o governo do Estado. Com todas estas vantagens, as companhias que adquiriram terras do governo não obtiveram grandes lucros nos primeiros anos; as demais acumularam prejuízos como é o caso da Chapecó-Peperi. A Barth Benetti e Cia. chegou a falir com os prejuízos que teve.

O Estado que vinha praticando até então o preço de 5\$000, por hectare, fixou o preço das terras devolutas entre 7\$000 a 14\$000 o hectare, pelo decreto número 71 de 31 de dezembro de 1923<sup>(9)</sup>.

A política governamental de ocupação do Deste estava voltada para pequena e média propriedade. Nos contratos assinados entre José Rupp e o governo do Estado de Santa Catarina, a distribuição dos lotes para fins de colonização deveria ter as seguintes proporções:

30 a 200 hectares	-----	terras de mato (agricultura)
100 a 500 hectares	-----	terras de ervais
250 a 900 hectares	-----	terras de Pinhais
2000 a 4000 hectares	-----	para Pecuária <sup>(9)</sup> .

No contrato efetuado entre o Estado e a Brazil Development, houve uma sensível redução do tamanho das propriedades, ou seja, de 20 a 25 hectares para a cultura e de 100 a 1000 hectares para as terras aproveitáveis para a indústria extrativa e pastoril<sup>(10)</sup>. No entanto, a maioria dos lotes coloniais não ultrapassou os 35 hectares. A concentração das grandes propriedades era possível através da compra de inúmeros lotes por uma única pessoa, como é o caso de Fredolino Zimer, que adquiriu 35 lotes na seção Araçá da Cia. territorial Sul Brasil.

## 2.2 - Contratos celebrados entre José Rupp e o Governo do Estado.

O surgimento da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste catarinense deu-se a partir de uma influente figura política catarinense, José Rupp. Interessado pelas riquezas da região, passou a assinar vários contratos com o Estado de Santa Catarina, visando a extração da erva mate, construção de estradas, colonização das terras e venda de madeiras.

O primeiro contrato foi firmado em 10 de janeiro de 1919, onde o Estado, cedeu, por arrendamento, os ervais existentes nas terras devolutas encontradas nas zonas compreendidas entre os rios Pepery-Guaçu, Uruguai, Capetinga e a linha divisória ao norte, a divisa entre os estados de Paraná e Santa Catarina. Neste contrato, José Rupp conseguia o direito de explorar a erva mate da região durante um período de 8 anos, com direito de preferência em igualdade de condições no caso da renovação. Comprometia-se também a exportar o valor mínimo de 50.000 arrobas/ano de erva mate. Nesta época, José Rupp já tinha o interesse pelas terras cobertas de pinhais e cedros, tanto é que neste contrato, ele reservou-se o direito para futuramente colonizá-las<sup>(44)</sup>.

Em 15 de setembro do mesmo ano, 1919, assinou um segundo contrato com o Estado, onde ele se comprometia construir a estrada Cruzeiro a Passo Bormann até julho de 1920. A estrada deveria ter no mínimo 5 metros de largura, pela qual o Estado de Santa Catarina pagaria cinco mil reis (5\$000) o metro linear, nos terrenos regulares, e dez mil reis (10\$000) nos terrenos pedregosos ou de rocha. As obras de artes (pontes e boeiros) eram pagas a parte. Esse pagamento seria feito em terras devolutas situadas no município de Chapecó, entre os rios Antas e Chapecó, a começar das margens do rio Uruguai para o norte, sendo o preço dessas terras a razão de 5\$000 o hectare. Isto



significa que, para cada metro linear de estrada construída em terrenos regulares, o Estado cedia em troca 10.000 metros quadrados de terra<sup>(12)</sup>. Este contrato foi alterado em 26 de fevereiro de 1921, com a previsão do prolongamento da estrada acima citada até a Fronteira com a Argentina (Pepery-Guaçu).

Visando garantir o máximo de terras para si, José Rupp assinou o contrato de 13 de julho de 1920, o qual previa a construção da estrada de rodagem ligando a povoação do Erval Velho ao Rio Canoas, no município de Campos Novos, com a extensão de 80,8 quilômetros<sup>(13)</sup>. As bases do acordo eram idênticas às anteriores e o objetivo principal destes contratos era garantir o máximo das terras localizadas entre os rios Antas e Chapecó, tanto é que repassou a construção das estradas de rodagem a terceiros.

### **2.3 - Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense.**

"... entretanto, por não dispor o concessionário de elementos e tampouco de recursos que lhe permitissem tomar a si o encargo de uma empreitada de tanto vulto, tratou José Rupp de transferir as concessões a terceiros. E como não encontrasse em Santa Catarina dirigiu-se ao Rio Grande do Sul e ofertou a transmissão dos direitos e vantagens que o governo catarinense lhe conferira"<sup>(14)</sup>.

De posse dos contratos, José Rupp, juntamente com Fidencio de Souza Mello Filho e os então deputados estaduais, Dr. Henrique Rupp Junior e Abelardo Luz, criaram a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense.

A Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense foi criada em 3 de maio de 1920, com sede e foro jurídico na cidade de Porto Alegre, RS. Os objetivos da sociedade eram a compra e venda de terras, construção de estradas de rodagem, colonização de terras e explorações

comerciais e industriais. A nova sociedade passou a assumir todos os ônus e auferir todas as vantagens resultantes dos seguintes contratos firmados entre José Rupp e o governo do Estado de Santa Catarina:

- a) O Contrato datado de 15 de setembro de 1919, para a construção de estrada de rodagem Cruzeiro-Passo Bormann;
- b) Contrato de 13 de julho de 1920, para a construção da Estrada Erval Velho ao Rio Canoas, município de Campos Novos.

O capital social da Oeste Catarinense de 300.000\$000 (Trezentos contos de reis) foi dividido em 30 cotas assim distribuídos<sup>(15)</sup>:

Sócios Primeiros	Origem	Cotas
José Rupp	Florianópolis	03
Dr. Henrique Rupp Junior	Florianópolis	06
Dr. Abelardo Luz	Florianópolis	*
Fidêncio de Souza Mello Filho	Xanxerê	06

Sócios Segundos	Origem	Cotas
Coronel Severiano de Souza e Almeida	Porto Alegre	03
Pedro Benjamin de Oliveira	Porto Alegre	03
Emílio Gertrum	Porto Alegre	03
Frederico Carlos Gomes	Porto Alegre	03
Augusto Scheerer	Não-me-Toque	03

Com o acirramento da disputa entre a Oeste Catarinense e a Brazil Development, Abelardo Luz, filho do governador Hercílio Luz, saiu da empresa, deixando assim o governo catarinense mais à vontade para defender os

interesses dos mesmos. Os catarinenses haviam entrado neste empreendimento com as vantagens que os contratos acima ofereciam, enquanto que os empresários gaúchos entraram com o capital. A direção da empresa passou, assim como as demais colonizadoras da região, a empresários gaúchos.

A Cia. Oeste Catarinense seria desfeita caso os primeiros sócios não conseguissem fornecer, dentro do prazo de 4 meses, aos segundos contratantes, os documentos comprobatórios da validade dos contratos assinados entre o Estado de Santa Catarina e José Rupp, contratos estes protestados pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande<sup>(14)</sup>.

Comprovada a validade dos contratos (concessão de terras), a "Oeste Catarinense" contratou, em outubro de 1920, os engenheiros Arthur Soherin e Leonidas Coelho de Souza, para a construção da estrada de rodagem Erval Velho-Rio Canoas, cuja obra foi concluída em janeiro de 1923. A construção da estrada de rodagem Cruzeiro-Passo Bormann foi entregue aos engenheiros Walter Boelhl e Lindolfo Bochl. Em janeiro de 1922, quando o <sup>E</sup>estado rescindiu o contrato com a Oeste, em favor da Brazil Development, haviam sido construídos 50 quilômetros e o estudo do traçado para mais 26 quilômetros.

Em pagamento dessas obras executadas, recebeu a empresa contratante quatro glebas de terras, com uma área total de 2.772.835.118 metros quadrados, localizados entre os rios Chapecó, Antas e Uruguai, área equivalente a 11.091 colônias de 25 hectares, tamanho médio dos lotes coloniais vendidos aos agricultores. Como a demarcação também era feita em chácaras e lotes urbanos, possibilitou-se a introdução de aproximadamente 15.000 famílias na referida área. Esta terra foi repassada à "Oeste Catarinense" em 3 glebas e uma quarta gleba depois à Cia. Sul Brasil, na medida da entrega das estradas construídas.

**Primeira Gleba:** Constante ao título expedido pelo governador de Santa Catarina a 13 de novembro de 1920, compreendendo a área de 467.074.800 metros quadrados, com as seguintes confrontações: ao norte com terras devolutas do Estado, ao sul com o rio Uruguai, ao leste com o rio Chapecó, ao Oeste com o rio das Antas. O título definitivo desta área foi antecipado mediante o depósito feito no Tesouro do Estado, por meio de uma nota promissória, a doze meses da data, devidamente avaliada pelo Banco Nacional do Comércio, no valor de 233.537\$000. A nota seria levantada quando da entrega dos primeiros 50 quilômetros da estrada de rodagem, a partir de Cruzeiro.

**Segunda Gleba:** Pertinente ao título expedido pelo Governador do Estado de Santa Catarina a 10 de Novembro de 1922, abrangendo a área de 1.702.238.896 metros quadrados, com os seguintes limites: Ao norte com terras devolutas, ao sul com terras da "Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda", ao leste com o rio Chapecó e as terras medidas por Bertaso Maia & Cia, ao oeste com o rio das Antas

**Terceira Gleba:** Referente ao título expedido pelo governador do Estado de Santa Catarina a 6 de dezembro de 1923, contendo a área 297.761.104 metros quadrados, com as seguintes confrontações: ao norte com terras da Brazil Development and Colonization Company, ao sul com as terras da Oeste Catarinense, ao leste com as terras medidas pela firma Bertaso Maia & Cia., ao oeste com as terras da Brasil Development and Colonization Company e pelo rio das Antas.

**Quarta Gleba:** Esta repassada pelo governo do Estado de Santa Catarina à Cia. Territorial Sul Brasil a 21 de dezembro de 1934, estabelecendo a área de 305.760.318 metros quadrados, com as seguintes confrontações: ao norte Fazenda Campo Grande e Burro Branco, ao sul terras pertencentes a Cia. Territorial Sul Brasil e terras devolutas, ao leste,

pertencentes a Brazil Development and Colonization e Fazenda Primavera, ao oeste Fazenda Sargento<sup>(17)</sup>

A posse dos títulos expedidos pelo Estado de Santa Catarina, contudo, em nada garantiria a posse da terra, uma vez que a Brazil Development também se considerava proprietária, inclusive já a havia delegado a outra empresa, com fins de colonização.

#### **2.4 - Brazil Development X Empresa Oeste Catarinense.**

No ano de 1906, Farquhar adquiriu para a Brazil Railway a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, cuja obra foi iniciada em 1908. Em troca da construção e posterior exploração da ferrovia, a Brazil Railway recebeu 30 Km em cada lado, área reduzida posteriormente para 15 Km, a partir das duas margens da ferrovia. Os interesses desta multinacional que possuía inúmeros negócios no Brasil vieram confrontar-se com os interesses da Oeste Catarinense. Para defender seus interesses no sul, contavam com os influentes advogados Dr. Afonso Camargo, então vice-governador do Paraná e Dr. Nereu Ramos, inimigo político dos irmãos José Rupp e Dr. Henrique Rupp Júnior.

O conflito iniciou quando o Estado do Paraná concedeu a terceiros parte das terras à margem da ferrovia, que pertenciam por Decreto federal à "São Paulo-Rio Grande". Para compensar a São Paulo-Rio Grande, o Estado do Paraná concedeu terras em área litigiosa entre esse Estado e Santa Catarina. No acordo dos limites feitos entre os dois estados, ficou estabelecido que Santa Catarina respeitaria os direitos criados até 20 de outubro de 1916, data da

assinatura do acordo, enquanto que o título expedido pelo Paraná era datado de 30 de setembro de 1917.

A "Oeste" tinha no governo catarinense um forte aliado, como mostra o posicionamento de Hercílio Luz, então governador de Santa Catarina, numa carta enviada ao Ministro da Agricultura em 19 de fevereiro de 1921.

"Com o fim de desfazer confusões que estão sendo criadas pela estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande em torno de concessões feitas pelo governo do Estado, de terras devolutas, principalmente no ex-contestado, o governador declara que não reconhece quaisquer concessões feitas pelo governo do Estado do Paraná a essa Cia., e que hajam alterado as concessões federais que concederam direitos aquela Companhia. Outrossim declara que responde pela validade de todas as concessões que tem feito e promoverá todos os meios de segurança para que no território catarinense todos trabalhem sem receios de quaisquer mistificações"<sup>(18)</sup>.

Se a "Oeste Catarinense" contava com o apoio do governo catarinense, bem como a atuação do deputado estadual, Dr. Henrique Rupp Junior, a Brazil Development tinha nas esferas federais seu grande aliado. Em 7 de julho, o advogado Dr. Nereu Ramos conseguiu um mandado de manutenção de posse em favor da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, depois que a Oeste Catarinense já havia iniciado suas atividades na região.

"... cuja posse mansa e pacífica acaba de ser perturbada por José Fidêncio de Mello, José Francisco de Oliveira, José Rupp, entre outros, ali se entregando a abertura de estradas, extração de erva mate, demarcação e divisão de lotes coloniais, exploração de água mineral ou de outros qualquer semelhantes. E mando aos mesmos invasores e suas mulheres que se abstenham de turbar a dita posse, sob pena de pagarem, cada um, uma multa de cem contos de reis,..."<sup>(19)</sup>.

A "São Paulo-Rio Grande" havia vendido as terras em litígio à Chapecó-Peperi que teve seus trabalhos embargados, ocasionando-lhe enormes prejuízos devido o atraso do início de suas atividades. Posteriormente, teve ainda que se

contentar com as terras ao Oeste do rio das Antas, região sem acesso por estrada com o Rio Grande do Sul, como possuíam as terras anteriormente pretendidas. As terras entre os rios Chapecó e Antas tinham na cidade de Iraí, localizada à margem do rio Uruguai, um importante apoio comercial para o impulso da colonização do extremo oeste catarinense.

A disputa das terras localizadas entre os rios Chapecó e Antas não se limitou aos tribunais, mas também abrangeu outros campos. A "Oeste Catarinense" foi vítima de hostilidades e difamações, quer seja pela imprensa, ou em cartões ou folhetos distribuídos nos diferentes núcleos coloniais, inclusive no exterior, procurando desacreditar a empresa<sup>(20)</sup>. No contrato de 14 de janeiro de 1922, o governo do Estado se comprometia a fazer cessar e impedir toda e qualquer propaganda que a "São Paulo-Rio Grande" ou outras por ela viessem a fazer contra a empresa no sentido de embaraçar a colonização de suas terras.

A contra-propaganda da "São Paulo-Rio Grande" tinha como objetivo pressionar a "Oeste Catarinense" a aceitar do Estado, em troca destas terras, outras menos valorizadas pela sua localização. Visava intimidar a empresa, que sentindo-se desacreditada perante a opinião pública, desistiria desta área. Uma vez que "São Paulo-Rio Grande" dificilmente conseguiria tirar estas terras da Empresa "Oeste Catarinense" via tribunal.

Contudo, a "Oeste Catarinense", com o intuito de também prejudicar as atividades de colonização da Brazil Development Company, subsidiária da "São Paulo-Rio Grande", fazia publicações em jornais do sul do país<sup>(21)</sup>.

Em 7 de janeiro de 1922, a Brazil Development celebrou com o governo do Estado um contrato recebendo uma

àrea equivalente a 712.127 hectares, três vezes maior que o da "Oeste Catarinense", assim distribuídos<sup>(22)</sup>:

Rancho Grande	-----	32.570 hectares
Rio Engano	-----	107.308 hectares
Chapécó	-----	150.609 hectares
Pepery	-----	423.600 hectares
Total	-----	712.127 hectares

A Brazil Development não conseguindo as terras através das concessões feitas pelo Paraná, pressionou o Estado Catarinense para romper o contrato com a Empresa Oeste Catarinense, tomando para si a construção da Estrada de Cruzeiro à fronteira da Argentina, conseguindo assim mais terras, além das que já tinha direito a partir da construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, dentro do território catarinense. Em "troca" abriu mão das terras da Oeste:

"O Estado de Santa Catarina confirmara à Cia. Ferroviária a posse das terras em litígio no município de Chapécó, com exceção da parte já reservada à Cia. Oeste Catarinense e a Firma Bertaso & Maia"<sup>(23)</sup>.

Os direitos da "Oeste Catarinense" sobre as terras entre os rios Chapécó e Antas eram confirmados uma semana depois no contrato de 14 de janeiro de 1922, quando então podia iniciar suas atividades colonizadoras e a exploração madeireira. Porém, em troca, a "Oeste Catarinense" foi obrigada a interromper imediatamente a construção da estrada Cruzeiro até a fronteira da Argentina, cuja obra já havia sido passada à Brazil Development<sup>(24)</sup>.

Isto obrigou a "Oeste Catarinense" a romper contratos com construtoras e com fornecedoras de materiais utilizados na construção das estradas, além de ter que demitir centenas de operários. O prejuízo maior para a Empresa Oeste Catarinense, no entanto, foi o fato de ter sido



impossibilitada na aquisição de novas terras, tão cobiçadas pelos madeireiros e companhias colonizadoras.

Em 15 de janeiro de 1933, a Companhia Sul Brasil pediu uma indenização junto ao Estado, por causa dos lucros cessantes que teve com a rescisão do contrato, principalmente por não conseguir mais terras para colonizar. Portanto, o maior objetivo das empresas ao construir estradas, era conseguir terras em troca para explorar a madeira e efetuar a venda dos lotes<sup>(25)</sup>

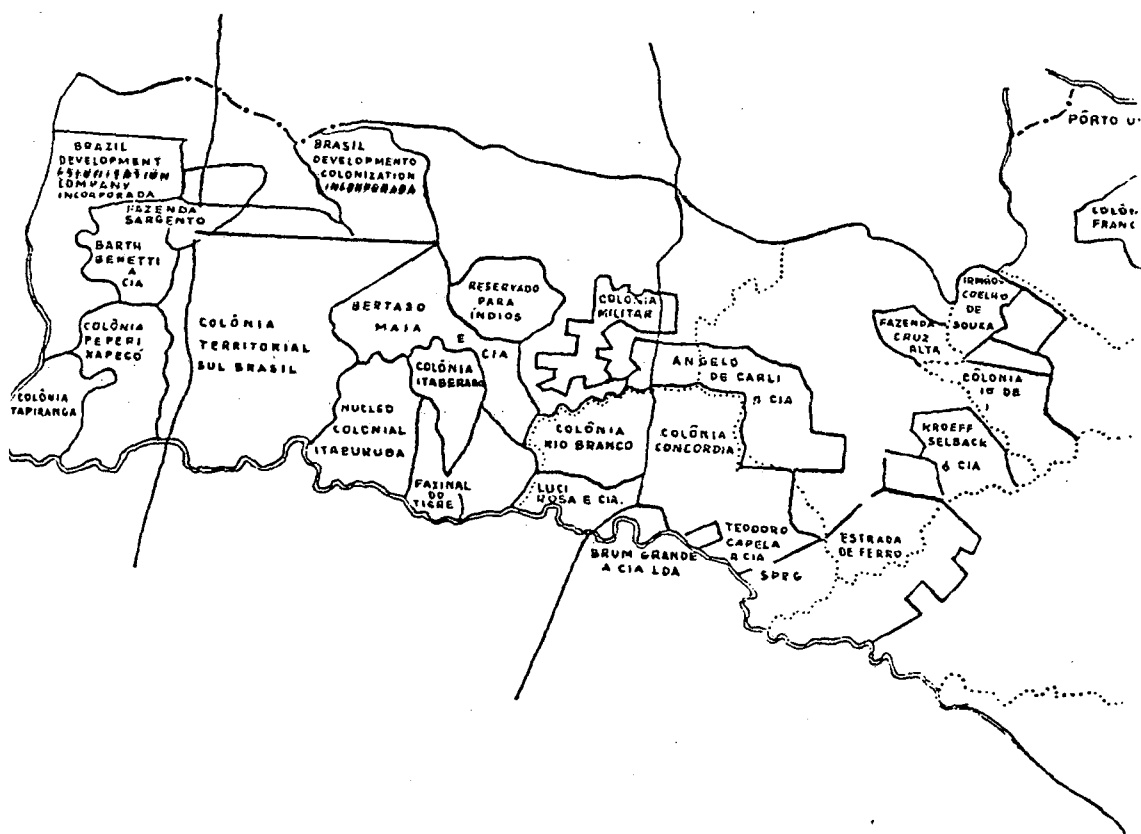
A construção de estradas era a forma de adquirir, junto ao Estado, a somas irrisórias, glebas de terras de alto valor comercial.

## **2.5 - As Companhias Colonizadoras do Extremo Oeste Catarinense.**

As terras localizavam-se entre os rios Peperi, Uruguai e Chapecó e, ao norte, na divisa com o Estado do Paraná, incorporadas ao território catarinense a partir da disputa com a Argentina e posteriormente com o Estado do Paraná. Ao norte havia inúmeras fazendas, entre as quais Fazenda Sargento, Campo Grande, São Vicente de Palma Sola, Campo Vicente, Araçá, Perseverança, Burro Branco, Primavera, Pimpão, São Domingos, Jardim, Fazenda do Norte, entre outras. Estas fazendas foram, posteriormente, vendidas a empresas colonizadoras<sup>(26)</sup>.

O restante das terras, consideradas devolutas pois, eram ocupadas em parte por caboclos que não tinham a preocupação e nem condições de legalizar, foram repassadas à Brazil Development E Colonization Company, Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense e Empresa Colonizadora Bertaso e Maia e Cia.. Esta última teve atuação

MAPA 01 - REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA - ÁREA DE ATUAÇÃO DAS  
COMPANHIAS COLONIZADORAS



FONTE: PIAZZA, Walter Fernando  
ATLAS HISTÓRICO DO ESTADO DE  
SANTA CATARINA. Edição do  
Departamento de Cultura da  
Secretaria da Educação e Cultura,  
Florianópolis, 1970.

também a leste do rio Chapecó, inclusive no atual município de Chapecó.

Em 1925, a "Oeste Catarinense" foi sucedida pela Cia. Territorial Sul Brasil, enquanto que a Brazil development delegou a colonização de suas terras a outras companhias.

O objetivo das companhias colonizadoras era a obtenção de lucros a partir da venda das terras e madeiras. A presença do caboclo favorecia a instalação dos primeiros colonos, pois estes já haviam feito derrubadas nas densas matas. Por outro lado, o caboclo ainda era utilizado como mão de obra na extração das madeiras, formação das balsas, abertura dos caminhos para a demarcação dos lotes, abertura das estradas e derrubada de matas. Depois de ter efetuado estas tarefas, era expulso da área. Segundo Arlene Renk, era efetivada a "limpeza da área", prevalecendo o direito de propriedade ao de ocupação<sup>(27)</sup>

#### 2.5.1 - Chapecó-Peperi Ltda.

Em 12 de dezembro de 1919, na cidade de Curitiba, a Empresa Colonizadora Chapecó-Peperi, com sede em Carazinho, Rio Grande do Sul, adquiriu da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, com sede no Rio de Janeiro, uma superfície de terra estimada em 20.978 lotes coloniais de 25 hectares cada um, localizados entre os rios Uruguai, Peperi e Chapecó. Em 28 de abril de 1924, no Rio de Janeiro, foi assinado o contrato definitivo, onde a empresa Chapecó-Peperi Ltda, adquiriu para a Colonização treze mil colônias de 25 hectares cada, situados entre os rios Peperi, Uruguai e Antas<sup>(28)</sup>. As alterações feitas neste contrato, se devem ao fato da Brazil Development ter perdido as terras localizadas entre os rios Chapecó e Antas para a "Oeste Catarinense".

A Chapecó-Peperi Ltda acarretou enormes prejuízos, aguardando durante 3 anos a definição desta questão. E a perda das terras entre os rios Chapecó e Antas para a "Oeste Catarinense" foi um grande golpe nos planos da empresa. Nestas terras, a Chapecó-Peperi havia planejado o início de suas atividades, por terem acesso por estrada com o Rio Grande do Sul, além de serem próximas à cidade de Iraí, núcleo comercial importante para o início da colonização. Para iniciar a colonização nas terras ao Oeste do rio das Antas, havia enormes desvantagens. O único acesso a estas terras eram as picadas ou o leito dos rios da Várzea e Uruguai que serviam de passagem às canoas e lanchas.

"Embora essa posição conciliatória colaborasse para a solução do processo judicial, furtou à empresa a possibilidade de realizar a projetada colonização das terras em frente a Iraí onde já havia uma estrada construída. A colonização do perímetro Antas-Peperi, forçada pela "questão de terras" entre o Estado e a Cia. Estrada de Ferro, sem a existência de estradas de acesso, constitui pesado encargo para a colonização que iniciava"<sup>(29)</sup>.

A situação só melhorou em 1926, quando concluiu-se a Estrada do Prado, ligando Mondaí, então Porto Feliz, por estrada, com as cidades do Rio Grande do Sul.

Outra estrada de vital importância foi construída em 1929, a partir da visita do governador do Estado, Dr. Adolpho Konder, ligando Porto Feliz (Mondaí) à Barracão. Esta foi interrompida no Km 40 com a Revolução de 1930. Sendo retomada a seguir pela própria Chapecó-Peperi, que concluiu os 20 Kms restantes. A falta de estradas e os conflitos políticos ocorridos no Rio Grande do Sul dificultaram e prejudicaram a colonização.

"No ano de 1924 voltou a paz. As estradas da região foram liberadas para o tráfego. A chegada de imigrantes tornou-se intensa. Ininterruptamente caminhões de carga transportavam famílias de colonos até o rio da Várzea... A partir daí a viagem em canoas sobrecarregadas, pelas perigosas e turbulentas águas do Rio da Várzea e do rio Uruguai, constituía-se uma aventura do século"<sup>(30)</sup>.

A escolha da sede da colônia denominada Porto Feliz, atual sede do município de Mondai, ocorreu em 20 de maio de 1922. Mondai foi planejada para ser uma colonização evangélica. Para implantar tal projeto foi escolhido o Pastor Hermann Faulhaber, homem de experiência, no ramo, adquirida quando dirigiu a colonização de Neu Wurttemberg (Fanambi). Este diretor mal pode ver o início da colonização, pois a doença o afastaram da direção<sup>(21)</sup>. Morreu em 8 de julho de 1926.

O atraso do início da colonização, devido a briga pela disputa das terras entre os rios Antas e Chapecó; a posterior perda destas terras onde o início da colonização seria mais fácil; as revoltas no Rio Grande do Sul, que prejudicaram o fluxo dos colonos à região; a crise econômica que passou a Chapecó-Peperi e a pressão da Brazil Development, para que os prazos do pagamento referentes à compra de terras fossem cumpridos, foram algumas das dificuldades enfrentadas pela direção.

Faulhaber consegue, antes de morrer, dar um impulso para sair da crise econômica, vendendo os primeiros cem, dos 2.340 lotes coloniais de 25 hectares cada, à Volksverein, sociedade católica organizada em Santa Cruz, Rio Grande do Sul, com o objetivo da criação de uma colônia para introduzir alemães católicos.

### 2.5.2 -Volksverein

A Volksverein foi uma sociedade católica organizada no Rio Grande do Sul, cujo objetivo era a criação de uma colônia destinada à alemães católicos. Os 2.340 lotes coloniais adquiridos, localizavam-se entre os rios Uruguai e Peperi (divisa com a Argentina, ao norte com as terras da Brazil Development e a leste com as terras da Chapecó Peperi

Ltda). Em 10 de abril de 1926, sob a direção do jesuíta Padre Max de Lassberg, é fundada a sede da nova colônia, denominada Porto Novo, atual Itapiranga<sup>(22)</sup>. Foi fundamental o apoio dos jesuítas, principalmente do Padre Max de Lassberg, que já tinha participado da colonização de Cerro Largo e Santo Cristo, no Rio Grande do Sul e de Monte Carlo e Porto Rico, na província argentina de Misiones, juntamente com Carlos Culmey, diretor da Sul Brasil.

### 2.5.3 - Barth, Benetti e Cia.

Com sede em Caxias do Sul, esta companhia fundou em 1940 a Vila Oeste. Assim como as demais, a Barth, Benetti enfrentou inúmeras dificuldades. A principal foi a de 1943-1945, período em que não ocorreram enchentes, impossibilitando assim a exportação da madeira para a Argentina, principal meio de progresso na época. Posteriormente, o surto de febre tifóide completou o desastre. Somente a partir de 1948, a empresa teve condições de se recuperar. Destaca-se hoje, nesta região, como resultado, a cidade de São Miguel do Oeste<sup>(23)</sup>.

### 2.5.4 - Bertaso, Maia e Cia.

O que distingue esta empresa das demais é o fato dos proprietários terem transferido sua sede para a área de colonização, ou seja, Chapecó. A aplicação dos lucros da empresa na região contribuiu no desenvolvimento industrial de Chapecó:

"Coube à Empresa Bertaso, que em 1934 passou a denominar-se Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Bertaso S/A, promover a instalação de diversas indústrias cerâmicas, moinho de trigo, frigorífico, energia elétrica, etc. que imprimiram os primeiros passos ao processo de Industrialização"<sup>(24)</sup>.

A primeira sede da empresa foi em Passo Fundo e em 26 de junho de 1920 recebeu a primeira concessão de terra. A segunda concessão conseguiu em troca da construção da Estrada do Passo do Goio-En à Passo dos índios em 04 de outubro de 1921. Em 1923, Ernesto F. Bertaso passou a ser o único dono da empresa. A firma adquiriu ainda, para fins de colonização, a Fazenda Campina do Gregório, Campina do Butiá e Saudades. A área total era de 2.249.259.441 metros quadrados, equivalente a 8.997 colônias de 25 hectares<sup>(25)</sup>. Parte destas terras, as localizadas a Oeste do rio Chapecó ficavam na área disputada entre o Brasil e Argentina, no atual município de São Lourenço do Oeste; e outra parte localizada a leste do rio Chapecó, dentro da qual situa-se a cidade de Chapecó, centro agroindustrial da região.

Tomando-se em conta que a média de cada lote colonial possuía uma área de 25 hectares (250.000 metros quadrados) excluídos os lotes urbanos, pode-se ter idéia das principais empresas colonizadoras localizadas na região no final dos anos 30:

Oeste Catarinense (Sul Brasil)	11.091 colônias
Chapecó - Peperi	10.660 colônias
Bertaso, Maia E Cia.	8.997 colônias
Volksverein	2.340 colônias

## N O T A S

- ‘1’ RENK, Arlene. A luta da erva... op cit. p. 45.
- ‘2’ Lei Estadual nº 1.181 de 4 de dezembro de 1917. Coleção de Leis Oficiais - Biblioteca Pública. Florianópolis-SC.
- ‘3’ Lei Estadual nº 1.511 de 26 de outubro de 1925. Op. cit.
- ‘4’ Decreto Estadual nº 46 de 11 de julho de 1934. Coleção de Leis Oficiais - Biblioteca Pública. Florianópolis-SC.
- ‘5’ Contrato celebrado entre o governo do Estado de Santa Catarina e a Brazil Development. Cláusula 8a., 7 de janeiro de 1922. Pasta 02, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- ‘6’ Concessões de Terras T.C., vol. 184, 1913/19. Arquivo Público de Florianópolis.
- ‘7’ Decreto Estadual nº 21, de 5 de março de 1925. Artigo Primeiro. Pasta 04, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- ‘8’ Decreto Estadual nº 71 de 31 de dezembro de 1923. Pasta 04, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- ‘9’ Contrato assinado entre o governo do estado de Santa Catarina e José Rupp em 15 de setembro de 1919. Pasta 02, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- ‘10’ Contrato celebrado entre o governo do estado de Santa Catarina e a Brazil Development em 7 de janeiro de 1922. Op. cit.
- ‘11’ Contrato de arrendamento de ervais... Op. cit.



- «12» Contrato assinado entre o governo do estado de Santa Catarina e José Rupp em 15 de setembro de 1919. Op. cit.
- «13» Contrato assinado entre o governo do estado de Santa Catarina e José Rupp em 13 de julho de 1920. Pasta 01, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- «14» PETRASI, Adalberto A. Reis. Interpretação do 19º do Contrato de 14 de janeiro de 1922. Florianópolis. Pasta 04, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- «15» Contrato de Sociedade por Cotas assinado entre José Rupp e demais acionistas da Empresa Construtora e Colonizadora Deste Catarinense. Porto Alegre, 7 de agosto de 1920. Pasta 01, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- «16» Id.
- «17» Correspondência enviada pelo governador Hercílio Luz ao Presidente da República em 19 de janeiro de 1922. Pasta 07, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- «18» Correspondência enviada pelo governador Hercílio Luz ao Ministro da Agricultura em 19 de fevereiro de 1922. Pasta 07, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- «19» Mandado de manutenção de posse expedido pelo juiz federal Dr. Henrique Netto de Vasconcellos Lessa da Seção do Estado de Santa Catarina em 7 de junho de 1920. Arquivo Fe. Fernando Nagel - Maravilha-SC.
- «20» PETRASI, Adalberto A. Reis. Interpretação... Op cit.
- «21» Declaração publicada pela Brazil Development na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, (IDESC), Fpolis, 20 de abril de 1920. Arquivo Fe. Fernando Nagel - Maravilha-SC.

- <22> Contrato assinado... 7 de janeiro de 1922. Op cit.
- <23> Id.
- <24> Contrato assinado entre a empresa construtora e colonizadora Oeste Catarinense e o governo do Estado em 14 de janeiro de 1922. Pasta 02, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- <25> Pedido de Indenização da Cia. Sul Brasil ao governo do estado pela rescisão do Contrato de 15 de Setembro de 1919. Florianópolis, 15 de janeiro de 1933. Pasta 03, Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- <26> PIAZZA, Walter. A colonização de Santa Catarina. 2.ed. Florianópolis, Lunardelli, 1988. p. 257.
- <27> RENK, Arlene. As representações, no oeste catarinense, a partir dos brasileiros. Cadernos do Ceom. FUNDESTE, Chapecó, vol.7, Abril de 1991. p. 11.
- <28> KOELLN, Arno. Porto Feliz: A história de uma colonização às margens do rio Uruguai. São Leopoldo, Rotermond, 1980, p. 19.
- <29> Ibid., p. 19.
- <30> Ibid., p. 39.
- <31> Ibid., p. 24 e ss.
- <32> PIAZZA, Walter., A Colonização... Op cit. p. 265.
- <33> FOLADOR, J.. História... Op. cit p. 21.
- <34> ROSSETO, S.. Síntese... Op cit. p. 13.
- <35> PIAZZA, W.. Santa Catarina... Op cit pp. 539 e 540.

**CAPÍTULO III**

**A COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL**

### 3.1 - A Constituição da Cia. Sul Brasil.

A Cia. Territorial Sul Brasil, sociedade anônima, com sede em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, constituída a 23 de maio de 1925, era formada pelos seguintes acionistas: Benjamim de Oliveira, Frederico Carlos Gomes, Emílio Gertrum, Primo Teston, Otto Niemeyer, General Adalberto A. dos R. Petraza, Dr. Frederico Dahne, Abílio Chaves de Souza, Jorge Júlio Schilling, Adolfo Zimmermann, Fernando Sudbrack, Carlos A. Coelho de Souza, Dr. Leônidas Coelho de Souza e Arthur Schwein.

Em escritura lavrada em 26 de agosto de 1925, a Cia. Territorial Sul Brasil, com aprovação do Governo do Estado de Santa Catarina, adquiriu a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda. em liquidação. Além dos 2.467.074.800 metros quadrados de terras, nos quais haviam sido demarcados 510 lotes urbanos, 685 lotes coloniais e 80 chácaras, constava no contrato de compra e venda um grande prédio de madeira, dois ranchos e alguns galpões<sup>(1)</sup>.

Como a empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda. foi extinta, este empreendimento colonizador passou totalmente às mãos de empresários gaúchos. É interessante observar que Benjamim de Oliveira, Frederico Carlos Gomes e Emílio Gertrum, acionistas da Cia. Sul Brasil e anteriormente da Cia. Oeste Catarinense eram empresários ligados ao Banco Nacional do Comércio, sucedido pelo Banco Sul Brasileiro. Outro empresário que conhecia bem a região era o madeireiro Primo Teston, que havia comprado vários lotes da então Cia. Oeste Catarinense com o objetivo de comercializar a madeira e revender as terras. Este empresário mostrou seu poderio ao empreitar, em 1929, junto ao governo catarinense, a estrada de Mondaí a Barracão.

A aplicação do capital financeiro por empresários gaúchos no Deste Catarinense deve-se ao fato de vislumbrarem neste empreendimento fabulosos lucros, tanto na comercialização das madeiras, como das terras. Poucos empresários eram do setor. Entre os empresários ligados a Cia Sul Brasil, apenas Benjamim de Oliveira tinha experiência em colonização. Para entrarem em tal ramo, geralmente contratavam um diretor que tivesse experiência no ramo e que pudesse dirigir a colonização em suas terras. Foi o caso da Chapecó-Peperi ao contratar o Pastor evangélico Hermann Faulhaber, que havia dirigido a colonização de Neu Wurttemberg (Panambi); do Padre jesuíta Max de Lassberg, que, depois de ter acompanhado de perto a colonização de Cerro Largo e Santo Cristo (Rio Grande do Sul) e Monte Carlo e outros povoados (Província de Misiones), veio coordenar a colonização em Itapiranga.

A Cia Sul Brasil investiu no experiente Carlos Culmey para dirigir a colonização de suas terras.

### **3.2. - O Diretor Carlos Culmey - 15 anos na Direção.**

O estudo da pessoa de Carlos Culmey é importante, não para se criar mais um herói ou vilão, mas somente para entender a organização da atividade colonizadora empreendida pela Cia. Sul Brasil.

Contratado para diretor gerente em 1926, coube a ele a tarefa de planejar e executar o plano de colonização. Do início das atividades da Cia. Sul Brasil, até maio de 1939, quando morreu tragicamente, foi ele quem coordenou a colonização das terras da Cia. Sul Brasil.

Carlos Culmey nasceu em 19 de junho de 1879, em Neuwied, na Rhenania. Aos 20 anos formou-se Engenheiro Civil e aos 23 anos veio para o Brasil, retornando em seguida para a Alemanha para buscar sua noiva, Luise von Michaelis, com quem se casou no Brasil. Ela e sua filha Tutz Culmey o acompanharam nas diferentes regiões onde esteve na frente do projeto colonizador. Apesar de a família não ter passado as mesmas dificuldades que outros colonos, ela não teve conforto nas diferentes regiões em que esteve, conforme conta Tutz Culmey na obra, "A Filha do Pioneiro"<sup>(2)</sup>.

Em 1901, com 23 anos de idade, Carlos Culmey tomou para si seu primeiro empreendimento colonizador. A Sociedade Católica de Agricultores de Santa Cruz havia adquirido terras na região das Missões: lá coordenou, juntamente com Pe. Max von Lassberg, a colonização dos atuais municípios de Cerro Largo e Santo Cristo, no Rio Grande do Sul. Por volta de 1914, resolveu retornar com sua família para a Alemanha, mas foi impedido pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Aplicou seus ganhos em Bônus de Guerra, os quais perdeu com a derrota da Alemanha. Enquanto a guerra não terminava, assumiu em 1916, uma pequena empresa colonizadora que dirigiu durante dois anos. Desta colonização surgiu o povoado de Sete de Setembro, localizado entre Erechim e Sananduva, no Rio Grande do Sul<sup>(3)</sup>.

Em meados de 1919, sem condições econômicas de retornar para a Alemanha, dirigiu-se à Província Argentina de Misiones que passou a receber imigrantes vindos da Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial. Desta colonização, surgiram os povoados de San Alberto, Cunha Porã, Puerto Rico, Capiovy e Monte Carlo. Conflitado com os diretores da companhia, retornou à Alemanha. Em junho de 1926, voltou ao Brasil, a convite da Cia Territorial Sul Brasil<sup>(4)</sup>.



Foto 01 - Carlos Culmey em seu castelinho as margens do Rio Uruguai.  
Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

A figura de Carlos Culmey, amada por uns e odiada por outros, geralmente é confundida com a própria empresa colonizadora, como demonstra um próprio empregado seu.

"Muitos xingavam ele, mas ele não era mau. Culpado era seu sócio, um tal de Kussler ou coisa parecida. Este era duro. O Culmey sempre dizia eles não tem comércio"<sup>(5)</sup>.

Outro depoimento de um colono demonstra a determinação do diretor da Cia. Sul Brasil.

"Nós podemos elogiar este homem. Cada mês no dia 10, ele vinha no hotel em São Carlos e escutava as reclamações. Se alguém quisesse comprar uma colônia sem dinheiro, ele acabava aceitando. Não tinha dúvida com a medição nada"<sup>(6)</sup>.

Segundo sua filha, Culmey tinha uma grande preocupação pelo bem estar de seus colonos. Para ele não interessavam os lucros imediatos, os quais, segundo ela, só seriam possíveis com a implantação do latifúndio do qual dizia-se inimigo.

"Papai não era amigo do latifúndio. Seu interesse era voltado para os pequenos agricultores. Quase todas as colônias que fundou tinham entre 25 a 27 hectares. Organizava-as de tal forma, que cada uma tinha seu abastecimento de água. Isto garantiria satisfação e progresso"<sup>(7)</sup>.

Jorge Silva, que trabalhou com Culmey como agente vendedor de terra e balseiro, confirma a preocupação que Carlos Culmey tinha em relação aos colonos, mas conta que o mesmo tinha muitas divergências, pois as coisas tinham que ser como ele queria. Os maiores problemas surgiam em relação aos posseiros<sup>(8)</sup>.

Pelos depoimentos acima percebe-se que Culmey tinha claro que o retorno dos investimentos nas colonizações não era imediato. A ausência dos lucros imediatos chocava-se com os interesses dos empresários, o que lhe custou o emprego na Argentina. Enquanto o diretor estava preocupado com o



desenvolvimento da região e dos colonos, o que traria grandes lucros a um prazo maior, certos empresários do setor visavam o lucro imediato com a simples comercialização das terras. Esta sua atitude de acompanhar o colono nas suas inúmeras dificuldades rendeu-lhe um certo respeito e admiração entre os mesmos.

O mesmo já não ocorria entre os posseiros que geralmente o temiam. Em todas as áreas, cuja colonização Carlos Culmey presidiu, ocorreram conflitos com os mesmos. Entre eles podemos destacar os de Sete de Setembro e Província de Misiones.

"Seus inimigos haviam decidido que sua alma poderia seguir a Argentina, mas seu corpo deveria permanecer ali... Só houve um leve tiroteio porque os assaltantes tinham sido recebidos acertadamente por meu pai e seus homens"<sup>(9)</sup>.

Assim Tutz Culmey descreve a fuga deles de Sete de Setembro, depois das ameaças e do perigo de vida que corriam. Ela escreve ainda as ameaças recebidas na Argentina, feitas por caboclos insatisfeitos com a expansão da colonização que expropriava o posseiro. Em Palmitos e São Carlos, durante sua direção, os conflitos com os posseiros eram menos frequentes, pois grande parte dos caboclos eram usados como mão de obra na própria companhia, outros preferiam retirar-se mato adentro.

Em 1929, Carlos Culmey transferiu a sede da Companhia colonizadora de Cascalho para Passarinhos, também no interior do atual município de Palmitos. A nova localização favorecia a recepção e a distribuição dos colonos e de suas famílias. Neste local, às margens do rio Uruguai, ele construiu sua residência, denominada de Castelinho, local onde passou a morar com a família e administrar a Companhia Sul Brasil.

"... no alto do morro, às margens do rio Uruguai, dominando a encantada paisagem. A moradia, em estilo de castelo, tinha 20 quartos, todos em cedro... A casa era cercada por terraços adornados de roseiras que davam até o rio"<sup>(40)</sup>,

conta Tutz Culmey.

Além das atividades na Companhia, Carlos Culmey, tinha seus próprios negócios, que eram administrados por empregados:

"... ele tinha mais empregados. Eu cuidava deles. Tratavam os animais, da criação de gado e peixe. Ele trabalhava na Companhia, mas cada semana tinha que prestar conta sobre o que faltava, tinha visita ou não. Ele comprava milho dos colonos. Plantávamos, mas não o suficiente pois ele tinha bastante gado e porco"<sup>(41)</sup>.

Grande parte da criação de gado bovino e suíno era vendido aos próprios colonos que geralmente vinham sem animais devido às dificuldades de transporte. Outro ramo em que atuava era o setor madeireiro, no qual trabalhavam inúmeros empregados juntamente com seu sócio Alvaro, residente em Iraí. Na primeira vez que Carlos Culmey foi acompanhar a balsa de lancha (antes ia a São Tomé de automóvel), um acidente provocou sua morte.

"Afundou uma lancha, que justamente foi daqui de Mondaí prá buscar ele e soltar o remote. Então foram buscar ele. Tinha muita serração, a noite e nós esperando prá soltar o remote, não vinha... não vinha... três hora passada, aí não puderam mais ficar com o remote amarrado, vinha muita balsa, aí nós saímos... aí tinha acontecido aquilo, por isso que ele atrasou.... Vinha com os papéis e tudó. Aí em Cascalho tinha muita cerração, em vez de agarrar prá um lado agarraram o outro, até que viram estavam na ilha, tombou, virou"<sup>(42)</sup>.

Carlos Culmey era mais um dos inúmeros balseiros que deixaram suas vidas ao enfrentarem as fúrias das enchentes do Rio Uruguai. Presentes na lancha, estiveram seu genro Walter Herwig, seu sócio Álvaro e dois empregados que conseguiram se salvar. Seu corpo foi encontrado 3 dias

depois próximo da fronteira com a Argentina<sup>(13)</sup>. A Companhia territorial Sul Brasil perdia, assim, seu diretor num momento em que o fluxo de colonos para a região vinha aumentando significativamente depois de uma década de enormes dificuldades.

### 3.3 - A demarcação dos lotes.

A credibilidade da Companhia Sul Brasil deve-se, em grande parte, à seriedade com que tratava a questão da medição e a venda dos lotes. A exatidão das medições foi motivo de elogio de todos os entrevistados. A existência de mapas com os respectivos lotes, tamanho da área, localização e devida numeração evitava problemas como a venda do mesmo lote a mais de uma pessoa, bem como facilitava a localização dos mesmos. A organização, neste aspecto, foi exemplar para qualquer companhia colonizadora. Segundo Pedro Sebastiani, não se ouvia alguém reclamar da falta de terra no lote comprado<sup>(14)</sup>. A eficiência na medição é atribuída aos agrimensores vindos especialmente da Alemanha, como nos conta Oscar Sehnem:

"A Cia Sul Brasil trouxe 6 agrimensores novos da Alemanha. Todos solteiros. Conheci eles. Entraram e não podiam voltar, pois não tinham dinheiro. Foram enganados por Culmey. Ficaram anos medindo as terras, fazendo mapas de Passarinho a Campo Erê. Passaram maus momentos no mato. O Culmey pagava mal e não tinham dinheiro para voltar"<sup>(15)</sup>.

A demarcação dos lotes era subordinada ao regime hidrográfico da área a subdividir, cujos cursos d'água principais eram levantados previamente. De cada leito do rio partiam os lotes das duas margens até se encontrarem com os lotes de outros leitões, formando ali uma divisa seca, denominada de "travessão". O travessão dividia pelo meio as

terras existentes entre os dois rios. A partir daí, as terras eram divididas em lotes de 25 a 35 hectares em média. A forma do terreno, normalmente retangular, dependia da distância do leito dos rios entre si. Quanto maior era a distância entre os rios mais comprido e estreito era o lote.

A primeira gleba demarcada pela Sul Brasil, ficou dividida em 26 seções, com uma média de 140 lotes coloniais cada. A ocupação se deu a partir do rio Uruguai, expandindo-se por toda a área entre os rios Chapecó e Antas, em direção ao norte.

A demarcação dos lotes se expandiu rapidamente. Em setembro de 1938, a Companhia Sul Brasil já havia dividido 106.088, dos 277.283 hectares que lhes pertenciam. Nesta primeira etapa foram demarcados, 3.814 lotes coloniais; 1.465 lotes urbanos e 596 chácaras<sup>(14)</sup>. Em 1954, a Sul Brasil já havia dividido praticamente toda a área e introduzido colonos em 48 seções.

As seções eram servidas de estradas gerais e vicinais. As estradas gerais, construídas com recursos da Companhia Sul Brasil, tinham a função de ligar as diferentes regiões com o escritório da Companhia, bem como interligar os núcleos urbanos. As estradas vicinais, abertas pelos próprios colonos, ligavam os lotes à estrada geral. Estas estradas geralmente seguiam próximas ao leito dos rios. As casas eram quase sempre próximas da estrada e, quando da introdução do gado bovino, as terras existentes entre o rio e a estrada eram destinadas quase sempre à formação de poteiros. O gado bovino, além do fornecimento do leite, era amplamente usado na extração de madeira e no cultivo das terras.

Na medida em que as seções foram sendo ocupadas efetivamente, as mesmas passaram a ser subdivididas em 3 a 4

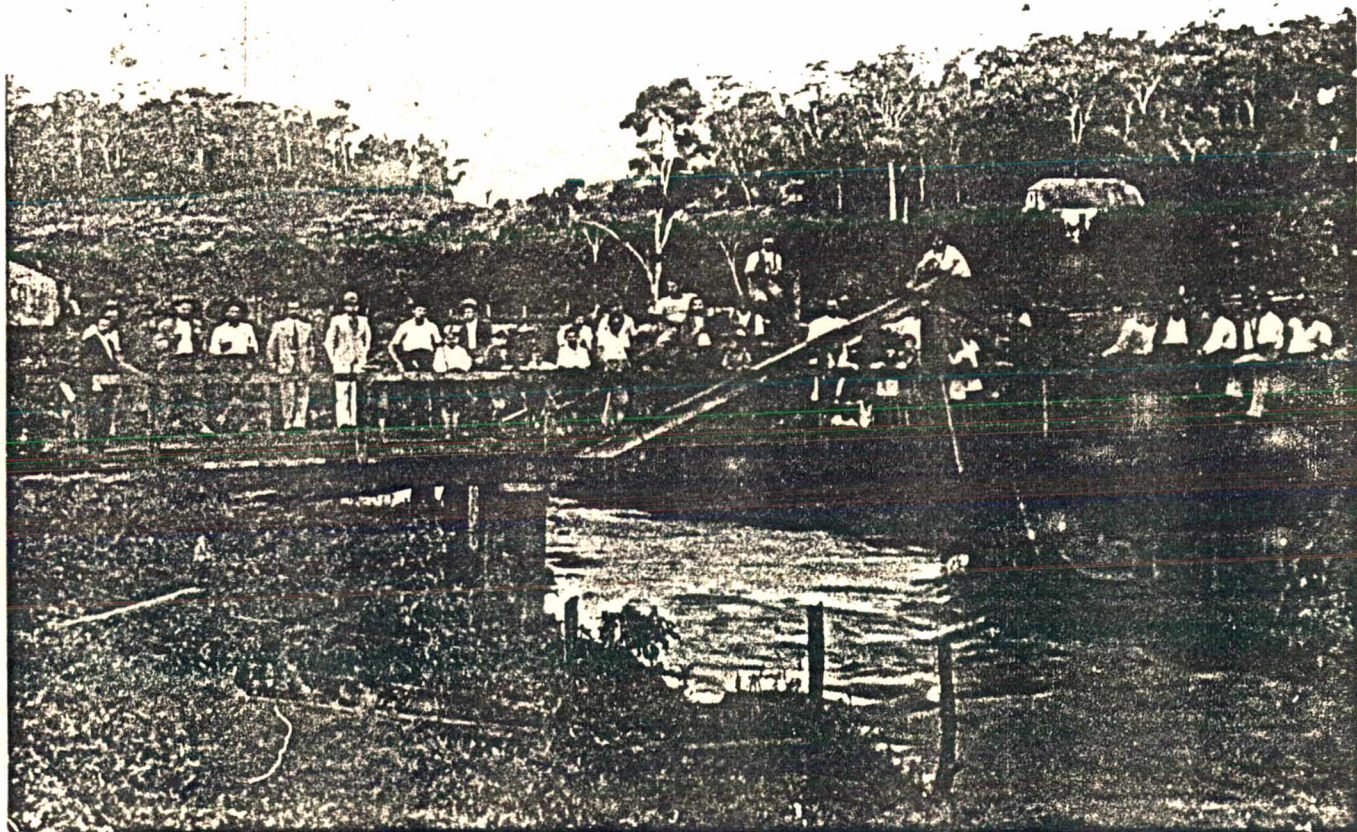


Foto 02 - Inauguração da primeira ponte sobre o lageado Morães em São Carlos. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

comunidades denominadas de linhas, pois normalmente abrangiam os moradores dos dois lados de um rio que eram separados geograficamente pelos de outra linha pelo travessão, ou seja, a divisa seca. A falta de pontes nos rios era amenizada com a construção de pinguelas.

### 3.4 - Propaganda da Cia. Sul Brasil.

"Muito boa. Diziam que dava tudo. Café, banana, açúcar... diziam que em cada pau oco tinha uma abelheira com mel. Era perigoso pois tinha tigre, mas diziam isto para atrair os caçadores. Dava de tudo, só que não disseram que não tinha comércio para vender estas coisas"<sup>(17)</sup>.

A propaganda da Companhia Sul Brasil era feita em jornais e revistas, como a Volksblatt e a Paulusblatt. A mais eficiente, no entanto, foi a do convencimento pessoal, feita pelos agentes vendedores de terra, denominados de propagandistas. Esses deveriam ser colonos, portadores de credibilidade, conhecedores de terras e disporem de círculo relativamente grande de amizades para quem oferecer o produto<sup>(18)</sup>. Eram motivados pelos 10% sobre o valor da venda que a Companhia lhes repassava. Normalmente, passavam de casa em casa e o argumento que convencia, segundo Pedro Sebastiani, era a existência de terra barata, boa, onde dava milho, mandioca, feijão e batata. Desabafando, o mesmo diz que dava de tudo, só que não tinha preço. Sobre isto, os agentes não falavam, nem da falta de estrada para comercializar o produto<sup>(19)</sup>.

Outro desabafo, referindo-se a má fé dos agentes, é dado por Guilherme Mees, natural de Santa Cruz e que foi um dos pioneiros de São Carlos:

"O cunhado do meu irmão, o João Kolher, aquele puxava gente prá cá pela Companhia. Aí, meu irmão e ele convenceram a minha mãe a botar

as coisas fora lá. Depois, o resto dos filhos tiveram que trabalhar por fora prá sobreviver"<sup>(20)</sup>.

Outro agente que aliciou muita pessoas foi o comerciante Pedro Triches. Vendeu seu comércio em Anta Gorda (RS) e veio para cá dedicar-se à exploração e comércio da madeira. Convenceu muitos dos seus fregueses a comprarem terras da Companhia Territorial Sul Brasil sem que a conhecessem. Outros agentes traziam pra cá os colonos com a finalidade de conhecerem as terras, principalmente depois que a região estava em franco desenvolvimento:

"Tinha um encarregado do Culmey que fazia os negócios. Tinha um ônibus e trazia o pessoal prá olhar a terra"<sup>(21)</sup>.

Havia ainda, em menor número, os atraídos pela propaganda em jornais ou revistas. Estes dirigiam-se ao escritório da Companhia Sul Brasil, para adquirir as terras. A família Hoss tomou conhecimento desta colonização através da revista "Paulusblatt"<sup>(22)</sup>. Vários colonos atraídos por belas propagandas, entre eles pessoas bem sucedidas no Rio Grande do Sul, arrependeram-se posteriormente. Alguns deles retornaram ao seu local de origem, como se verá mais adiante.

### 3.5 - A venda dos lotes.

A venda das terras tanto poderia ser feita pelos agentes encarregados, como nas sedes da Cia. Sul Brasil, em Porto Alegre e Passarinhos. O controle da venda das terras era feito em Passarinhos, para onde eram enviados todos os contratos de compra e venda. Com exceção dos alemães russos, os demais compradores deveriam dar um pagamento inicial no ato da assinatura do contrato. Caso contrário, a Companhia

apenas aceitava reservar o lote. Era comum alguém comprar um lote e reservar outro para compra futura.

O restante do pagamento podia ser parcelado até em 36 meses, com 8% de juros anuais. Contudo, quem dependia da venda da produção para cobrir os vencimentos, dificilmente conseguia honrar o compromisso, pois não havia comércio para a produção e a madeira existente no lote só poderia ser vendida depois da liquidação do lote. Era comum colonos trabalharem para a Sul Brasil, na abertura de estradas, com o objetivo de pagarem os juros das terras.

"Meu pai comprou uma colônia e foi a prestação. Era brabo. Fazia uma colheita, mas nada valia. Tinha que pagar o juro e se não podia pagar o juro, tinha juro também. Ele sofreu para pagar aquela colônia"<sup>(22)</sup>,

disse em entrevista Otto Zimmer.

Havia uma política de ocupação. A pessoa que comprava a terra assumia um compromisso de ocupação imediata, em 6 meses ou 18 meses, dependendo da localização. Quem não quisesse ocupar a colônia, só conseguia comprar lotes mato adentro, onde ainda não havia acesso à estrada. Aliás, estrada nem sempre havia, mesmo para os que compravam para ocupar logo seu lote, como afirma Pedro Rodoí:

"O pai veio a Passarinho e comprou pelo mapa e depois quando veio de muda, eles procuraram até encontrar a terra. Fomos até Caiibi, depois o pai levou a mudança até a colônia pela picada aberta pelo agrimensor. Estradas não existia. Dava 8 quilômetros de picada até chegar"<sup>(23)</sup>.

Os alemães russos também receberam seus lotes em seções onde ainda não havia estradas. Neste caso, os homens iam à frente localizar as terras e construir ranchos, para depois buscarem as famílias na sede da colônia. Já os primeiros moradores de São Carlos foram transportados da sede de Passarinhos a São Carlos com a lancha da Companhia. Pioneiros, estes, pagavam um preço muito caro, pois gastaram



suas economias para sobreviverem até que, finalmente, tivessem oportunidade de fazer dinheiro.

### **3.6 - Carlos Culmey e as estratégias de colonização.**

Carlos Culmey considerava fundamental a organização comunitária para o sucesso da colonização. Para tal, não podiam faltar escolas e igrejas nas comunidades. Para facilitar a organização, distribuiu os colonos de tal forma que os alemães católicos, alemães evangélicos e italianos católicos estivessem morando em regiões distintas. A formação de comunidades com a mesma origem étnica e credo religioso criariam menos conflitos entre si, além de facilitarem a organização comunitária, evitando a construção de duas ou mais igrejas ou escolas na mesma comunidade. Isto facilitava também o ensino e o atendimento religioso, dado pelos padres e pastores.

Com este objetivo, as terras localizadas entre os rios Chapecó e Barra Grande foram destinadas aos alemães católicos, surgindo desta colonização os municípios de São Carlos, Saudades e Pinhalzinho. Do rio Barra Grande até o rio São Domingos, no atual município de Palmitos, as terras foram demarcadas para os alemães evangélicos; e do rio São Domingos em diante até o rio Iracema, localizar-se-iam os de origem italiana, que deram origem a Caibi. Finalmente, a área localizada entre os rios São Domingos e Antas passou a ser ocupada pelos teuto-russos de religião evangélica, originando o município de Riqueza. Já os teuto-russos católicos ocuparam uma parte da área reservada aos alemães católicos. Como o fluxo de italianos era maior do previsto, algumas seções próximas ao rio São Domingos, inicialmente destinadas aos alemães evangélicos, foram ocupadas pelos





Foto 03 - Foto tirada no dia da visita do bispo à São Carlos em fevereiro de 1931. Nos fundos aparece a primeira Igreja de São Carlos, construída em 1929. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

descendentes de italianos. Esta divisão ainda está caracterizada nos dias de hoje. Os municípios de Saudades e São Carlos, por exemplo, são basicamente formados por alemães católicos e Caibi por italianos. Já Palmitos é dividido entre alemães evangélicos e italianos, dependendo da região. A única forma de alguém burlar esta organização, até 1940, era comprar terras de terceiros.

"Nós se quiséssemos não poderia comprar em Palmitos, pois éramos católicos. Depois teve católicos que compraram de terceiros e não da Cia. Havia capricho e união e não como hoje em dia..."<sup>(25)</sup>,

disse Ervino Hoss em entrevista.

Carlos Culmey preocupava-se com a instalação de igrejas e escolas. Em São Carlos chegou e exigiu a construção da Igreja. O Pe. José bunse vinha de Santo Angelo atender a região. Sua vinda em definitivo ocorreu somente quando da chegada do Pe. Beiller, que Culmey havia conseguido trazer da Alemanha. Devido a divergências com o Pe. José Bunse, MSF, este último se retirou<sup>(26)</sup>.

Os italianos também construíram a sua Igreja com bastante dificuldade.

"A Igreja também era uma preocupação, era tudo católico, e construir com que? tudo pobre começante. Então se reuniram uma turminha, construíram uma igreja aqui em Caibi, onde está a paróquia"<sup>(27)</sup>,

afirma Pedro Rodóí.

O atendimento religioso junto às famílias evangélicas era feito pelo pastor de Ijuí, e depois Mondaí, mas já nos primeiros anos a Companhia providenciou um pastor vindo da Alemanha para Palmitos<sup>(28)</sup>.

A religiosidade dos colonizadores da região era grande, como mostrou a família Rizzi, uma das primeiras moradoras da região, que trouxe junto com a mudança a estátua de Santo Antonio, que veio dar o nome ao lugar<sup>(29)</sup>.

E a Companhia, por sua vez, sabia que era fundamental possibilitar o atendimento religioso para atrair novas famílias.

O templo servia também de escola. As aulas, na falta de igrejas, eram ministradas na casa do professor. Percebe-se, entre os entrevistados de origem alemã, uma preocupação maior com a alfabetização dos filhos. Rodolfo Koeller conta que, no começo, as famílias tiveram que pagar o professor, mas, mesmo assim saíram da linha Barra Grande, onde só tinha escola a 6 quilômetros de distância, para morar em Três Pinheiros, onde havia escola<sup>(20)</sup>. Entre os alemães russos, a escola também foi criada por eles, embora recebessem ajuda da Alemanha. Eram eles quem pagavam o professor<sup>(21)</sup>.

Entre os italianos, a escola foi introduzida bem depois da chegada das primeiras famílias. O primeiro professor em Caibi foi Júlio Turcatto. Este chegou quando muitos filhos já tinham passado da idade escolar e não puderam estudar, pois o pai os segurava para o trabalho. A professora de Santa Lúcia, Flávia Bodan Lazzari, chegou para Santa Lúcia, Palmitos, em 1939, a pedido de Culmey. Ela conta que lecionou de graça no primeiro ano, pois os italianos não costumavam pagar o professor, como os alemães. Depois passou a receber da prefeitura de Chapecó<sup>(22)</sup>. Além disso, ela enfrentou outras dificuldades, como demonstra o depoimento abaixo.

"Tudo no primeiro ano. Nem aula eles não tinham. Foi eu quem comecei. Eu tinha a maior turma, 67 alunos. Todos se alfabetizaram... alguns já são professores aposentados... Tinha alguns que mandavam os filhos no moinho. Antigamente era assim. Mandava cada dia um filho, mas aí não aprendiam. Mas depois foi indo. Alguns iam um ano ou dois e ficavam em casa"<sup>(23)</sup>.

Em setembro de 1938 havia 18 escolas na região, com uma população aproximada de 1400 famílias. A organização dos

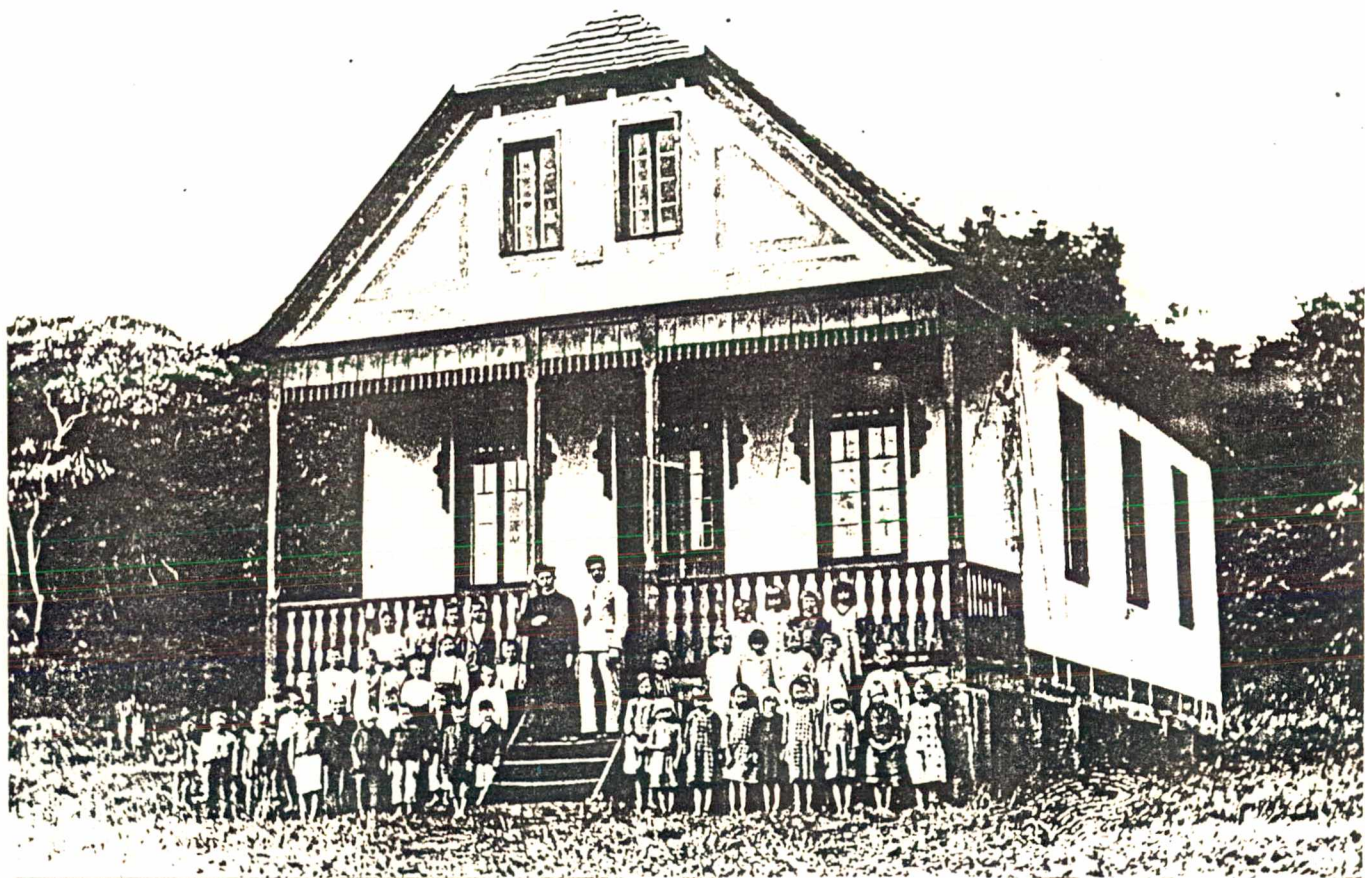


Foto 04 Foto do Primeiro prédio escolar de São Carlos construído em 1932. Até então, a aula era ministrada no salão paroquial. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

núcleos populacionais era fundamental para o progresso da colonização. A existência de estradas, comércio, médicos, atendimento religioso e educacional atrairia novos colonos que já não vinham mais ludibriados por belas propagandas, mas, a partir das informações de parentes e conhecidos instalados na região. Culmey, com sua experiência, sabia que o êxito da colonização dependia da existência de certos núcleos coloniais em franco desenvolvimento.

### **3.7 - Cia. Sul Brasil - diversas visões a respeito.**

"Simpatia e respeito, merecem, sim, as empresas que, à semelhança da Sul Brasil, objetivaram a alta e patriótica tarefa de expandir a cultura humana, através de ermos e descampados territórios semeando terras e povoando o sertão..."<sup>(24)</sup>,

diz o então governador Adolpho Konder, em visita a Cascalho.

Antes de completar seus primeiros quatro anos de atuação, em abril de 1929, a Companhia Sul Brasil recebeu a visita do então Presidente do Estado, Dr. Adolfo Konder, que proferiu, na oportunidade, um elogioso discurso na comunidade de Cascalho, publicado posteriormente no jornal "República". Destaca neste discurso a maneira honesta e inteligente com que a Companhia Sul Brasil vem desempenhando sua missão colonizadora; que, em contrário à prática seguida em Santa Catarina, a Sul Brasil não faz do seu escritório um balcão para traficar terras; não se registra o aliciamento do colono, com falazes promessas para depois pagá-lo no inóspito sertão, sem comunicações que lhe permitam o acesso à gleba adquirida; encontram-se excelentes estradas, há escolas e igrejas. Para Adolpho Konder, a colonização é mais uma obra de irradiação cultural, do que um processo fácil de aferrolhar dinheiro. O Presidente Konder ainda destacou, na

oportunidade, o surpreendente sucesso dos povoados de São Carlos, Palmitos e Cascalho<sup>(25)</sup>.

Por ser, certamente, o elogio mais importante que a Companhia Territorial Sul Brasil recebeu, a mesma usou o discurso do Presidente com o objetivo de adquirir benefícios junto a órgãos públicos e na divulgação da Companhia nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul. Era usado como contra argumentação, quando ela era acusada de irregularidades ou ataques de outras instituições.

Poucos dias após a visita do Presidente, em 4 de junho de 1929, a Companhia Sul Brasil, requereu a redução de 20 para 10 mil reis por hectare, a base para o cálculo do imposto territorial e que essa base fosse mantida no mínimo, durante quatro anos. A referida petição foi deferida mediante a assinatura de um termo de compromisso pelo qual a Companhia Sul Brasil se obrigava a cumprir as exigências do decreto número 1633 de 4 de agosto de 1928. Este termo foi assinado no dia 8 de julho de 1929, e exigia, entre outros, o povoamento das terras com colonos nacionais ou estrangeiros, vendendo-lhes os lotes em prestações anuais, e cobrando juros de 6% ao ano; permitia que os direitos dos contratos de promessa de venda fossem transferidos a outrem; indenizaria ao colono as benfeitorias que tivessem sido feitas, quando viesse abandonar o lote; apresentaria, anualmente, ao governo do Estado, um relatório sobre todos os serviços efetuados durante o ano e forneceria todos os mapas que a repartição de terras exigia. A Companhia, no entanto, não cumpriu tais exigências, apesar de usufruir da redução.

Em agosto de 1931, a comissão de sindicâncias na Diretoria de Terras, Colonização, Agricultura e respectivas agências chegou à conclusão de que a Companhia não estava cumprindo as exigências do decreto número 1633. Entre as



irregularidades apontadas, eram denunciadas as seguintes: no contrato de compra e venda, apareciam, juros de 8% ao ano; no caso de o comprador não cumprir as cláusulas, a Companhia Sul Brasil ficaria com o direito de rescindir o contrato, perdendo o contratante as quantias pagas; as benfeitorias deveriam ser retiradas em 2 meses a partir da rescisão do contrato, caso contrário passariam para a Companhia; o comprador não poderia vender nem hipotecar a colônia antes de possuir a escritura. Diante destas irregularidades a comissão deu o parecer favorável a rescisão do Termo de Compromisso lavrado em 8 de julho de 1929<sup>(26)</sup>.

A visão dos colonizados também difere do Presidente Konder no conceito atribuído à Companhia Sul Brasil. Os alemães russos, tanto os que se localizaram em Riqueza como os de São Carlos, tiveram que primeiro abrir uma clareira no meio do mato para depois transportar suas mercadorias através de picadas. Houve promessas também, conforme conta Guilherme Mees, ao afirmar que foram enganados e que se ele soubesse que a estrada a São Carlos não iria ficar pronta logo, não teria saído de Santa Cruz do sul. Conta ainda que saíram de lá no ano de 1927, chegando a São Carlos no ano seguinte, já sem dinheiro<sup>(27)</sup>. A viúva Fredolina Kussler afirma que foram ludibriados pela propaganda da Companhia. Sentiram-se jogados no "inóspido sertão," quando afirma que no Rio Grande do Sul tinham tudo, carne, leite, salame e em Santa Catarina apenas feijão podre para comerem<sup>(28)</sup>. O abandono foi tanto que muitos nem tiveram condições de abandonar a região, como ocorreu com um grande grupo, desmotivado pela falta de comércio e principalmente pelo surto de mosquitos.

Talvez a prática da Cia. Sul Brasil não fosse a mesma da geralmente praticada pelas demais Companhias colonizadoras do Estado, como afirmava o Presidente Konder. Contudo, em muitos aspectos, havia críticas por parte dos

colonos ali instalados pela Companhia, insatisfeitos com a situação a que foram submetidos. Para os posseiros, a Companhia representava ameaça e desapropriação. Segundo Fontoura de Castro, muitos dos posseiros não eram capazes de aceitar que a Companhia se apossasse "das terras de Deus" para revendê-las. A maioria dos posseiros acabaram se retirando com a expansão da colonização.

Já as outras companhias colonizadoras tinham restrições à Sul Brasil, pois muitas vezes ela praticava preços mais baixos na venda dos lotes coloniais e das madeiras. Era, por isto, identificada como uma concorrente desleal. A Sul Brasil podia vender seus lotes a preços inferiores, pois suas terras foram adquiridas do Estado, enquanto que outras pagaram preços superiores por suas terras para a Brazil Development, como é o caso da Chapecó-Peperi e a Volksvereim. Acrescenta-se a isto a localização privilegiada de suas terras, que atraiu, por exemplo, um número significativo de alemães evangélicos oriundos de Panambi, que a princípio iriam para Mondai, cujo núcleo de colonização foi criado especificamente para acolhê-los.

Já a Companhia Sul Brasil se autodenominava como implantadora do progresso. Afirmava que recebera glebas de terras completamente despovoadas, sem quaisquer meios de comunicação, perdidas no sertão. Orgulhava-se de ter atuado tão eficiente e produtivamente, que transformara estas terras em zonas de grande progresso<sup>(39)</sup>. Afirmava, num relatório de 14 de setembro de 1938, que, apesar do desenvolvimento da colonização ter prometido crescer, a Companhia Territorial Sul Brasil não conseguiu distribuir o menor lucro aos seus acionistas; muito ao contrário, estava inclusive onerada, nos estabelecimentos de crédito, em quantias vultuosas; estas, como o capital dos acionistas, estavam investidas na obra da colonização<sup>(40)</sup>.

### 3.8 - A Companhia e a questão dos posseiros.

De acordo com D'Angelis,

"A nova Lei de Terras teve seu regulamento aprovado pelo decreto número 1318, de janeiro de 1854, e as exigências legais e de recursos para a regularização das posses, então existentes, estavam longe das possibilidades dos sertanejos agricultores (caboclos) e dos próprios índios"<sup>(41)</sup>.

Segundo D'Angelis, os indígenas teriam alcançado a foz dos rios Antas e Chapecó, por volta de 4.500 a.c.. Os inúmeros sítios arqueológicos existentes na região compreendida entre os dois rios vêm comprovar a ocupação indígena já há alguns milênios. Somente no município de São Carlos foram 4 os sítios arqueológicos mapeados em pesquisa realizada em 1968 pelo Padre Rohr<sup>(42)</sup>.

No entanto, quando da chegada das Companhias, os indígenas já haviam sido pacificados ou dizimados. Os índios "civilizados" haviam sido, na sua maioria, aldeados, não criando, portanto, atritos com a companhia colonizadora. As tribos que, na década de 1920, frequentavam as terras da Sul Brasil não tinham moradia fixa. Oscar Sehnem conta que, em 1929, quando chegou em São Carlos, havia ali um acampamento com mais de 100 índios. Segundo ele, os mesmos ajudavam os brancos, não havia nenhuma briga, retirando-se em seguida, pois, estavam ali só de passagem ou seja, acampados<sup>(43)</sup>. Guilherme Mees confirma a existência deste acampamento de indígenas que ali permaneceu por pouco tempo. Conta ainda, que na seção Araçá, interior de Saudades, moravam 3 famílias indígenas que, segundo ele, falavam português "meio quebrado"<sup>(44)</sup>. Os demais entrevistados são unânimes em afirmar que não havia indígenas quando da sua chegada. A maioria, no entanto, encontrou vestígios arqueológicos, principalmente os que se instalaram próximos dos rios.

"... se achavam aqueles panelotes, uma maior, bem redondo, tipo panelão, e, mas tudo vazio. se encontrava na beira dos rios, mas índio mesmo não existia"<sup>(45)</sup>,

diz Pedro Rodoí em entrevista.

O governo imperial já havia "pacificado" o elemento indígena através da atuação dos padres missionários, da Colônia Militar e outras expedições. Um dos atritos ocorrido com os indígenas na região, em 1848, ocorreu quando Francisco Rocha Loures abriu um caminho ligando os Campos de Guarapuava aos de Vacaria, no Rio Grande do Sul. Este caminho era utilizado para a passagem das tropas que buscavam gado "xucro" no Rio Grande do Sul para vendê-lo no centro do país. Sua importância se deve ao fato de encurtar significativamente a distância entre São Paulo e Rio Grande do Sul, barateando, assim, o gado que servia de alimentação na região da mineração em Minas Gerais e, posteriormente, na atividade cafeeira em São Paulo. Por isto, sentiu-se a necessidade da pacificação do elemento indígena para que a área pudesse ser transitada sem os ataques indígenas. Se a estrada ajudou a eliminar o elemento indígena destas áreas, por outro, favoreceu a instalação do luso-brasileiro. Ao longo do caminho, principalmente nos lugares de pouso, instalavam-se luso-brasileiros que davam apoio às tropas. Os indígenas, que não foram aldeados ou dizimados, acabaram miscigenando-se com o luso brasileiro.

Segundo Jaci Poli, no povoamento do oeste catarinense podem ser visualizadas três fases de ocupação, cada uma com atividades econômicas distintas: a fase indígena, que se deu até meados do século XIX; a fase cabocla, que a sucedeu e miscigenou-se com a indígena; e a fase de colonização, caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos basicamente do Rio Grande do Sul, pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e de exploração

da madeira. Já os caboclos dedicavam-se ao corte da erva mate e ao tropeirismo, além de praticar uma agricultura de subsistência na região<sup>(46)</sup>

A maioria dos núcleos de caboclos existentes nas terras da Companhia Sul Brasil existiam na área localizada ao norte. Além da proximidade dos Campos do Erê, a existência de ervais contribui para a instalação do luso-brasileiro anteriormente à chegada da Companhia. Já nas proximidades do Rio Uruguai, sem a existência de ervais e campos, havia moradores isolados, alguns dos quais dedicavam-se à extração da madeira, que já aparece nos relatórios de exportação do estado de Santa Catarina desde meados do século XIX. Alguns autores afirmam que muitos dos que haviam se instalado na região eram criminosos fugitivos. Mas, segundo Pedro Rodoí, estes se retiraram para o Paraná e Mato grosso tão logo chegaram os primeiros colonos<sup>(47)</sup>.

Fossem criminosos, foragidos ou não, todos os entrevistados, de origem alemã e italiana, são unânimes em confirmar a existência de luso-brasileiros ao longo do Rio Uruguai. Segundo Arthur Thessing, os luso-brasileiros trabalhavam por diária e que nenhum crime cometeram. Conta ainda que havia um morador bem antigo, pois tinha bergamoteira e laranjeira velha cheia de musgos, com uns 50 a 100 anos de idade<sup>(48)</sup>. Com a chegada da Companhia Colonizadora e das madeireiras, muitos luso-brasileiros passaram a servir de mão-de-obra na abertura de picadas necessárias à demarcação dos lotes, construção de estradas, derrubada e arrastagem da madeira e na amarração e condução das balsas pelo Rio Uruguai até a Argentina.

Segundo depoimento de, Pedro Rodoí,

"O caboclo trabalhava na Companhia, roçava, subia nas árvores prá tirar cipó e amarrar as balsas. A maior parte que desciam eram os

caboclos... O italiano comprava os bois na feira e puxava a madeira, mas a maioria do pessoal era caboclo"<sup>(49)</sup>.

Por outro lado, a regularização das posses era dificultada ao máximo pela legislação vigente, a ponto de os posseiros não conseguirem a escritura de suas terras. Os poucos posseiros com poder aquisitivo e condições culturais necessários para enfrentar todos os trâmites legais exigidos para conseguir a regularização das terras tiveram seus pedidos negados pelo governo do Estado de Santa Catarina, sob a alegação de que as terras não eram devolutas. Realmente, com exceção das grandes fazendas, as demais terras haviam sido destinadas às grandes colonizadoras.

"Favoreciam apenas os setores dominantes da sociedade, com acesso a informação e aos círculos do poder, que acabaram titulando para si enormes extensões de terras (que nem sempre chegam a conhecer) com o fim único de lucrar com a revenda a empresas colonizadoras ou diretamente a colonos"<sup>(50)</sup>.

No caso das terras colonizadas pela Companhia Sul Brasil, José Rupp, que as conseguiu, era irmão do então deputado estadual Henrique Rupp Junior, que participou como acionista na criação da Companhia Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, juntamente com seu colega da Assembléia Legislativa, Abelardo Luz. Esta companhia construiu estradas em troca de terras revendidas posteriormente à Companhia Territorial Sul Brasil.

A Companhia Sul Brasil, além de não reconhecer as terras do posseiro, geralmente luso-brasileiro, também não tinha nenhum interesse em fixá-lo. Para Arlene Renk, a introdução dos valores externos deixou aos luso-brasileiros duas opções:

"adaptar-se ou ficar excluído, isto por duas razões. A primeira razão seria a desestruturação do modo de vida anterior à colonização, a segunda, pelo descompasso criado entre os habitatus

da população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização<sup>(51)</sup>.

O processo de exclusão foi o que mais se observou em relação aos posseiros residentes nas terras da Companhia Sul Brasil. Poucos tinham condições econômicas de adquirir um lote, por menor que fosse. A Companhia dava oportunidade para que o mesmo adquirisse a propriedade que ocupava. Esta oportunidade era, na verdade, uma forma de obrigar o caboclo a entregar a terra quando vencessem os prazos de pagamento. Prova disso é que, no caso dos posseiros, o contrato de promessa de venda do lote só era redigido quando ele havia pago a maior parte ou mesmo concluído o seu pagamento. Foi o caso da Senhora Alexandrina Narcisa dos Santos<sup>(52)</sup>. Para os colonos oriundos do Rio Grande do Sul, este contrato de Promessa de Venda era assinado até sem entrada, ou, como na maioria das vezes, com um pequeno sinal. Outra prova de que a companhia não pretendia fixar o luso-brasileiro foi o fato de não reservar para o mesmo uma área específica, como havia feito para os italianos e alemães.

O posseiro geralmente vendia seu rancho e a pequena roça ao colono gaúcho, que comprava a terra da Companhia. Rafael Scheicher diz que os caboclos que havia, vendiam suas propriedades e seguiam mato adentro<sup>(53)</sup>. A Companhia Sul Brasil, temendo que o posseiro voltasse a se instalar em suas terras, obrigava-o a assinar um termo, no qual se comprometia a deixar definitivamente as terras da Sul Brasil.

Aos posseiros que relutavam em deixar seu lote, foi-lhes possibilitada a compra do mesmo. Esta oportunidade era, no entanto, apenas uma estratégia de eliminar o luso brasileiro sem maiores conflitos, pois sabiam que o mesmo devolveria o lote tão logo vencesse a primeira prestação.

Poucos eram os posseiros que tinham condições econômicas para pagar o lote comprado.

Na medida em que colonização avançava em direção norte, o número de posseiros aumentava. Na região de Saudades e Pinhalzinho, havia muitos que aos poucos eram varridos, principalmente pelos alemães. Segundo Pedro Sebastiani, todos os caboclos saíram. Daí estava "limpo a área", concluiu ele<sup>(54)</sup>. Ervino Hoss conta como era efetuada esta "limpeza", mesmo nos lugares onde havia grande concentração de caboclos:

"Em 1931 já tinha estrada até Saudades. Lá moravam 3 a 4 famílias brancas. Caboclos tinha bastante. Eles não tinham escrituras. Aos poucos as famílias brancas iam comprando. Os caboclos vendiam seus direitos, só que o colono tinha que comprar a terra da Companhia"<sup>(55)</sup>.

Segundo Wachowicz (1985), as razões pelas quais os luso-brasileiros se desfaziam de suas posses no sudoeste do Paraná, são: o pleno conhecimento de que sem a escritura, a posse da terra era instável e insegura; a lembrança do ocorrido no Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular do Brazil Railway; a impossibilidade de convivência do sistema de criação de porcos soltos nas plantações de milho, com o tipo de agricultura praticada pelos colonos de origem; e a opção de seguir mato adentro onde podiam fazer suas costumeiras derrubadas facilitava a expropriação. Mesmo assim, havia resistência. Fontoura de Castro diz que o caboclo não era ruim por natureza. A resistência era um meio de sobrevivência, porque, segundo ele, o cavalo quando está com fome quer comer, o homem também. Se a Sul Brasil podia esbanjar porque era rica, o pobre também tinha o direito de viver. Conta ainda, que em linha Machado, município de Pinhalzinho a família Machado resistiu até o despejo.



"Nós não saímos daqui. Podem medir, nós respeitamos esta medição mas saber que nós não sai daqui. Acabaram comprando a prazo, com o tempo foram pagando, mas tiveram que bancar... enfrentaram. Diziam que a terra era do povo, de deus, não da Sul Brasil. Bom, de um lado é certo, mas eles sem documento nenhum, mas a Sul Brasil não era dona, mas era a colonizadora"<sup>(56)</sup>.

O relato mostra a confusão que se instalou na cabeça dos posseiros quando da chegada da Companhia Colonizadora. Anteriormente, as terras abundavam e pertenciam a quem delas se apossasse. Não havia divisas, nem cercas e quando queriam fazer novas derrubadas iam para outro lugar. Com a chegada da colonização, eles passaram a ser denominados de intrusos.

A falta de noção do valor comercial da terra fazia com que os posseiros aceitassem trocar por quantias irrisórias as suas benfeitorias e plantações. O conflito certamente teria sido mais acirrado se, ao norte, inclusive no estado do Paraná adentro, não houvesse áreas ainda devolutas.

"Se dizia compra ou te arranca... não podiam comprar, dava aquela folia. Mas tinha que sai, chegava um colonos mais reforçado, bem armado de espingarda. As vezes dava morte. Quem era de bem agarrava e saia quieto para diante. E aquele que era bonzote ficava lá mesmo"<sup>(57)</sup>,

afirma em entrevista Fontoura de Castro.

Se, em Saudades, a expropriação do caboclo não gerou muitos conflitos, o mesmo não se pode dizer sobre a região de Pinhalzinho. Fontoura de Castro conta que, pelo ano de 1946, Pinhalzinho era dominada pelos luso-brasileiros. Os poucos alemães que havia, andavam sempre em grupos. Diz que é difícil precisar a época em que chegaram os caboclos, pois havia uma rotatividade muito grande. Os que ali moravam vendiam o rancho para os que iam chegando do Rio Grande do Sul, deslocando-se para Campo-Erê e Modelo. A Companhia por

sua vez tentava impedir a entrada de novos posseiros em suas terras.

"Passei o rio Uruguai, aí tinha uma placa grande: Colonizadora Sul Brasileira. Aí eu falei pro encarregado eu vou entrando, eu não sou intruso... Ele foi dando coice. Tu não vais entrar como intruso.  
 - Eu já disse, vou procurar meu irmão.  
 - Não sei se teu irmão está.  
 - Então a culpa não é minha...  
 Encontrei meu irmão em Pinhalzinho... daí pus um bolicho. Não comprei terra"<sup>(58)</sup>

Este diálogo mostra a preocupação da Companhia Sul Brasil em não deixar entrar mais posseiros em suas terras. Pois além dos núcleos de caboclos já existentes, outros estavam em formação. Estes núcleos de posseiros normalmente se formavam na extremidade norte, onde os lotes ainda não haviam sido vendidos. Num cadastro feito pela Companhia, em Agosto de 1952, nas seções de Burro Branco, Lageado Grande, Mundo Novo, Cedro, Rabicó, Jundiá e Lageado, demonstra-se que residiam somente ali 402 famílias posseiras, num total de 3.191 indivíduos, numa média de 7,93 elementos por família. Pelo quadro abaixo, pode-se observar o período que ali se instalaram.

É interessante observar que todos estes levantamentos foram feitos por luso-brasileiros, que geralmente tinham seu nome incluído na lista dos posseiros. Esta estratégia de cooptar alguém do grupo era prática comun usada pela Companhia Sul Brasil. Jorge Silva, representante de venda de terra junto aos luso-brasileiros conta que diziam: "Caboclo com caboclo se acerta"<sup>(59)</sup>. O quadro acima mostra que a grande maioria deles se instalaram depois de 1926, ou seja, depois da chegada da Companhia Sul Brasil. No entanto, como a migração interna era grande, certamente muitos deles já moravam nestas terras antes do ano citado. Além do luso-brasileiro trocar com frequência suas terras para fazer novas derrubadas em outras áreas, o avanço da

própria colonização empurrava os posseiros sempre em direção ao norte.

### Quadro 01

#### Período de instalação dos posseiros nas terras da colonizadora.

Período	Número de famílias
1900/1905	01
1906/1910	00
1911/1915	03
1916/1920	01
1921/1925	15
1926/1930	21
1931/1935	31
1936/1940	48
1941/1945	173
1946/1950	109
<b>Total</b>	<b>402</b>

FONTE: Relatório efetuado pela Cia. Sul Brasil. Agosto de 1952. Arquivos da Cia. Sul Brasil. Poa, RS.

Um outro cadastramento feito pela Companhia Sul Brasil, em julho de 1951, mostra que a maioria das famílias posseiras não criaram maiores problemas para a Companhia. Do total de 130 famílias, 73 aceitavam a proposta de se retirarem, 45 queriam ser fixadas, enquanto que apenas 12 tinham intenções duvidosas, ou seja, prometiam resistir ao avanço da colonização.

O posseiro, com raras exceções, se retirava das terras tão logo vencessem as primeiras prestações. Não tendo com que pagar, sentia-se na obrigação de abandonar sua terra. Jorge Silva, responsável para resolver a questão dos posseiros numa determinada área, conta que, em 12 anos de trabalho, entrou apenas 5 vezes na Justiça. Reconhece, no entanto, que teve menos conflitos devido a sua habilidade em lidar com o mesmo. No início havia resistência, pois ia

\*

soldados junto. Chegaram a nos cercar, houve muitas ameaças das quais deu para escapar. A situação era tal que, numa segunda vez, o motorista se recusou a ir junto.

"No começo havia agressividade, depois não. Foi o seguinte, é que a Companhia me deu motorista, carro e a justiça toda comigo, qualquer coisa era advogado, juiz, tudo. Mas eu agradei tudo isso"<sup>(60)</sup>.

O próprio perigo fez Jorge Silva mudar de tática. Ao invés de partir para o confronto que certamente custaria muitas vidas, investiu na conquista dos brasileiros. O fato de ser brasileiro ajudou-o na aproximação e conquista dos mesmos. Em pouco tempo era compadre dessa gente.

"Não tinha nem onde dormir. Se tinha uma criança eu ia batizar, perdi a contagem do número de compadres que tive. Comprei um jipe e levava uns pacotes de caramelos e pegava o compadre que já tinha batizado para chegar e conquistar os demais. Criei uma amizade com os posseiros de fazer inveja. Cheguei a visitar alguns compadres lá no Paraná"<sup>(61)</sup>.

Jorge Silva comprava as terras da Cia. Sul Brasil a um preço inferior e as revendia aos posseiros, se os mesmos apresentassem alguma resistência.

"Na época comprei 50 colônias. Comprava e vendia pra eles, picava os pedaços. Desse pessoal que tava era 3,4 hectares, mais não compravam. Eu comprei da Companhia e deixava eles morando em cima. E dei aquele prazo. E depois eles me deram quase tudo de volta"<sup>(62)</sup>.

A Companhia, por sua vez, facilitava para Jorge Silva e outros, o pagamento dos lotes ocupados por luso-brasileiros, além de demarcar lotes menores para eles. Estes lotes normalmente eram reincorporados posteriormente ao lote maior e revendidos aos colonos gaúchos. Jorge Silva afirma que, mesmo posseiro conseguindo pagar parte ou toda a terra, ele a reaveria tão logo que o brasileiro tivesse terminado de derrubar o mato, pois o caboclo não estava habituado a trabalhar com a enxada. A questão dele era

derrubar mato. Por isso, a divisão em pequenos lotes, ao invés de contribuir para fixação do caboclo, ajudava-o a expropriá-lo. Por outro lado, para o posseiro, a terra representava apenas sobrevivência, não tinha noção do valor comercial, isto facilitava a expropriação.

"Pra eles se dizia, pega aí uns 10,15 cruzeiros, já entregavam e saiam, iam prá frente"<sup>(63)</sup>,

segundo depoimento de Jorge Silva.

Nem todos tiveram a mesma "habilidade" para efetuar a limpeza da área. Jorge Silva reconhece que a sua área foi a mais tranquila. Conta que as demais áreas tiveram mais conflitos, principalmente na região de Modelo. Jaci Poli confirma a existência deste núcleo de luso-brasileiros, ao classificar a população de Modelo em duas fases: de 1928-47, população puramente luso-brasileira, e de 1948-58, a gradual diminuição de participação do luso-brasileiro na formação populacional a partir da ação das Companhias Colonizadoras<sup>(64)</sup>.

A Companhia Sul Brasil foi acusada no processo protocolado na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, sob número 5.285 de 7 de agosto de 1951, de maltratar e expulsar os posseiros de suas terras. A Companhia Sul Brasil, em resposta à acusação, não nega tal prática, apenas justifica que era preciso desocupar os lotes coloniais já vendidos a terceiros e que não puderam ser entregues aos mesmos pela permanência dos intrusos. Argumentava ainda que havia nas suas terras o posseiro e o intruso. Na definição da Companhia, posseiro era aquele que, com o consentimento tácito ou expresso do proprietário, ou ao menos, sem oposição da parte deste, se investia da posse, que era, no caso, mansa e pacífica, portanto tolerável. Já o intruso era aquele que invadia a terra, desmatando-a sem a possuir, ou a possuindo criminosamente, sem categoria de

estabilidade ou legitimidade no uso de determinado espaço territorial. Enquanto o primeiro trabalhava, fazendo serviço de agricultura para o bem comum, o último, aventureiro, não fazia senão destruir as riquezas existentes, devastando inutilmente as terras e tirando-lhes as essências florestais mais valiosas<sup>(65)</sup>.

Primeiramente, a Companhia tentou caracterizar os brasileiros que trabalhavam para os colonos de origem, geralmente italianos, de posseiros e os verdadeiros posseiros de intrusos. Evidentemente que os primeiros eram bem vistos, pois serviam de mão de obra barata para os colonos. Os demais deveriam ser varridos pois eram inconvenientes. É falso o argumento de que os mesmos estariam ocupando lotes vendidos, pois o acordo ou o despejo ocorria anteriormente à venda do lote. A acusação feita ao "intruso" de que estaria destruindo a floresta inutilmente, não convence, pois, os mesmos o faziam em pequena escala, somente para a sobrevivência, enquanto que a Companhia Sul Brasil devastou em torno de 7 milhões de metros quadrados com o intuito de acumular capital. E com certo cinismo o relatório afirma:

"A Companhia não lhes (aos posseiros) tolhe a oportunidade para a fixação, que lhe seria a garantia de em futuro e dos seus... Existem é bem verdade, aqueles que se fixam na terra imediata, e entregam-na, quando a reclamam, mediante a indenização das chamadas "benfeitorias" (um rancho, pequena roça, etc)"<sup>(66)</sup>.

A solução apresentada pela Companhia Sul Brasil para resolver o problema era a destinação das seções Saltinho, Lageado Grande e Burro Branco para a instalação dos intrusos. Os lotes seriam vendidos em 5 prestações sem juros, sendo uma inicial, e a redução de 800 para 500 cruzeiros o hectare<sup>(67)</sup>. Com isto a Companhia continuaria empurrando os posseiros em direção ao norte. Quando a colonização lá chegasse, a maioria dos posseiros,

impossibilitados de pagarem, já teriam devolvido seus lotes. A estratégia da companhia de vender os lotes para depois retomá-los era muito usada, pois poucos conseguiriam dinheiro para pagar as terras, uma vez que o posseiro de modo geral nunca teve a preocupação de acumular capital. Muitos deles não tinham o dinheiro para cobrir sequer a entrada. E os que o possuíam, cobriam normalmente apenas as despesas com a demarcação dos lotes, que geralmente eram devolvidos posteriormente à Companhia Sul Brasil valorizados com a efetuação das primeiras derrubadas<sup>(68)</sup>.

Os posseiros assim formavam, o que Poli denomina de "frente da frente", deixando o caminho aberto para as empresas colonizadoras penetrarem na região e venderem as terras já desbravadas<sup>(69)</sup>. Segundo Campos, esta era uma prática em toda região, ao afirmar que:

"Com a progressiva colonização da região dos caboclos tornavam-se os primeiros deserdados da terra. A ocupação progressiva e o escasseamento das terras virgens, as cercas e o poder instituído, os caboclos viram a destruição de suas tradicionais condições de vida. Muitos migraram para o Paraná, mas logo seriam alcançados pelos colonos e suas cercas<sup>(70)</sup>.

Os que foram incorporados geralmente não tinham acesso à terra, meio de produção. Marginalizados, acabavam vendendo sua força de trabalho, explorada principalmente entre os colonos de origem italiana, enquanto os alemães preferiam a "limpeza da área" à utilização da mão de obra cabocla. Ainda hoje observam-se inúmeras famílias luso-brasileiras nas comunidades italianas, totalmente dependentes dos colonos de origem.

"Então o caboclo que entrou, hoje tem muitos, são tudo gente que trabalha, como peão, como empregado, alguns já tem terra, gente caprichosa... já são mais comportado. Tem algum valente quando estão na pinga, mas senão é gente boa"<sup>(71)</sup>.

Para Poli, a afirmação de que muitos eram bons, demonstra que o relacionamento era, de certa forma, amenizado pelo "compadrio" que provocava o aquietamento da revolta do posseiro pela dependência para sobreviver<sup>(7e)</sup>. Arlene Renk afirma que a colonização, além do processo de expropriação, representou o momento da descoberta da diferença, da existência e da imposição de outro sistema ao qual o posseiro tentou fazer tudo mais ou menos igual<sup>(7a)</sup>.

Concluído a venda das suas terras, a Sul Brasil havia eliminado praticamente todos os posseiros ali instalados. Dos que se adaptarem à colonização, uma minoria ficou com um pedaço de terra escriturada, enquanto que os demais continuam servindo de mão de obra aos colonos de origem. Os que seguiram mata adentro, segundo Campos, seriam alcançados logo pelos colonos e suas cercas.



## N O T A S

- <1> Contrato de venda das terras da Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense à Cia. Territorial Sul Brasil. Porto Alegre, 26 de Agosto de 1925. Pasta 06. Arquivo da Cia Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- <2> HERWIG, Tutz Culmey & KNORR, Ilga K.. A Filha do Pioneiro. Florianópolis, IOESC, 1987. p. 19 e ss.
- <3> Ibid., p. 30
- <4> Ibid., p. 59
- <5> ZIMMER, Otto. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 16 de janeiro de 1991, em Riqueza.
- <6> THESSING, Arthur. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 11 de janeiro de 1991 em Pratas, São Carlos.
- <7> HERWIG, T. e KNORR, I.. A Filha do ... Op cit. p. 54.
- <8> SILVA, Jorge. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 16 de janeiro de 1991, em Riqueza.
- <9> HERWIG, T. e KNORR, I.. A Filha do ... Op cit. p. 38.
- <10> Ibid., p. 69.
- <11> ZIMMER, O.. Entrevista... Op cit.
- <12> SILVA, J.. Entrevista... Op cit.
- <13> HERWIG, T.. e KNORR, I.. A Filha... Op cit. p. 79.
- <14> SEBASTIANI, Pedro. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 9 de janeiro de 1991, Morães, São Carlos.
- <15> SEHNEN, Oscar. Entrevista concedida a Alceu A. Werlang em 9 de janeiro de 1991 em Cunhataí, São Carlos.

- <14> Relatório da Cia. Territorial Sul Brasil enviado a Diretoria de Terras e Imigração. Porto Alegre, 6 de setembro de 1938. Pasta 03. Arquivo da Cia Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- <17> THESSING, Arthur. Entrevista... Op cit.
- <18> RENK, Arlene. A Luta da Erva... Op. cit. p. 123.
- <19> SEBASTIANI, F. Entrevista... Op cit.
- <20> MEES, Guilherme. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 11 de janeiro de 1991 em Santa Lúcia, Palmitos.
- <21> LAZZARI, Segundo. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 17 de janeiro de 1991 em Santa Lúcia, Palmitos.
- <22> HOSS, Ervino. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 12 de janeiro de 1991 em São Carlos.
- <23> ZIMMER, O.. Entrevista... Op cit.
- <24> RODOÍ, P.. Entrevista... Op cit.
- <25> HOSS, E.. Entrevista... Op cit.
- <26> SEBASTIANI, F.. Entrevista... Op cit.
- <27> RODOÍ, P.. Entrevista... Op cit.
- <28> KOHLER, Rodolfo. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 18 de janeiro de 1991 em Três Pinheiros, Palmitos.
- <29> RIZZI, Clemente Fernando. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 15 de janeiro de 1991 em Santo Antonio, Caibi.
- <30> KOHLER, R.. Entrevista... Op cit.

- (31) SCHEICHER, Rafael. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 10 de janeiro de 1991 em Aguiinhas, São Carlos.
- (32) LAZZARI, Flávis Bondan. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 17 de janeiro de 1991 em Santa Lúcia, Palmitos.
- (33) Id.
- (34) Discurso proferido pelo Presidente do Estado, Dr. Konder no distrito de Cascalho quando da visita ao Oeste Catarinense. Publicado no jornal "República" de Florianópolis na edição do dia 30 de maio de 1929.
- (35) Id.
- (36) Parecer da Comissão de Sindicância na Diretoria de Terras, Colonização, Agricultura e Respectivas Agências. Florianópolis, 13 de agosto de 1931. Arquivo Municipal Pe. Fernando Nazel. Maravilha-SC.
- (37) MEES, G.. Entrevista... Op cit.
- (38) KUSSLER, Fredolina Catharina. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 18 de janeiro em Palmitos.
- (39) Resposta da Cia. Sul Brasil a acusação número 5285 de 7 de agosto de 1951 feita pela Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Porto Alegre, 7 de janeiro de 1952. Pasta 08. Arquivo da Cia Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- (40) Relatório da Cia. Sul Brasil ... Op cit. 1938.
- (41) D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. Cedernos CEOM. Chapecó, Fundeste, vol. 6, Novembro de 1989. Op cit.

- (42) ORTIZ, Hilda B. Dmitruk. Síntese Pré-Histórica do Oeste. Cadernos do CEOM. Chapecó, FUNDESTE, vol. 1, setembro de 1989. p. 57.
- (43) SEHNEM, O.. Entrevista... Op cit.
- (44) MEES, G.. Entrevista... Op cit.
- (45) RODOÍ, P.. Entrevista... Op cit
- (46) POLI, Jaci. Caboclo... Op cit p. 53.
- (47) RODOÍ, P.. Entrevista... Op cit.
- (48) THESSING, A.. Entrevista... Op cit.
- (49) RODOÍ, P.. Entrevista... Op cit.
- (50) D'ANGELIS, W.. Para uma história... Op cit p. 41.
- (51) RENK, A.. A luta da erva... Op cit p. 11
- (52) Contrato no. 774 de 6 de março de 1930. Pasta número 1. Arquivo Pe. Fernando Nagel. Maravilha - SC.
- (53) SCHEICHER, R.. Entrevista... Op cit.
- (54) SEBASTIANI, P.. Entrevista... Op cit.
- (55) HOOS, E.. Entrevista... Op cit.
- (56) CASTRO, Fontoura. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 16 de janeiro de 1991 em Caibi.
- (57) Id.
- (58) Id.
- (59) SILVA, J.. Entrevista... Op cit.
- (60) Id.
- (61) Id.
- (62) Id.

- <63> Id.
- <64> POLI, Jaci. Caboclo... Op cit. pp. 49 e 50.
- <65> Relatório da Cia. Sul Brasil enviado a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Janeiro de 1952. Pasta 03. Arquivo da Cia Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- <66> Id.
- <67> Id.
- <68> SILVA, J.. Entrevista... Op cit
- <69> POLI, J. Caboclo... Op cit. p. 75.
- <70> Apud Arlene Renk, As Representações... Op cit. p. 16.
- <71> RODOÍ, P.. Entrevista... Op cit.
- <72> POLI, J.. Caboclo... Op cit. p. 80.
- <73> Apud. Arlene Renk. As Representações... Op cit. p. 19.

## **CAPÍTULO IV**

### **O PROCESSO DE OCUPAÇÃO EFETUADO PELA CIA SUL BRASIL**

#### 4.1 - A Colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul.

O Fenômeno imigratório europeu está ligado às transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram com a expansão do capitalismo e as novas formas de produção por ele adotadas<sup>(1)</sup>. Com a abolição da posse feudal da terra, o antigo servo teve acesso à terra sob a condição de ceder um terço do imóvel. Com isso, muitos ficaram com terra insuficiente para sua subsistência; outros iam chegando ao minifúndio devido ao fracionamento efetuado pelas heranças<sup>(2)</sup>. Por outro lado, na Alemanha, a industrialização deu-se apenas a partir de 1870, sendo, na época, muito incipiente para absorver esta mão de obra.

Na medida que a indústria começou a absorver a mão de obra camponesa passou a arruinar artesãos e trabalhadores da indústria doméstica que não tiveram como resistir à concorrência das grandes empresas. Se, por um lado, num primeiro momento, a emigração se fez frente ao atraso em que se encontrava a Alemanha em relação à revolução industrial, numa segunda fase, ela foi propiciada pelo excedente populacional advindo do desenvolvimento industrial, do crescimento demográfico e das crises de conjuntura econômica<sup>(3)</sup>.

Na Itália o processo se deu de forma semelhante à Alemanha, embora a liberação de imigrantes tenha sido menor no primeiro período. O auge da crise sócio-econômica da Itália começou a partir de 1850.

A liberação da mão de obra européia pela revolução industrial coincidiu com a grande necessidade de mão de obra no Brasil. A partir de meados do século XIX, a imigração passou a ser incentivada no Brasil como forma de substituir a mão de obra africana. O sistema escravocrata tornou-se um

obstáculo para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, para o qual é imprescindível uma mão de obra livre, não apenas capaz de vender sua força de trabalho, mas também o de criar um mercado consumidor<sup>(4)</sup>.

... A partir do decreto número 6.129 de 23 de fevereiro de 1876, que organizou a Inspetoria Geral das Terras, foi desencadeado o fluxo de europeus para o Brasil. Segundo Caio Prado Junior, houve dois tipos de imigração para o Brasil: uma de iniciativa oficial, que objetivava povoar zonas desocupadas, geralmente longe dos latifúndios; e a outra particular que buscava mão de obra para o latifúndio, em substituição da mão de obra escrava<sup>(5)</sup>. A partir de 1870, a imigração italiana passou a ser intensificada com o aumento da produção do café brasileiro, bem como pela situação sócio-política da Itália<sup>(6)</sup>. Contribuíram para este grande fluxo italiano, a política de redução da imigração adotada pelos Estados Unidos e as restrições feitas pelo governo alemão em relação à vinda de imigrantes alemães ao Brasil.

Neste período, a maioria dos imigrantes destinavam-se às fazendas de café. Sem acesso à propriedade, acabaram submetidos a uma escravidão camuflada pelos proprietários do café. Os demais, vindos para os três estados do Sul, na sua maioria, tiveram acesso à terra, apesar das dificuldades que ali também passaram nos primeiros anos. Segundo Arlene Renk:

"...a imigração italiana permitiu a entrada de diferentes camadas populacionais; colonos que se estabeleceram em pequenas propriedades; trabalhadores para as fazendas de café em São Paulo, no regime de colonato; técnicos e operários para o parque fabril incipiente, à época"<sup>(7)</sup>.

Os colonos que se estabeleceram em pequenas propriedades, destinavam-se na sua maioria aos estados do Sul, ocupando áreas que na época não interessavam ao latifúndio pecuário, possibilitando ali a instalação de



pequenas propriedades. O latifúndio exportador, temendo que os produtos dos colonos pudessem vir a concorrer com eles no mercado internacional, não desejavam a colonização em regiões próximas aos cafezais. Por isso, a colonização deveria se localizar em áreas não propícias às culturas desenvolvidas pelos latifúndios voltados para a exportação. Assim se entende porque a colonização só teve êxito nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes colonos tinham a função de abastecer o mercado interno com gêneros alimentícios de que mais necessitavam<sup>(9)</sup>.

Battistel cita, entre os objetivos da colonização brasileira do século XIX, o branqueamento da raça, temendo-se uma insurreição negra e a formação de um exército brasileiro para combater os últimos focos de forças portuguesas. Entre 1824 a 1830, chegaram cerca de 2500 soldados, engajados no Rio de Janeiro, que haviam sido alistados como colonos na Alemanha<sup>(10)</sup>.

Os colonos que se dirigiam para o Rio Grande do Sul localizaram-se na região das matas, terras que não interessavam até então ao latifúndio pecuário. Instalados em pequenas propriedades, passaram a produzir gêneros alimentícios para abastecer o mercado nacional, distante da grande propriedade, para não representarem ameaça à hegemonia política e econômica ao latifúndio pecuário<sup>(10)</sup>.

A colonização alemã ocupou, no Rio Grande do Sul, os vales dos rios da depressão central, interrompendo-se nas encostas inferiores da serra geral. A encosta superior foi ocupada posteriormente pelos italianos<sup>(11)</sup>. A colonização oficial do Rio Grande do Sul iniciou em 1824 às margens do rio dos Sinos, com a fundação de São Leopoldo. De 1830 a 1844, o Rio Grande do Sul não recebeu imigrantes alemães, pois o governo daquele país havia proibido a emigração para o Brasil em consequência aos maus tratos que os emigrantes

vinham recebendo. A colonização foi retomada depois de 1844, expandido-se por Novo Hamburgo, Lageado, Estrela, Montenegro, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Santa Maria, Santo Angelo, Torres e São Lourenço, construindo colônias oficiais e particulares<sup>(12)</sup>.

Já a colonização italiana teve impulso em 1870, quando da criação das colônias de Bento Gonçalves e Garibaldi, seguidas de Caxias em 1875, Silveira Martins, Mariana Fimentel e Barão do Triunfo em 1887 e, no ano seguinte, Antonio Prado e Guarani<sup>(13)</sup>. Estas colônias foram povoadas com os imigrantes chegados a partir da assinatura do contrato do governo gaúcho com 4 companhias para a introdução de 4 mil colonos/ano num espaço de 10 anos. De 1893 a 1895, a colonização foi interrompida devido a Revolução Federalista ocorrida neste período. A partir de 1909, a imigração para o Rio Grande do Sul cresceu aceleradamente devido à crise no setor cafeeiro que não podia mais se expandir nas mesmas proporções de antes. Em 13 de julho de 1914 foi publicado o decreto do governo gaúcho terminando com a colonização italiana. O Rio Grande do Sul foi o estado que mais recebeu imigrantes alemães e italianos destinados à pequena propriedade<sup>(14)</sup>.

A assimilação dos imigrantes italianos e alemães foi bastante difícil, uma vez que os mesmos não estavam integrados econômica, social e politicamente à província. A preocupação do governo estadual era apenas receber o pagamento de impostos e votos no dia das eleições, o que conseguia com grande facilidade. Caso não recebesse os votos, o intendente eleito pela colônia era afastado, sendo nomeado outro em seu lugar. A dominação política era facilitada, pois na Europa esta atividade era exercida pelas classes nobres e posteriormente pela burguesia. Com o passar dos anos, entre os alemães formou-se uma classe média autônoma, que teve participação política significativa nos

movimentos da Província e em muitos de repercussão nacional<sup>(15)</sup>.

Esta classe média surgiu com o acúmulo dos lucros provindos do comércio nas colônias alemãs e, posteriormente, nas colônias italianas. A grande maioria da população, no entanto foi expropriada, dirigindo-se a novas frentes. Após a Revolução Federalista, os imigrantes alemães e italianos iniciaram a colonização do Alto Uruguai, criando núcleos desde Marcelino Ramos até o rio Ijuí. Este fluxo migratório passou o rio Uruguai, iniciando a colonização do Oeste Catarinense<sup>(16)</sup>.

#### 4.2 - Causas da expansão gaúcha para o oeste catarinense.

"...o minifúndio, era expropriado. Seja pelo esgotamento do solo, ou pela utilização de técnicas rudimentares de cultivo, ou ainda pela proliferação de pequenas propriedades cada vez menores, as condições de subsistência interna do minifúndio eram minimizadas levando o pequeno proprietário e sua família a oferecer um trabalho assalariado, quando as condições possibilitavam, ou migrar para outras áreas do país<sup>(17)</sup>,

afirma Telmo Moure.

O esgotamento do solo foi uma das principais causas apontadas pelos entrevistados quando perguntados sobre o motivo que os levou a sair do Rio Grande do Sul. Ervino Hoss conta que a terra era fraca e que não havia adubo. O valor do esterco animal não era conhecido na recuperação das terras. Ervino Hoss afirma que as terras só produziam mais cana de açúcar. Afirma, ainda, que o serviço era árduo, pois além de a safra ser no inverno, quando iniciavam as geadas, a colheita deveria ser feita imediatamente sob risco de a cana azedar, depois de queimada pelas geadas<sup>(18)</sup>. Rodolfo Kohler também afirma que deixou suas terras no Rio Grande do

Sul em busca de terras mais férteis em Santa Catarina. Conta que no Rio Grande do Sul a terra já estava esgotada<sup>(19)</sup>.

"Aqui era puro mato, terra boa. Comprei uma colônia. Aqui era 36 hectare, lá era 7 a 8 hectare. O pessoal tinha pouca terra, terra cansada, fraca..."<sup>(20)</sup>,

conta Pedro Sebastiani.

A proliferação de pequenas propriedades nos núcleos coloniais gaúchos foi outra causa da vinda de muitas famílias para as terras catarinenses. Propriedades retalhadas e com baixa produtividade dificultavam o sustento da família, geralmente numerosa. Como as terras já não podiam mais ser divididas sob pena de inviabilizá-las economicamente, a alternativa encontrada foi a migração. Era comum famílias com 8 a 10 filhos venderem seu pequeno lote, pois seria insuficiente quando os filhos começassem a trabalhar. A preocupação com o futuro dos filhos era muito comum. Clemente Rizzi diz que a preocupação dos pais era fazer futuro para os filhos. Na época não havia condições para os filhos estudarem e ingressarem em outras atividades e a solução era conseguir terra para garantir o futuro dos filhos. No Rio Grande do Sul já não era fácil comprar terra para quem não tinha muito dinheiro<sup>(21)</sup>. Renk, resume assim a problemática do fracionamento do solo:

"Por ser pequena propriedade, ela favorecia a aquisição de terras permitindo um maior número de imigrantes povoasse o solo. A dificuldade, no entanto, ocorre no momento de assegurar a reprodução da geração seguinte na mesma condição de pequeno proprietário. O fracionamento do solo, em certa medida, teve de ser evitado, sob pena de inviabilizá-lo economicamente"<sup>(22)</sup>.

Já entre os entrevistados de origem italiana, vindos da região serrana do Rio Grande do Sul, alguns apontam as terras acidentadas lá existentes como um dos principais fatores da emigração. Os "perau", como denominavam os moros, dificultavam em muito a plantação e a colheita dos produtos.

Os grandes declives contribuíam para acelerar o esgotamento do solo, sendo a erosão muito comum nestas terras. Nas regiões acidentadas, a própria propriedade se inviabilizou sem sequer ser fracionada. A dificuldade de cultivá-la e o esgotamento do solo era tal que as terras simplesmente eram abandonadas. Comunidades inteiras ficaram desertas restando taperas, cemitérios no meio do mato<sup>(e3)</sup>.

Há outras causas isoladas que contribuírem para a imigração à Santa Catarina, como é o caso da má distribuição dos lotes e a existência de formigas.

Arthur Thessing afirma que as propriedades eram compridas e estreitas, tendo lavouras a dois quilômetros longe de casa, dificultando o trabalho uma vez que o produto era transportado com carroças. A existência da saúva é também apontada como a causa de emigração<sup>(e4)</sup>. Segundo Rodolfo Koehler, sua saída de São Sebastião do Caí deve-se às formigas. Conta que seu pai plantou videiras e que depois de 13 anos ainda não haviam produzido uvas, pois quando crescia alguma coisa a formiga comia tudo. Não conseguiram matá-las, apesar de terem aplicado venenos<sup>(e5)</sup>.

Outro fator de descapitalização de grande parte dos colonos gaúchos, segundo Telmo Moure, foi que a transformação industrial das matérias primas produzidas pelo minifúndio na zona colonial construiu mecanismos de subordinação da pequena propriedade ao capital. O autor conclui que o minifúndio foi expropriado pela própria indústria que surgiu a partir do minifúndio<sup>(e6)</sup>. Esta descapitalização impedia o colono de adquirir mais terras na própria região, indo então em busca de outras mais baratas. No oeste catarinense podiam comprar a terra em prestações, e a um preço inferior. Observando-se os contratos de compra e venda de terras da Cia. Sul Brasil, percebe-se que são poucos os que conseguiam liquidar as terras. Alguns, porque

havia vendido seus bens a prazo no Rio Grande do Sul, mas grande parte dependia da produção nos novos lotes para efetuar o pagamento de seu lote<sup>(27)</sup>. Para estes, o pagamento foi dificultado, pois não havia comércio na região nos primeiros anos.

A queda de produção decorrente do esgotamento da terra também contribuiu para a descapitalização dos colonos gaúchos. Para demonstrar isto, Paul Singer cita o exemplo de São Leopoldo, onde verifica que o rendimento da terra, entre 1920 a 1950, chegou a atingir 74% na cultura do milho, 25% na do feijão, 90% na cultura da batata e 25% na mandioca<sup>(28)</sup>.

A partir de 1950 a mecanização da lavoura gaúcha passou a contribuir significativamente para aumentar a emigração, ao liberar mão de obra, absorvida num primeiro momento por Santa Catarina, seguida do Paraná e Mato Grosso. O maior fluxo populacional da imigração gaúcha se deu de 1920 a 1960, quando passou a atingir outros estados brasileiros. Neste período, a diferença entre o crescimento percentual da população dos dois estados deve-se a este fluxo migratório. Enquanto que o Rio Grande do Sul teve um crescimento de 145%, Santa Catarina chegou a 216%<sup>(29)</sup>.

#### **4.3 - Fluxo populacional entre 1922 a 1954 - Cia. Sul Brasil.**

O objetivo deste trabalho é estudar o fluxo migratório ocorrido entre 1922, início da colonização, até 1954, quando foram implantados os dois primeiros municípios nas terras colonizadas pela Cia. Territorial Sul Brasil, em Santa Catarina. Até 1954, os distritos de São Carlos e Palmitos englobavam praticamente toda a gleba colonizada pela Sul Brasil. Somente o atual município de Riqueza passou

a pertencer a Mondai, por se localizar próximo do mesmo. Por outro lado, o atual município de Nova Erechim pertencia ao município de São Carlos, compensando a perda de Riqueza. Posteriormente, mais 11 municípios surgiram nas terras colonizadas pela Sul Brasil, mas as terras efetivamente ocupadas até então se limitavam aos atuais territórios dos municípios de São Carlos, Palmitos e Caibi, que fazem divisa com o rio Uruguai, por onde iniciou a colonização da região. O início da colonização até a criação dos primeiros municípios é o período cronológico que nos propomos estudar.

Os documentos que, à primeira vista, poderiam ser usados para o estudo do fluxo migratório neste período seriam os contratos de compra e venda de terras, mas infelizmente estes se encontram incompletos no museu de Maravilha. Observa-se nestes contratos que grande parte deles foram rescindidos. Entre os teuto-russos, inúmeras famílias deixaram a região sem sequer conseguirem pagar o transporte, muito menos a primeira parcela. Alguns chegaram a dar o sinal de entrada, mas acabaram abandonando a terra ou nem sequer chegaram a se instalar nela. Era comum a compra de mais de um lote por família, por isto estes contratos não reproduziriam com fidelidade a quantidade de lotes vendidos e nem o número de famílias aqui introduzidas.

A documentação completa se concentra nos registros das escrituras. Como a escritura só era lavrada no ato da conclusão do pagamento da terra, esta documentação não dá o número de famílias que ali se instalaram. Pelo número de lotes vendidos pela Cia., encontrados nos diferentes relatórios, pode-se observar que, se for traçado um gráfico entre o número de escrituras e venda de lotes, observa-se que as curvas do mesmo coincidirão. Nos anos em que cai o número de escrituras, diminui também o número de lotes vendidos. Para observar isto, fizemos a comparação dos dois índices, mais adiante.

## Quadro 02

Número de lotes escriturados pela Sul Brasil -  
1922/54.

ANO	LOTES	ANO	LOTES
1922	04	1940	233
1923	24	1941	101
1924	36	1942	33
1925	55	1943	36
1926	219	1944	102
1927	130	1945	263
1928	77	1946	319
1929	95	1947	769
1930	97	1948	1111
1931	32	1949	656
1932	113	1950	289
1933	43	1951	345
1934	22	1952	152
1935	19	1953	136
1936	101	1954	392
1937	115		-----
1938	384	TOTAL	6710
1939	207		

FONTE: Livros de registro das escrituras, nº 1, 2 e 3. Cia. Sul Brasil. Museu Pe. Fernando Nagel. Maravilha-SC.

Nos primeiros quatro anos de colonização, os lotes eram vendidos pela Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense. Já no ano de 1925, todos os lotes foram escriturados pela Sul Brasil. O primeiro lote escriturado pela Cia. Oeste Catarinense data de 28 de julho de 1922 e o primeiro lote escriturado pela Cia Sul Brasil ocorreu em 23 de setembro de 1925. A "Oeste Catarinense", nos seus quatro anos de atuação, escriturou 64 propriedades. Portanto, já havia iniciado o processo de colonização, seguido depois pela Cia. Sul Brasil a partir de 1925, que ainda neste ano escriturou outros 55 lotes de terra. Já no ano seguinte, em 1926, este número subiu significativamente num total de 219, o maior número alcançado pela Cia. Sul Brasil até 1938. A principal causa desta queda até 1930 é atribuída aos



distúrbios políticos ocorridos no Rio Grande do Sul, que dificultavam a passagem do fluxo migratório à região, bem como reduziu o comércio com aquele estado.

Já na década de 1930 este fluxo caiu mais ainda. Esta queda é atribuída à crise econômica que passou o Rio Grande do Sul em decorrência da crise mundial a partir de 1929, como se verá no capítulo seguinte. No quadro seguinte, pode-se observar que não foi só o número de lotes escriturados que era baixo, mas também o número de lotes vendidos.

A Cia. Sul Brasil atribuí o baixo número de lotes vendidos até 1938 a fatores externos:

"As sucessivas perturbações da ordem pública e a tensão das parcialidades políticas, que desencadearam ódios e mantinham apreensões, desde 1923 até 1936, sobretudo no Estado do Rio Grande do Sul, de onde provinham, principalmente, os colonos que procuravam as nossas terras foram o motivo primordial do retardamento da obra colonizadora<sup>(30)</sup>.

No entanto, as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos primeiros colonos que ali se instalaram influenciou também para inibir a chegada de outros colonos. A falta de estradas, de comércio para os produtos colhidos e a epidemia dos mosquitos serviram de contra-propaganda entre os colonos gaúchos, reduzindo o número dos que para ali se transferiram.

Pelo quadro 03, podemos observar que neste período tanto o número de lotes vendidos como o de escriturados é baixo. Na medida em que a crise econômica foi superada no Rio Grande do Sul, cresce o número de lotes vendidos e escriturados. No ano de 1938, o número de lotes escriturados atingiu o alto índice de 384 lotes. No quadro em questão pode-se ainda observar que o número de lotes vendidos é

inferior ao número de lotes escriturados, quando nos demais anos ocorre justamente o contrário.

### Quadro 03

#### Relação entre o número de lotes vendidos e escriturados. 1933 - 1937.

ANO	LOTES VENDIDOS	LOTES ESCRITURADOS
1933	20	43
1934	12	22
1935	16	19
1936	51	101
1937	96	115
total	195	300

FONTE: Relatório de exposição dos trabalhos da Cia. Sul Brasil enviados para a Diretoria de Terras e Imigração em 6 de setembro de 1938. Arquivo da Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.

De 1838 a 1940, o número de colonos que ali aportaram é significativo, contrastando com o período seguinte, 1941/44, quando ocorreu nova queda. Esta redução é certamente atribuída à Segunda Guerra Mundial. Já em 1945 inicia-se um período em que o fluxo migratório cresce significativamente até 1948, quando foram escriturados 1.111 lotes de terra, o maior em todo o período estudado. A principal causa desta expansão é o bom momento que atravessava a agropecuária. A época de ouro da suinocultura, como é denominada pelos colonos, impulsionou a chegada de imigrantes gaúchos. O suíno foi o primeiro produto que teve um valor comercial capaz de estimular a imigração em grande escala. A valorização e a expansão da criação de suínos que sedimentou a colonização trouxe um grande desenvolvimento à região.

Passada a euforia do final da década de 1940, a colonização se estabilizou num patamar que se pode classificar de satisfatório, até 1954, o período em estudo.

Num total de 6.710 lotes escriturados entre 1922 a 1954, 640 foram vendidos na década de 1920; 1.133 na década de 30 e 3.623 na década de 1940; e de 1950/54 a Cia. Sul Brasil vendeu 1.314 lotes.

O número de lotes vendidos pela Cia. Sul Brasil, fornecida em alguns relatórios encontrados nos arquivos, nos permite fazer uma comparação entre o número de lotes vendidos e registrados até nos anos citados no quadro abaixo.

#### Quadro 04

##### Relação entre o número de lotes vendidos e registrados pela Sul Brasil.

ANO	LOTES VEND.	LOTES REGIST.	VEND./REG.
1930	1.774	737	2,4
1937	2.668	1.182	2,2
1942	6.409	2.140	3,0
1952	12.981	5.893	2,2

FONTE: Relatórios da Cia. Sul Brasil. Arquivo de Porto Alegre-RS.

A partir do quadro acima, observa-se que há uma correlação entre o número de lotes vendidos e os registrados. Nos anos vistos, havia 2,2 a 3 lotes vendidos por um registrado. Portanto, o número de lotes vendidos era maior que o dobro de registrados, chegando a 3 lotes vendidos por um registrado, em 1942. Esta grande diferença se deve ao fato de que somente era lavrada a escritura depois da conclusão do pagamento da terra. Como poucos tinham condições de pagá-la á vista ou mesmo num curto espaço de tempo devido à dificuldade de comercialização dos produtos, houve esta diferença significativa entre o número de lotes vendidos e escriturados. A expansão da suinocultura, a partir de 1944 reduziu esta diferença de 3.0 em 1942, para

2.2 em 1952. Na medida em que os colonos conseguiram vender seus produtos, estes passaram a liquidar seus lotes efetuando assim sua escritura.

Há também uma relação entre os lotes vendidos e a população existente na região. Sendo impossível precisar o número de indivíduos instalados pela Cia. Sul Brasil, tomamos as estimativas feitas pela própria colonizadora.

#### Quadro 05

##### Número de lotes vendidos x população estimada.

ANO	LOTES VEND.	POPULAÇÃO ESTIMADA
1930	1.774	4.500
1937	2.668	5.800
1942	6.409	8.300
1952	12.981	29.000

FONTE: Relatórios anuais da Cia. Sul Brasil. Arquivo de Porto Alegre-RS.

As estimativas de população feitas pela Cia. Sul Brasil nos quatro relatórios vêm confirmar algumas conclusões já tiradas a partir dos quadros anteriores, ou seja: a população da região colonizada pela Sul Brasil teve um aumento pequeno entre os anos de 1930 e 1937; o maior fluxo migratório se deu posteriormente a 1942, principalmente a partir de 1945, no final da Segunda Guerra Mundial. Pela estimativa da Cia Sul Brasil, em 1954, quando da emancipação política de São Carlos e Palmitos, a população local chegou a 34 mil habitantes, dos quais mais de 3 mil eram luso-brasileiros, segundo relatórios da própria Cia Sul Brasil<sup>(21)</sup>.

#### 4.4 - Origem do fluxo migratório de 1925 a 1931.

A Cia. Territorial Sul Brasil procurou atrair para sua gleba colonos de diferentes origens étnicas, credos religiosos, de diferentes lugares, principalmente do Estado do Rio Grande do Sul. Nisto a Cia. Sul Brasil se diferenciava das outras companhias, como a Chapecó-Peperi que visava colonizar suas terras com alemães evangélicos; ou como a Volksverein, destinada a alemães católicos, e a Bertaso e Maia voltada principalmente para instalar famílias de origem italiana. As mesmas tinham seu escritório na região onde arrebanhavam os colonos, ao contrário da Sul Brasil, com sede em Porto Alegre, onde não havia interessados em emigrar. Por isto, observa-se que a população que se instalou nas terras da Sul Brasil era oriunda das diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

Pelo estudo feito a partir dos contratos de compra e venda, pode-se observar que o local de origem de cada colono variava muito. Há um maior número de lotes vendidos numa determinada região quando um propagandista, ou agente vendedor de terras, atuava nesta área, como se pode observar no quadro seguinte.

A Cia. Sul Brasil vendeu também neste mesmo período 18 lotes para moradores de Montenegro e Barra do Colorado; 15 lotes em Venâncio Aires e Santo Cristo; 12 em Soledade e Rio Pardo; 10 lotes em Antonio Prado; 9 lotes em Candelária e Vacaria; Caxias e Santa Maria ficaram com 8 lotes cada e, por último, Estrela com apenas 6 lotes.

Como se pode ver pelo quadro 06, Santa Cruz do Sul ocupa o primeiro lugar na compra de terras, seguido de Panambi, Anta Gorda, Lageado e São Leopoldo. Certamente a origem deste fluxo migratório modificou-se, mas pode-se perceber que vinham colonos das diferentes regiões do Rio

Grande do Sul. Com isto, a impressão que tiveram estes pioneiros sobre a Cia. Sul Brasil seria espalhada por todo o Rio Grande do Sul através de parentes e amigos, o que viria estimular ou inibir a vinda de novos emigrantes.

#### Quadro 06

##### Local de origem dos colonos da Cia. Sul Brasil - 1925 - 1931.

LOCAL	1925	26	27	28	29	30	31	TOTAL
Sta. Cruz	-	7	-	-	77	10	6	100
Panambi	-	24	32	3	11	-	-	70
Anta Gorda	39	23	-	6	-	-	-	68
Lageado	-	40	3	3	2	3	1	52
São Leop.	-	-	-	7	16	11	14	48
Tapera	-	30	3	-	4	3	5	45
P. Fundo	7	5	6	5	9	2	10	44
Selbach	-	-	-	-	22	11	10	43
R. Seca	-	3	-	-	33	2	5	43
Cachoeira	-	6	2	2	24	3	4	41
G. Osório	-	36	1	-	2	-	1	40
Ijuí	-	22	8	-	3	6	-	39
Encantado	24	2	-	7	-	1	-	34
Palmeiras	-	5	5	2	19	1	1	33
S. Bárbara	-	-	32	-	-	-	-	32
S.S. do Caí	-	-	-	6	22	1	2	31
Forquetinha	-	26	1	3	-	-	-	30
B. Esperança	-	4	25	1	-	-	-	30
S. Angelo	-	3	-	2	20	2	3	30
Erechim	4	15	1	-	5	-	1	26
Agudo	-	-	7	4	12	1	-	24
TOTAL	74	251	126	41	281	57	63	903

Obs.: Vários locais citados no quadro acima eram apenas distritos, emancipando-se, posteriormente, de outras cidades.

FONTE: Pastas nº 1, 2 e 3 dos contratos de venda de terras. Museu Fernando Nagel. Maravilha-SC.

A venda de 77 lotes, no ano de 1929, em Santa Cruz do Sul deve ser atribuída à atuação do agente João Koller, que vendia terras na região e que, segundo Guilherme Mees, ludibriava os colonos. Também a atuação do agente vendedor

foi responsável pelos 62 lotes vendidos nos anos de 1925 e 1926 em Anta Gorda. Pode-se ainda observar outros casos onde houve grandes vendas num determinado período, caindo em seguida, quando o agente vendedor passava a atuar em outra região. Já em relação ao distrito de Panambi, a Cia. Sul Brasil conseguiu desviar para suas terras parte dos colonos que inicialmente iriam a Mondai, motivados pela oferta de terras que tinham acesso por estrada ao Rio Grande do Sul. Com a conclusão da estrada do Prado, em 1929, finalmente os colonos puderam se transferir para as terras da Chapecó-Peperi de caminhão ou de carroça. Anteriormente, os colonos desciam até Mondai em pequenas embarcações pelo rio da Várzea e rio Uruguai. A Volksverein também perdeu colonos para a Sul Brasil, pela falta de estradas. Muitos dos alemães católicos de Santa Cruz do Sul vieram instalar-se em São Carlos.

São Leopoldo, que começou aparecer no quadro somente a partir de 1928 e que ocupa o quarto lugar em número de lotes vendidos no período estudado, é, segundo Pedro Sebastiani, o município, ao lado de Santa Cruz do Sul, que mais contribuiu com o povoamento de São Carlos<sup>(ae)</sup>.

Passo Fundo, juntamente com os então seus distritos de Selbach, Barra do Colorado e Tapera, contribuiu também significativamente para a colonização da região. Da mesma maneira, os distritos de Panambi, Santa Bárbara e General Osório, pertencentes ao município de Cruz Alta, contribuíram com a compra de 142 lotes de terra. Destaca-se ainda Santo Cristo, onde foram vendidos 15 lotes, apesar de ter sido colonizado a partir de 1901, também sob a direção de Carlos Culmey. Já foram poucos os lotes vendidos em Caxias e região. Neste período, nenhum lote foi vendido em Bento Gonçalves. Os desapropriados desta região eram abocanhados por outras companhias colonizadoras, também instaladas no Oeste Catarinense, como a Bertaso e Maia e Barth Benetti.

#### 4.5 - As principais dificuldades enfrentadas pelos pioneiros.

A maioria dos colonos que ali se instalaram nos primeiros anos arrependeram-se diante das inúmeras dificuldades que enfrentaram. Apesar da situação econômica e política do Rio Grande do Sul não ter sido favorável para os gaúchos neste período, as suas dificuldades não podem ser comparadas às enfrentadas pelos colonos que ali se instalaram. Entre os pioneiros que chegaram, alguns eram colonos bem sucedidos no Rio Grande do Sul. Fredolina Kussler diz que não retornou porque não tinha condições, pois o pai tinha terras sobrando no Rio Grande do Sul. Afirma que vieram atrás de uma falsa ilusão de que "quem é pioneiro numa região enriquece" <sup>(33)</sup>.

"A mãe tinha terra e tinha tudo. Botou fora prá vir para cá. Ela tinha 56 hectares" <sup>(34)</sup>.

Guilherme Mees contou, em entrevista, que acabaram gastando tudo o que tinham e, para não passar fome, tiveram que trabalhar desde pequenos para os outros. Diz também que não retornaram porque não tiveram condições para tal <sup>(35)</sup>. Outros não retornaram, porque os parentes e amigos diziam que no Rio Grande também não estava bom. Arthur Thessing, que veio para São Carlos em 1935, diz que não veio antes porque não conseguia vender suas terras. Ele conta, ainda, que tinham 90 suínos e centenas de galinhas que conseguiram vender a muito custo. Isto prova que também havia dificuldades no Rio Grande do sul, embora nem tantas, porque lamenta não ter demorado mais a venda de suas terras <sup>(36)</sup>.

As dificuldades destes pioneiros começaram na hora da mudança. Clemente Rizzi conta que levaram 9 dias de carroça para chegar a São Brás e de lá transportaram a mudança num cargueiro, animal com cangalha, seguindo as margens dos rios



São Domingos e Uruguai, para depois seguir as picadas da divisa por mais alguns quilômetros<sup>(37)</sup>. Pedro Rodoí conta que atravessaram o rio Uruguai de canoa, depois arrendaram uma carrocinha até Ponte de Pedra. De lá, sem estrada, tiveram que carregar a mudança nas costas, numa distância aproximada de 82 km<sup>(38)</sup>. A falta de estradas dificultava a vida dos pioneiros. Oscar Sehnem conta que seus irmãos vieram de carrocinha até Iraí e dali foram transportados, com lancha, até São Carlos, pela Cia. Sul Brasil. Isto no ano de 1927<sup>(39)</sup>.

A maioria dos primeiros imigrantes vinha de trem até Santa Bárbara, RS, fretando ali um caminhão ou carrocinha para percorrer os 184 km até a sede da Sul Brasil. A passagem do rio Uruguai, que inicialmente era feita de canoa, passou a ser efetuada a barca a partir de 1927. Na sede da Cia. havia algumas cabanas de palha para abrigar os colonos, até que tivessem meio de transporte disponível para levá-los ao seu lote. As estradas que havia eram péssimas, mesmo as de Santa Bárbara à Iraí, no RS.

"Fizemos a mudança com carrocinha de cavalo. A estrada era muito ruim. Do rio da Várzea prá cá era puro mato até a estrada... tinha muito atolador<sup>(40)</sup>,

disse Elsa Kolher em entrevista.

As dificuldades enfrentadas na viagem faziam com que a maioria vendesse quase tudo no Rio Grande do Sul para depois adquirir tudo de novo em Santa Catarina.

"... foram 7 dias até chegarmos a Palmitos. Não trouxemos quase nada... vestimenta e um pouco de comida que compramos em Panambi. Não sabíamos que não tinha nada<sup>(41)</sup>,

declarou Fredolina Kussler.

Poucos foram os que trouxeram animais domésticos, como gado bovino e suínos. Até galinhas foi difícil adquirir

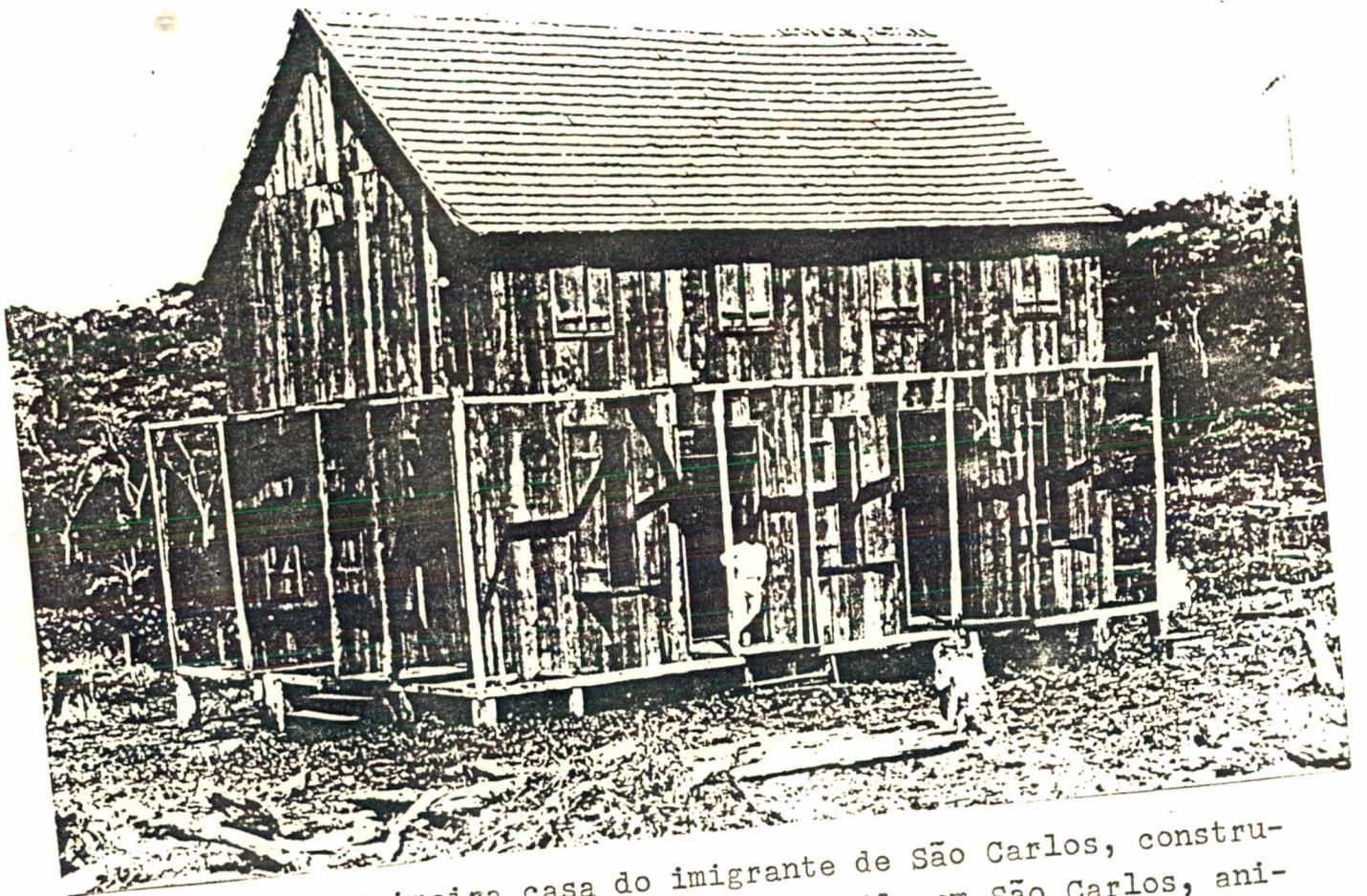


Foto 05 - Primeira casa do imigrante de São Carlos, construída em 1927. Foi local do primeiro baile em São Carlos, animado pela Banda do local. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

para iniciarem uma criação. Era difícil ter carne, leite, banha e ovos. Fredolina Kussler conta que seu marido foi buscar porco em Ibirubá alguns anos depois de terem vindo, mas que foi difícil iniciar uma criação, pois todo mundo queria comprar<sup>(42)</sup>. Os propagandistas, na ânsia de venderem terras, procuravam não falar sobre as dificuldades que os colonos encontrariam, o que contribuiu para que a maioria dos colonos não trouxesse pelo menos alguns animais para iniciar sua criação que pudesse fornecer alimentos e animais para o transporte. Pedro Rodoí diz em entrevista:

"...trouxemos só roupa e coisas de casa. Porco e galinhas compramos bem depois de outros colonos. A primeira novilha que o pai comprou foi trocada por 70 sacos de milho debulhado. Tivemos que levá o milho em cima de um matungo até Diamantina ... boi não se podia comprá, dinheiro não se tinha"<sup>(43)</sup>.

Além das dificuldades com o transporte, a falta de carne nos primeiros anos era comum entre as famílias que não eram habituados à caça ou pesca. Alguns dos entrevistados contam que chegaram a passar fome.

"... feijão não se conseguia achar. Daí disseram, levem estes, podem tirar os melhores. Não derramei fora o resto pois se achássemos galinhas prá comprar iria tratá. Não demorou muito e tive que pegar este feijão para cozinhá-lo, pois não tinha outra coisa. Para se comer tinha que fechar o nariz... no começo vomitava tudo, mas quando a fome foi aumentando, acabou ficando no estômago. Mas ia só umas duas a três colher por refeição"<sup>(44)</sup>,

segundo depoimento de Fredolina Kussler.

A situação se agravava nos períodos das enchentes do rio Uruguai, quando o mesmo impedia a entrada de mantimentos do Rio Grande do Sul. O rio chegou a não dar passagem durante 45 dias, impedindo o comércio, bem como a entrada de novas famílias. Clemente Rizzi, um dos pioneiros da região, diz que passados os primeiros meses, a situação melhorou com a venda da colheita para os madeireiros que extraíam a madeira para a formação das balsas e os agrimensores que

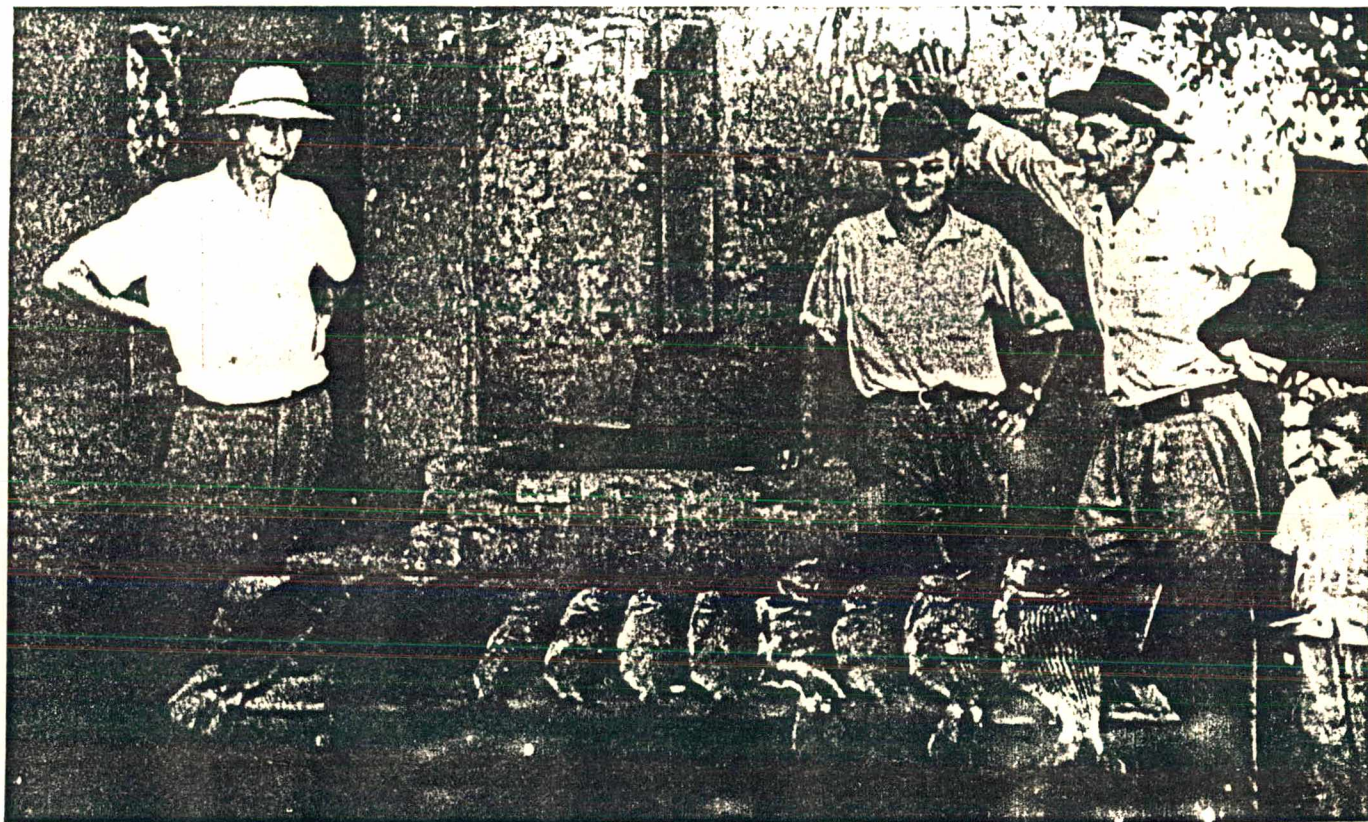


Foto 06 - Pesca efetuada no Rio Uruguai, na altura de Caxambu.  
Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

estavam demarcando as terras na região. Conta que a situação piorou quando os mesmos já não se encontravam na região<sup>(45)</sup>.

Apesar das dificuldades, o problema da fome havia sido resolvido depois da primeira colheita. Havia ainda a falta da carne, mas já tinham o que comer. A caça e a pesca eram o meio de se conseguir a carne que faltava. O peixe era conseguido facilmente pelos colonos que moravam próximos dos rios de porte médio como o São Domingos, Antas e Iracema. Já nos rios maiores, como o Chapecó e principalmente o rio Uruguai, a dificuldade era maior pois os peixes andavam em cardumes, nem sempre encontrados. Arthur Thessing afirma que não valia a pena pescar de anzol no rio Uruguai. O negócio era tratar os peixes dentro de um coral para depois pegá-los. O peixe não se encontrava isolado, só em cardumes. Por outro lado, não valia a pena pescar em grande quantidade, pois não tinham como conservá-lo e nem mercado para comercializá-lo<sup>(46)</sup>. Já nos rios menores, o peixe diário poderia ser pescado com mais facilidade.

"No rio São Domingos... ia prá casa com 3 a 4 peixe assim... de 700 a 800 grama. Pegava o que dava prá comer naquele dia, depois outro dia ia denovo"<sup>(47)</sup>,

conta Clemente Rizzi.

Havia também muita caça, mas a maioria dos colonos não tinham prática nem armas para tal atividade. O tempo disponível para ir atrás da caça era escasso, pois, quando não trabalhavam na roça ou na construção de casas, os colonos trabalhavam por diária para conseguir algum dinheiro para comprar os produtos que faltavam. Muitos, no entanto, faziam da caça seu meio de diversão. Pedro Rodoí conta que seu pai sempre dizia:

"para que trabalhar tanto se não conseguimos vender nada... dava mais um couro de veado do que um saco de feijão. Tinha o pardo, o tateto, porco do mato... o couro da anta, a lontra. Isto valia dinheiro. Nós tentava atirar na cabeça para não estragar o couro.

Cada dois meses ia uma carga a Palmitos e vendia. O dinheiro ia direto prá Sul Brasil... aquela colônia foi quase toda paga a troco de couro"<sup>(48)</sup>,

afirma Pedro Rodoí.

A preocupação com a preservação da fauna não havia. O animal era visto como um alvo a ser acertado. Pedro Rodoí afirma que o prazer do caçador consiste em ver a caça morta, não interessava se era fêmea ou filhote. Na época, nem cogitavam que as matas e a caça pudessem acabar um dia. A árvore deveria ser derrubada e queimada para não atrapalhar o cultivo da terra<sup>(49)</sup>.

Outro alimento oferecido pela natureza era o mel. Era comum encontrar abelheiros em árvores ocas. Alguns começaram a produção a partir da construção dos caixotes. Pedro Sebastiani conta que construiu várias caixas que em pouco tempo foram tomadas pelos exames. A produção era grande, porém difícil a comercialização. Diz que chegou a ter mais de 3 mil quilos de mel para comercializar<sup>(50)</sup>.

A questão da saúde também era preocupante. Embora não tivesse ocorrido uma grande epidemia, o tifo havia atingido várias famílias. A falta de médicos e hospitais favorecia a instalação de curandeiros e enfermeiros, ajudantes de guerra, para tratarem a população. Um episódio contado por Otto Zimmer nos dá uma idéia de como a medicina era praticada:

"O médico mais perto ficava em Mondai, mas também era médico falso. Talvez no exército, em uma guerra, foi ajudante. Meu padastro morreu também de uma infecção de sangue. Hoje seria coisa pequena.... Em Iraí tinha um farmacêutico da Alemanha, um tal de doutor Fritz, um desses que aprendeu no exército. Lá amputaram o braço na mesa, onde nós carneavamos galinhas para os hóspedes do hotel... ele gritava de dor, mas ficou bom"<sup>(51)</sup>.

Em Pratas também havia o "doutor" Sebastiani que tinha alguns conhecimentos em medicina. Tratava os pacientes com o auxílio de algumas ervas e água mineral. Por volta de 1935, chegou o Dr. Walter Hund em São Carlos. Médico elogiado por todos os entrevistados e a quem são atribuídos muitas curas. Ervino Hoss conta que o Dr. Hund, como era conhecido, tinha um cavalo petiço com o qual se deslocava atrás dos doentes na região. Afirma que, quem não tinha cura com ele, também não adiantaria ir atrás de recursos em outras regiões<sup>(52)</sup>. Com a chegada do Doutor Walter Hund, criou-se a Assistência Hospitalar São Carlos, que nos primeiros anos funcionava no Hotel Schneider.

As águas minerais também eram conhecidas pelas suas qualidades medicinais. Na cidade de Iraí, no lado gaúcho do rio Uruguai, já havia um hotel destinado aos banhistas. Também a descoberta das águas minerais de Ilha Redonda é anterior à chegada das companhias colonizadoras. Maria dos Santos afirma que foi a mãe dela que descobriu as águas minerais de Ilha Redonda. Conta que, juntamente com seu marido, haviam atravessado o rio Uruguai para caçarem no lado catarinense, quando sua mãe caiu num poço de água quente. Foi quando passaram a divulgar esta fonte.

"Aí fez uns coxos de madeira, cavadinho. Cortava folha de palmeira, fazia uns ranchinho, umas cabaninhas para eles entrarem e tomar o banho bem fechadinho. Vinha gente de Nonoai. Eles davam o que queriam, era mulher de bondade"<sup>(53)</sup>.

No entanto, poucos colonos conheciam o poder medicinal das águas minerais e as mesmas não resolviam o problema da maioria das doenças. Apesar da chegada do Dr. Walter Hund, o atendimento médico continuava precário na região. Em 1939, quando adoeceu a filha do diretor Carlos Culmey, a mesma foi levada para um hospital de Porto Alegre, o que mostra que em toda região não havia maiores recursos

médicos. Os colonos, sem dinheiro, acabavam recorrendo ao que de melhor havia na região.

#### 4.6 - Mosquito - um ferrenho inimigo dos pioneiros.

"Muita gente se arrependeu. Teve lugares que saíram todos. Só ficaram quem não tinha dinheiro. Abandonaram milho dobrado, não aguentaram os mosquitos..."<sup>(54)</sup>,

disse Clemente Rizzi em depoimento.

Quase todos os entrevistados, instalados nesta região antes de 1935, apontam os mosquitos como um dos maiores, senão o maior problema enfrentado. Pedro Rodoí conta que sua mãe chorava implorando para voltar, pois não aguentava mais os mosquitos. Para se defender, só passando sabão ou banha no corpo e a noite para poder dormir fazíamos fumaça para espantar os mosquitos<sup>(55)</sup>. Dona Sabina Roversi, que se instalou em Santo Antonio, Caibi, em 1927, também conta que ao por do sol queimavam galhos verdes, o rancho desaparecia no meio da fumaça, mas era o único jeito de poder dormir<sup>(56)</sup>.

Havia os mosquitos chamados de borrachudos, que atacavam de dia, e os pernilongos, que atacavam à noite. A reclamação maior é em relação aos que atacavam de dia. Estes só davam folga quando esfriava, senão atacavam em todas as regiões. A fumaça era também o meio mais usado para espantá-los, principalmente quando se trabalhava na roça. No entanto, para certas atividades, como a lavração das terras, esta técnica não funcionava.

Cada um criava sua forma de defesa. Dona Sabina Roversi conta, que na hora da costura, enfiava os pés dentro de uma bolsa. Em outras atividades costumava-se passar banha



no corpo para espantar os mosquitos<sup>(57)</sup>. Para salvar seu filho dos mosquitos dona Flavis Lazzari fez uma cama atrás do altar da Igreja. Até na hora das refeições, os mosquitos não davam sossego<sup>(58)</sup>.

"Na hora do almoço tinha-se um galho verde na mão... batia prá espantar os mosquitos, depois rapidamente se levava uma colher de comida na boca. Era uma bicharada, se sabia disso não teria vindo para cá"<sup>(59)</sup>,

afirma Fredolina Kussler.

O surto dos mosquitos, além do desconforto, ameaçava a saúde da população. Feridas nas pernas, braços e orelhas eram muito comuns. As crianças, no entanto, eram as mais atingidas.

"Tinha muita gente com ferida, principalmente criança. Mas na época já tinha o Dr. Hunt que dava remédio. Tinha adulto que não podia caminhar com infecção do sangue"<sup>(60)</sup>,

disse Ervino Hoss.

Rodolfo Kolher conta que chegou em 1926 e já existiam os mosquitos carijós, como eram popularmente conhecidos. Ninguém sabe precisar em que ano terminou a epidemia. Enquanto alguns falam de 1938, outros dizem que foi por volta de 1945. Na verdade, os mesmos diminuíam na medida em que eram efetuadas grandes derrubadas de mato, seguidas das queimadas<sup>(61)</sup>. A intensidade dos ataques era maior ou menor, dependendo da região. Os pernilongos que atacavam à noite existiam nas áreas mais úmidas, principalmente os banhados. A diminuição dos mosquitos foi também um alívio para a companhia.

"Por causa do mosquito, no nosso lugar saíram 9 famílias que tenho certeza. Ficamos só nós. O vizinho mais próximo dava 4 Km. Ficamos 8 anos morando com uma vizinha viúva e que morava 4 Km longe da nossa casa"<sup>(62)</sup>,

segundo depoimento de Pedro Rodóí.

Muitos gostariam de ter voltado para o Rio Grande do Sul, se pudessem. Havia pessoas que queriam voltar a pé. Além do surto dos mosquitos, havia a falta de comércio para os produtos colhidos. Em 1931 e 1932, os russos vinham com galos e milho e ninguém comprava. Oscar Sehnem conta que os rapazes se reuniam para comer os frangos com polenta que tiveram que aceitar em troca da moagem<sup>(63)</sup>. Pedro Sebastiani conta que não se conseguia vender uma dúzia de ovos<sup>(64)</sup>. Famílias inteiras retornavam para o Rio Grande do Sul depois de terem tentado se adaptar à região durante alguns anos. A falta de dinheiro dificultava a volta de muitos que acabaram resignando-se.

"... muitos retornaram para o Rio Grande do Sul, mas nós não podia porque o dinheiro era curto. Naquele tempo era infestado de mosquito. As pessoas ficavam cheio de feridas. Tinha gente que precisou cortar a aliança do dedo..."<sup>(65)</sup>,

depoimento de Rodolfo Kohler.

Outro fator que impedia a volta era a própria situação econômica do Rio Grande do Sul. Também ali o comércio estava em crise. Arthur Thessing chegou a Santa Catarina em 1935, depois de conseguir vender seus bens com muita dificuldade. Os próprios parentes desaconselhavam o retorno, pois também nos locais de origem a situação não era lá muito diferente<sup>(66)</sup>. Mas vários dos pioneiros chegaram à mesma conclusão, que teriam lucrado se tivessem ficado no Rio Grande do Sul, ou pelo menos tivessem ficado no Rio Grande até 1937, quando a situação começou a melhorar.

#### 4.7 - Duas décadas de dificuldades.

Foi preciso atravessar as décadas de 1920 e 30 para que a colonização começasse a mostrar sinais de

desenvolvimento e perspectivas de futuro. Até 1940, inúmeros heróis com seu trabalho e fibra tornaram isto possível.

As estradas foram abertas na base da picareta e pá. As árvores, arrancadas a enxadão. A companhia abria a estrada geral e os colonos tinham que abrir as estradas vicinais. Mas, também para abrir a estrada geral, a colonizadora contratava os colonos que trabalhavam em troca da amortização dos juros. Os luso-brasileiros também eram usados nesta atividade, mas comandados por alguém de origem.

"Logo o Schoemberger viu que trabalhava bem, pois era forte e logo me encarregou de um grupo de brasileiros, com picareta, e arrumamos a estrada. De noite andava os 6 Km a pé... precisava trabalhar na roça e de diária para se ter alguma coisa"<sup>(67)</sup>,

conta Rafael Scheicher.

A solução foi arrumar serviço para conseguir o dinheiro necessário para adquirir alimentos e outros produtos. Guilherme Mees conta que trabalhava no mato arrastando torras por muito tempo. Defendia-se serrando tabuinhas, lascando táboas, tratando vigas e derrubando mato. Conta que era comum ficar uma semana no mato com uma turma de caboclos, extraíndo madeira para as balsas. Voltava sábado, depois das 18 horas, percorrendo 16 Km até chegar em casa. No domingo à tardinha, retornava para o mato. O serviço era muito pesado, ao qual atribui os problemas de coluna que vem sofrendo nos últimos anos<sup>(68)</sup>.

O fato de o marido trabalhar fora, sobrecarregava ainda mais o trabalho da mulher, que enfrentava com heroísmo e resignação esta situação. O choro foi muitas vezes a saída para uma realidade tão difícil. Recaía sobre ela o cuidado dos filhos, da casa e muitas vezes o serviço da roça, enquanto que o marido trabalhava na abertura de estradas e outros serviços, em busca de dinheiro. A situação da mulher não era fácil, como conta Elsa Koehler.

"Fazia de tudo. Roça de manhã e tarde. O serviço de casa se fazia ao meio dia e sábado a tarde. Só tinha-se folga em domingo... A juventude nem sabe imaginar o que passamos"<sup>(69)</sup>.

O serviço da roça era o mesmo do homem, além de ter que fazer o serviço em casa. Marta Hoss diz que ajudava derrubar mato, serrar madeira... não tinha o que não fazia. As crianças eram levadas junto na roça, deitadas num cesto. Nem sempre dava tempo de socorrê-las, quando choravam<sup>(70)</sup>. Dona Fredolina Kussler, entre os trabalhos que executava cita: roçagem de mato, corte de toras, construção de casas, além dos serviços domésticos. Mais tarde, passou a cuidar do moinho<sup>(71)</sup>. Outro depoimento que demonstra que a vida da mulher se resumia em criar filhos e trabalhar, é o da Sabina Roversi:

"Ia na roça carpir, e em casa fazer tudo, tirar leite, tudo... Os filhos levava junto na roça num colchãozinho ou caixinha e colocava dentro. Bolava mel no tchutcho (chupeta). Um dia, o mais velho chora e chora, nos estávamos limpando milho, fui lá vê... estava cheio de formigão comendo ele... eu sei que passei a minha..."<sup>(72)</sup>

O trabalho só cessava no domingo, por ser uma proibição religiosa. Entre os católicos, era costume rezarem o terço. Já os evangélicos só se reuniam quando o pastor passava na região. Não havia bailes e festas nos primeiros anos, pois não havia dinheiro. Era comum, no entanto, o "serão", às noites. Clemente Rizzi afirma que as diversões da época eram melhores do que agora. Conta que pegavam um galo e se reuniam com uma gaita de boca e faziam reuniões dançantes. À meia noite, era servido um caldo, mas a festa continuava até o clarear do dia<sup>(73)</sup>. Mais tarde, a família Kroth construiu um salão de baile em São Carlos. Segundo Ervino Hoss, " havia de um a dois bailes por ano. No início a cerveja era boa, mas com a crise ela passou a ser fabricada com milho, tornando-a quase intragável"<sup>(74)</sup>.

#### 4.8 - Teuto-Russos, uma emigração estrangeira.

Todo o Deste Catarinense foi colonizado basicamente por emigrantes gaúchos. As emigrações estrangeiras são exceções, pois o fluxo emigratório europeu havia caído sensivelmente. A Sul Brasil, apesar das tentativas de trazer imigrantes portugueses, belgas e italianos, entre outros, só conseguiu os teuto-russos, devido a uma situação peculiar na Rússia. Em torno de 334 famílias, num total aproximado de 1.200 emigrantes, instalaram-se nas terras da Cia Sul Brasil. Destas, 243 famílias evangélicas, das quais 180 se instalaram no atual município de Riqueza, a leste do rio das Antas, e as outras 63 adquiriram terras próximo do rio Iracema, nas linhas Bagé e Maracujá. Já as famílias católicas, que eram em torno de 91, instalaram-se em Linha Aguiinhas, próximo do rio Chapecó<sup>'75'</sup>.

Segundo Otto Zimmer, seus tataravós migraram da Alemanha para Samora e seus pais foram para Sibéria, atrás de terras novas<sup>'76'</sup>. Rafael Scheicher, nascido em Samora, transferiu-se com seus pais ainda pequeno para a Sibéria. Havia na região uma pressão cada vez maior sobre as famílias que se recusavam a entrar no sistema de produção em comunas, exigindo-se dos mesmos uma produção cada vez maior<sup>'77'</sup>.

"pressionaram o pai porque não era filiado no Partidão, teus filhos não trabalham em comunas, e tem sua propriedade e é gerente da cooperativa, este era o motivo. Daí conversei com a mulher e o pai e decidimos sair. Na época a emigração já tinha iniciado. Fomos no consulado alemão e estavam distribuindo números para sair... pegamos o número 7. Nos precisamos ir a Alemanha, mas não poderíamos ficar lá, pois também tinha pouca terra"<sup>'78'</sup>,

conta Rafael Scheicher.

A recusa dos teuto-russos em integrar-se às comunas, adotado pelo sistema comunista, provocou na Sibéria, em meados de 1929, um fluxo emigratório formado de teuto-russos, entre os quais estavam as famílias que vieram para

as terras da Cia. Sul Brasil. Estas famílias dirigiram-se para Moscou, seguindo os trâmites legais de emigração. Posteriormente Moscou fechou as portas para a mesma.

De Moscou seguiram de trem à Alemanha, onde foram encaminhados pelo cônsul alemão para o Brasil. Em torno de 20 famílias foram instalados na Bahia, onde, não fosse a intervenção do consulado alemão, teriam sido dizimados pela seca e malária. Rafael Scheicher e Clemente Schlee divergem quanto ao número de mortos. Enquanto o primeiro diz que as vítimas fatais foram de 20 a 21, Clemente Schlee diz que foram 23 ou 24, entre elas seu pai<sup>(79)</sup>, numa média superior a um por família. A situação estava piorando quando o consulado interveio para socorrer estas famílias.

"Magros como estávamos, com os pés cheios de bichos de pé. Ganhamos dinheiro do consulado para nos recuperarmos durante 2 meses no Rio. (Rio de Janeiro). Comida especial, pois o feijão e arroz era muito pesado para nós, depois viemos para cá. Viemos por Porto Alegre"<sup>(80)</sup>,

disse Rafael Scheicher.

Os que estavam na Bahia foram encaminhados para Aguinhas. Os demais vieram em épocas diferentes. Os primeiros chegaram em 1930. Por algum tempo tiveram que aguardar no Rio de Janeiro por causa da Revolução de 1930, quando então embarcaram num navio que os levou até Porto Alegre. Depois seguiram de trem até Santa Bárbara, onde os caminhões os estavam esperando para levá-los até Passarinhos, sede da Cia. Sul Brasil, que hospedou as famílias nas barracas de taquara preparadas para acolher os colonos que para cá viessem. Os homens partiam para suas terras a fim de efetuarem as primeiras derrubadas e poderem construir um rancho, para depois retornarem e buscarem as famílias. Em Riqueza, a primeira plantação que fizeram foi coletiva<sup>(81)</sup>.

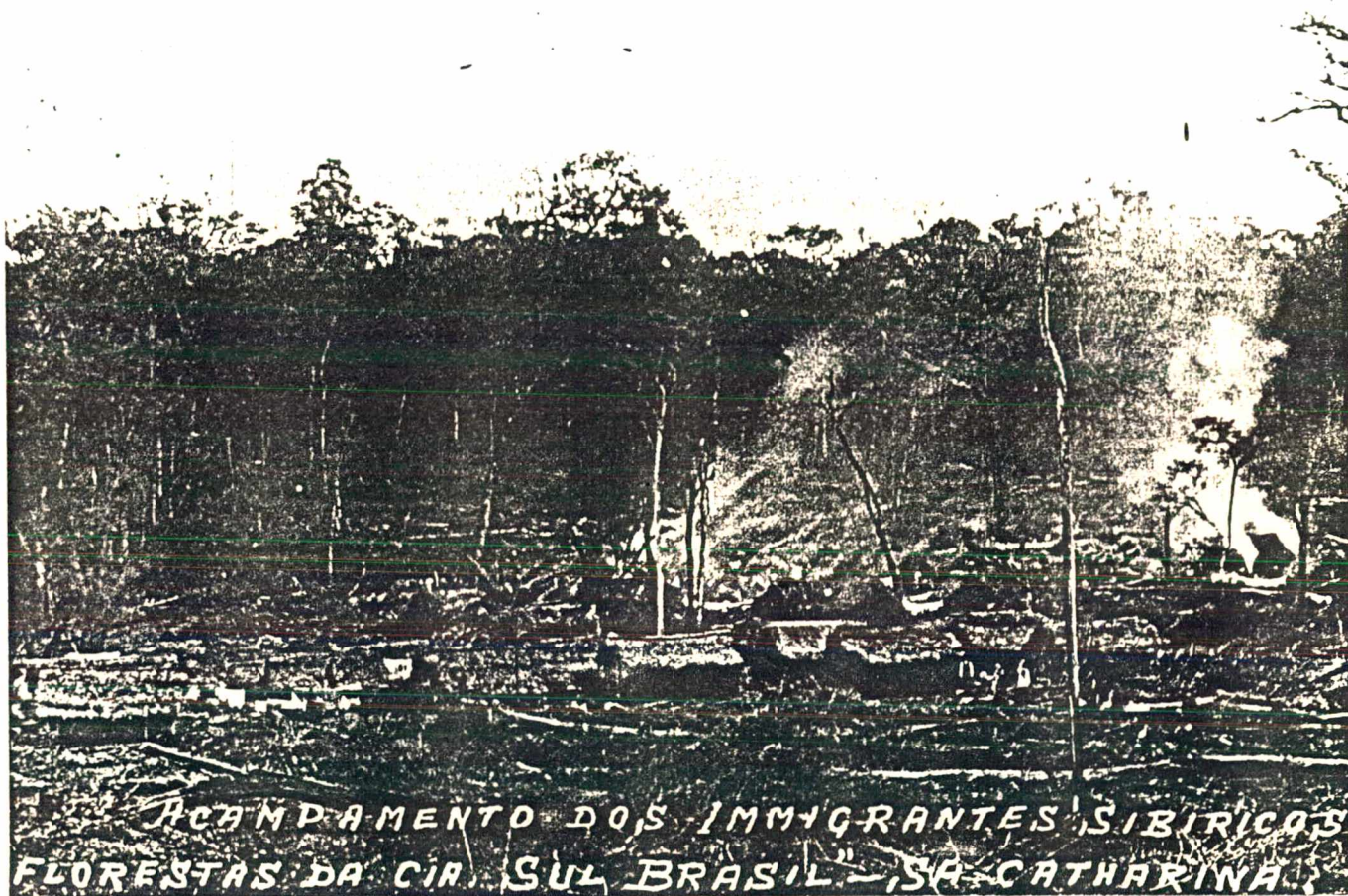


Foto 07 - Acampamento construído em Riqueza pelos teuto-rus-  
sos com aproximadamente quarenta cabanas. Acervo fotográfico  
de Marcelo Werle.

Durante os primeiros 90 dias, o consulado alemão ajudou com alimentação, principalmente farinha de milho, feijão e arroz. Oscar Sehnem diz que, quando entraram os alemães russos em Aguinhas, assinaram um contrato com o consulado alemão e tiveram que moer milho durante o dia e a noite<sup>(82)</sup>. O mesmo afirma Dona Fredolina C. Kussler, cuja família tinha o moinho em Palmitos, que fornecia farinha de milho aos teuto-russos instalados em Riqueza, Maracujá e Linha Bagé<sup>(83)</sup>.

As dificuldades, contudo, eram enormes. Ninguém conhecia e nem sabia derrubar as matas densas. Acostumados à terra de campo, onde se plantavam trigo e culturas próprias do frio, a nova realidade não lhes agradou.

"A terra não dá para comparar, era plana, terra bonita de campo. Tinha as vezes capões para o gado ir na sombra...plantávamos trigo, tudo o que a gosta do frio. Dava de tudo, batata... melhor do que aqui"<sup>(84)</sup>

A falta de madeiras para construir casas, terras pedregosas e acidentadas, cobertas de densas matas e principalmente a falta de comércio, foram os principais motivos do fracasso desta colonização. A saída para o comércio foi tentada através da criação de uma cooperativa para qual a Cia. Sul Brasil havia cedido uma colônia e o consulado alemão ajudou com 100 marcos. Mas, a cooperativa foi à falência<sup>(85)</sup>. A insatisfação começou tomar conta e a maioria foi em busca do emprego nas cidades ou de terras de campo, às quais estavam acostumados.

Das 180 famílias que se instalaram em Riqueza, ficaram apenas 45<sup>(86)</sup>. A maioria foi prá Ijuí, Porto Alegre e para o Uruguai. Do povoado de Bagé e Maracujá, permaneceram poucas famílias, mesmo contando os descendentes. O mesmo aconteceu com os alemães russos católicos, residentes em Aguinhas. Os russos foram para os



mais diferentes lugares. A maioria foi para o Uruguai e os municípios de Cascavel e Medianeira, no Estado do Paraná. Inúmeras famílias teuto-russas também foram para o Paraguai, por volta do ano de 1972<sup>(87)</sup>.

O primeiro grupo significativo que abandonou as terras da Cia. Sul Brasil ocorreu no ano seguinte à chegada dos mesmos à região, rumando para o Uruguai. Construíram uma embarcação com 26 metros de comprimento e desceram o rio Uruguai, junto com as balsas. Segundo Jorge Silva, eram em torno de 100 pessoas, das quais a metade era de São Carlos e restante de Bagé e Riqueza. Eram acompanhados de lancha, mas faltava-lhes experiência e isto fez com que a embarcação encavalasse numa ilha, como conta Jorge Silva.

"... foi combinado que eles iam indo e nós também. Saíram na nossa frente e logo aqui abaixo de Mondaí na taipa, eles atravessaram o barco deles na ilha e nós ficamos atrás. Cruzamos eles, eles gritaram socorro, socorro e nós não podia porque nos estava viajando e era uma cachoeira então nós não podia... depois da cachoeira fomos amarrar a balsa e fomos socorrê-los... Aí deram um puxão forte com a lancha, Eles tinham uma, e tiraram o barco. Depois viajemos juntos até São Borja"<sup>(88)</sup>.

A partir de visitas e correspondências, soube que eles se defenderam trabalhando nas fazendas. Muitos dos seus filhos teriam ido para as cidades, em busca de emprego e estudo<sup>(89)</sup>. Para Otto Zimmer, os que ficaram é porque não tinham uma profissão ou que não queriam aventurar-se para outros lugares. Estes foram enfrentando a falta de comércio, os mosquitos, o mato e talvez hoje estejam até melhor, pois têm sua propriedade, conclui Otto Zimmer<sup>(90)</sup>. Os teuto-russos apesar de terem chegado ao Brasil em 1930, foram vítimas, assim como a maioria dos imigrantes estrangeiros, da falta de comércio capaz de absorver a produção.

A falta de dinheiro obrigava as famílias a trocarem roupas de inverno, que haviam recebido quando da passagem

pela Alemanha, por alimentos e outros produtos. Outra opção era trabalharem para a Cia. Sul Brasil na abertura de estradas para, pelo menos, pagarem os juros de suas terras, até que surgisse o comércio para seus produtos. A dificuldade de adaptação, aliada à falta de colocação dos produtos, criou sérios prejuízos para a Cia. Sul Brasil. Dos 332 lotes adquiridos pelos teuto-russos, 153 foram rescindidos entre 1930 a 1933<sup>91</sup>. O prejuízo era enorme, pois a maioria deixou a região sem sequer pagar o transporte para a Companhia Sul Brasil. Por outro lado, só duas famílias haviam pago alguma parcela das terras<sup>92</sup>, isto porque não trouxeram capital, como a maioria dos colonos vindos do Rio Grande do Sul, e também porque, nos primeiros anos, não conseguiram comercializar sua produção.

## N O T A S

- «1» GIRON, Loraine Slomp. "A Imigração Italiana no RS: fatores determinantes." in: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 47.
- «2» BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. Os Italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Vozes, 1979. p.37.
- «3» LANDO, Aldair Marli, BARROS, Eliane Cruxen. Capitalismo e Colonização. Os alemães no Rio Grande do Sul. In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Vozes, 1980. p. 46.
- «4» Ib., p. 16
- «5» PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. 12.ed. São Paulo, Brasiliense, 1970. p.19.
- «6» GIRON, Loraine S.. A Imigração... Op cit. p. 57.
- «7» RENK, Arlene. A Luta da .... Op cit p. 117.
- «8» LANDO, A., BARROS E. Capitalismo... Op cit p. 20.
- «9» BATTISTEL, Arlindo Itacir. Colônia Italiana: Religião e Costumes. Porto Alegre, Grafosul, 1981. p. 15.
- «10» LANDO, A. E BARROS, E.. Capitalismo... Op cit. p. 19.
- «11» GIRON, L.. A Imigração... Op cit. p. 61.
- «12» MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha in: RS: Imigração E Colonização. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1980. p. 107.
- «13» GIRON, L.. A Imigração... Op cit. p. 62.
- «14» BONI, L., COSTA, R.. Os Italianos no ... Op cit. pp. 67 e 68.

- '15' LANDO, A., BARROS, E. Capitalismo... Op cit. p. 32.
- '16' BONI, L., COSTA, R. Os Italianos ... Op cit. p. 70.
- '17' MOURE, T.. A Inserção da ... Op cit. p. 113.
- '18' HOSS, Ervino. Entrevista ... Op cit.
- '19' KOEHLER, Rodolfo. Entrevista... Op cit.
- '20' SEBASTIANI, Pedro. Entrevista... Op cit.
- '21' RIZZI, C. Entrevista... Op cit.
- '22' RENK, Arlene. A Luta ... Op cit. p. 119.
- '23' LAZZARI, Flávis. Entrevista... Op cit.
- '24' THESSING, Arthur. Entrevista... Op cit.
- '25' KOEHLER, R. Entrevista... Op cit.
- '26' MOURE, Telmo. A Inserção ... Op cit. p. 113.
- '27' HOSS, Ervino. Entrevista... Op cit.
- '28' MOURE. Telmo. A Inserção ... Op cit. p. 114.
- '29' IBGE. Anuário Estatístico. População Recenseada e Estimada.
- '30' Relatório da Cia. Territorial Sul Brasil ...1938. Op cit.
- '31' Levantamento da Cia. Territorial Sul Brasil efetuado em Agosto de 1951. Arquivo da Cia. em Porto Alegre.
- '32' SEBASTIANI, P. Entrevista... Op cit.
- '33' KUSSLER, F., Entrevista ... Op cit.
- '34' MEES, G., Entrevista ... Op cit.
- '35' Id.

- '36' THESSING, A. Entrevista ... Op cit.
- '37' RIZZI, C., Entrevista ... Op cit.
- '38' RODOÍ, P., Entrevista ... Op cit.
- '39' SEHNEM, O. Entrevista... Op cit.
- '40' KOEHLER, Elsa Weber. Entrevista gravada concedida a Alceu Antonio Werlang em 18 de janeiro em Três Pinheiros, Palmitos.
- '41' KUSSLER, F., Entrevista ... Op cit.
- '42' Id.
- '43' RODOÍ, P., Entrevista ... Op cit.
- '44' KUSSLER, F., Entrevista ... Op cit.
- '45' RIZZI, C. Entrevista ... Op cit.
- '46' THESSING, A. Entrevista ... Op cit.
- '47' RIZZI, C., Entrevista ... Op cit.
- '48' RODOÍ, P., Entrevista ... Op cit.
- '49' Id.
- '50' SEBASTIANI, P., Entrevista ... Op cit.
- '51' ZIMMER, D., Entrevista ... Op cit.
- '52' HOSS, E., Entrevista ... Op cit.
- '53' SANTOS, Maria Antonia dos. Entrevista gravada concedida a Alceu A. Werlang em 18 de janeiro em Ilha Redonda, Palmitos,
- '54' RIZZI, C., Entrevista ... Op cit.
- '55' RODOÍ, P., Entrevista ... Op cit.

- <56> ROVERSI, Sabina. Entrevista gravada concedida a Alceu Antonio Werlang em 15 de janeiro em Santo Antonio, Caibi.
- <57> Id.
- <58> LAZZARI, F., Entrevista ... Op cit.
- <59> KUSSLER, F., Entrevista ... Op cit.
- <60> HOSS, E., Entrevista ... Op cit.
- <61> KOEHLER, R., Entrevista ... Op cit.
- <62> RODOÍ, P., Entrevista ... Op cit.
- <63> SEHNEM, O., Entrevista ... Op cit.
- <64> SEBASTIANI, P., Entrevista ... Op cit.
- <65> KOEHLER, R., Entrevista ... Op cit.
- <66> THESSING, A., Entrevista ... Op cit.
- <67> SCHEICHER, R., Entrevista ... Op cit.
- <68> MEES, G., Entrevista ... Op cit.
- <69> KOEHLER, Elsa. Entrevista ... Op cit.
- <70> HOSS, Marta Tereza. Entrevista gravada concedida a Alceu Antonio Werlang, realizada em São Carlos em 12 de janeiro de 1991.
- <71> KUSSLER, F. Entrevista ... Op cit.
- <72> ROVERSI, S., Entrevista ... Op cit.
- <73> RIZZI, C., Entrevista ... Op cit.
- <74> HOSS, Ervino. Entrevista ... Op cit.

- <75> Contratos de compra e venda de Terras da Cia Territorial Sul Brasil. Pasta número 02. Museu Pe. Fernando Nagel. Maravilha.
- <76> ZIMMER, O., Entrevista ... Op cit.
- <77> SCHEICHER, R., Entrevista ... Op cit.
- <78> Id.
- <79> SCHEE, Clemente. Entrevista gravada concedida a Alceu Antonio Werlang realizada em Centro Aguihas, São Carlos em 10 de janeiro de 1991.
- <80> SCHEICHER, R., Entrevista ... Op cit.
- <81> ZIMMER, O., Entrevista ... Op cit.
- <82> SEHNEM, O. Entrevista ... Op cit.
- <83> KUSSLER, F., Entrevista ... Op cit.
- <84> SCHEICHER, R., Entrevista ... Op cit.
- <85> Id.
- <86> ZIMMER, O., Entrevista ... Op cit.
- <87> SCHEICHER, R., Entrevista ... Op cit.
- <88> SILVA, J., Entrevista ... Op cit.
- <89> Id.
- <90> ZIMMER, O., Entrevista ... Op cit.
- <91> Id.
- <92> Contratos de compra e venda da Cia. Territorial Sul Brasil. Pasta número 02. Museu Pe. Fernando Nagel, Maravilha.

**CAPÍTULO V**

**O SURGIMENTO DOS NÚCLEOS URBANOS**



## 5.1 - O planejamento dos núcleos urbanos.

A maioria dos núcleos urbanos existentes nas terras colonizadas pela Cia. Territorial Sul Brasil foram planejados pela própria companhia. Na assinatura do contrato com o governo do Estado de Santa Catarina, José Rupp se comprometeu a demarcar os núcleos urbanos numa distância máxima de 30 a 40 Km. um do outro. Neste contrato, a empresa a ser criada reservaria terrenos apropriados para as praças públicas, construções de igrejas, hospitais, escolas e cemitérios. Estes terrenos não seriam cobrados pelo Estado, exigindo-se apenas o fornecimento das plantas dos respectivos terrenos à Diretoria de Viação e Obras Públicas<sup>(1)</sup>.

As cidades que tiveram sua origem planejada a partir da demarcação dos lotes são Palmitos, São Carlos, Cunha Forã, Saudades e Maravilha, distantes entre si, em média de 20 a 30 Km pelos atuais traçados das estradas. Num terreno escolhido previamente, foram definidos a localização das praças, escola, comércio, igreja e hotel. Posteriormente, a área próxima foi demarcada em lotes urbanos e chácaras. Quem coordenava a escolha dos locais era o próprio Carlos Culmey, como conta sua própria filha Tutz Culmey:

"Certo dia papai nos levou a Palmitos. Famos numa elevação arborizada e através das copas das árvores papai indicou exatamente onde ficariam localizadas a igreja, o hotel, a casa de negócios, a prefeitura e o parque. Walter olhou-o estupefato e disse: "Só vejo árvores..."<sup>(2)</sup>

Os primeiros 4 lotes escriturados pela Cia. Oeste Catarinense foram vendidos para Segundo Triácea, em 27 de julho de 1922. Já o primeiro lote urbano foi escriturado em 05 de setembro do mesmo ano para Luiz Ferronato com uma área de 1.500 metros quadrados, localizado em Cascalho, sede da Companhia. Em Palmitos, a venda das chácaras data de

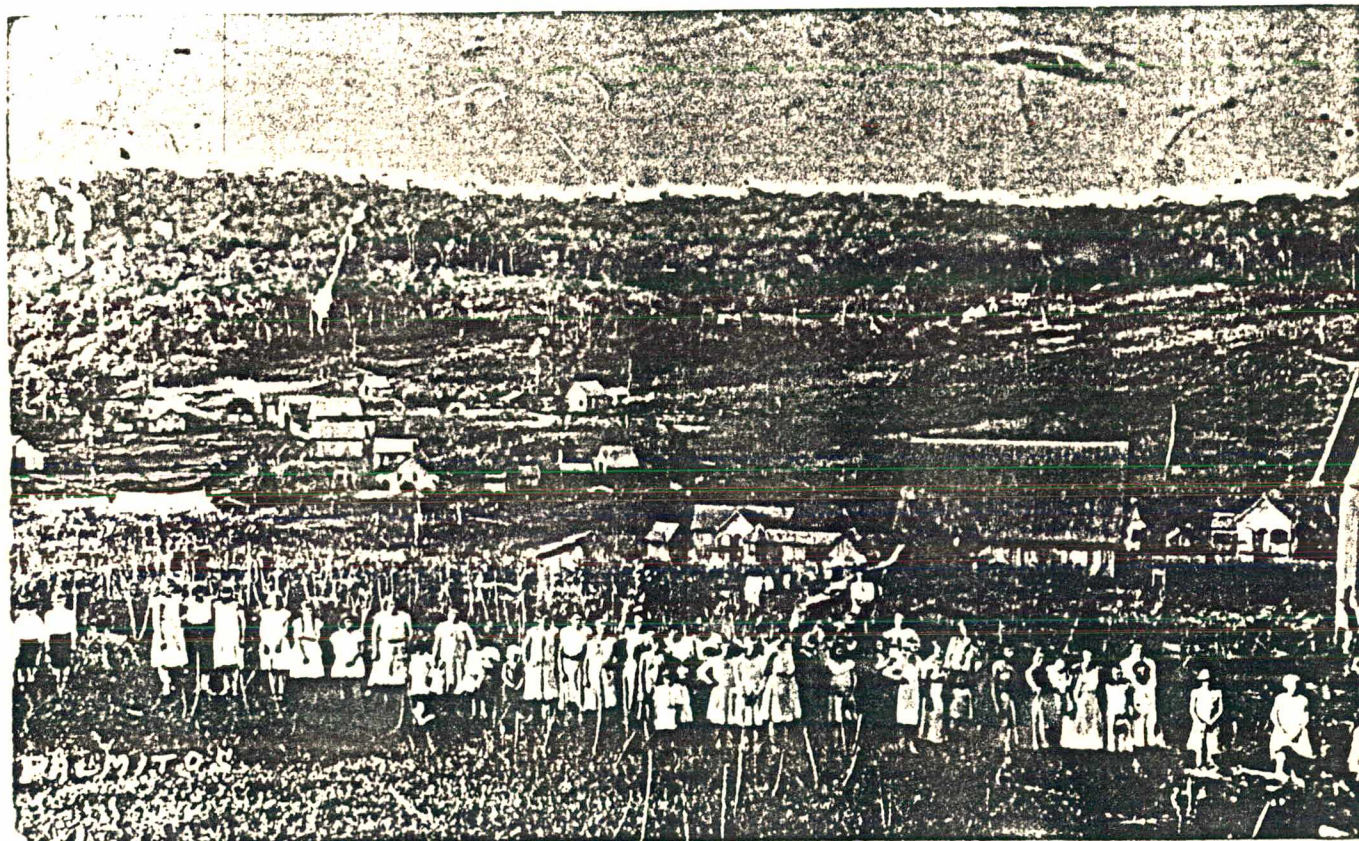


Foto 08 - Vista panorâmica de Palmitos por volta de 1932. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

Setembro de 1927. Já nas terras destinadas aos alemães católicos, região de São Carlos, quem escriturou os dois primeiros lotes coloniais foi Manoel Alves Alonso, em 1928. Neste mesmo ano, escrituraram terras nesta região Felício Lageano Alonso e José Giotto. Posteriormente com a entrada dos alemães e o fim da era das balsas, a maioria dos luso-brasileiros deixaram a região. A venda de chácaras e lotes urbanos, em São Carlos, começou em 1928. Já em primeiro de julho de 1930 foram reservados 2 terrenos e uma chacara, num total de 11.520 metros quadrados, para a Mitra Episcopal de Lages, destinados à localização da futura igreja de São Carlos. Posteriormente, a região passou a pertencer à Mitra da Prelazia de Palmas, em nome da qual foram reservados, em 1935, dois terrenos em Saudades e um em São Domingos (Caibi)<sup>(3)</sup>.

Em Caibi e Saudades, as chácaras e lotes urbanos foram vendidos desde o ano de 1938. Nestas duas cidades, juntamente com Pinhalzinho, percebe-se que primeiramente se formou um certo núcleo urbano antes de serem escolhidas para sede de cidades. Já as cidades de Palmitos, São Carlos, Cunha Porã e Maravilha, foram planejadas na hora da demarcação dos lotes. Poderíamos dizer que os primeiros núcleos urbanos surgiram espontaneamente, a partir do fluxo migratório, enquanto que os últimos foram previamente planejados. Os lotes urbanos e chácaras foram vendidos em Cunha Porã já em março de 1932, enquanto que, em Maravilha, os lotes coloniais passaram a ser vendidos a partir de 1949, enquanto que os lotes urbanos só em 1952<sup>(4)</sup>.

"O projeto inicial da cidade (Maravilha) contava com 1.300 lotes urbanos de áreas variáveis, sendo 676 lotes na cidade baixa e 624 lotes na cidade alta e 225 chácaras. Obedecem a um traçado de xadrez, sendo reservados lotes para parques, campos de futebol, hospital, escolas, igrejas, etc"<sup>(5)</sup>.

No entanto, nem todos os núcleos urbanos pré-planejados transformaram-se em cidade. É o caso de Passarinhos e Cascalho. Aliás, o primeiro núcleo urbano foi Cascalho, inicialmente denominado Vila Oeste, onde se instalou a sede da Cia. Oeste Catarinense e, posteriormente, a da Cia. Sul Brasil que a transferiu em 1929 para seção de Passarinhos. Na Vila Oeste, inúmeras famílias instalaram-se em chácaras e lotes urbanos com ruas bem traçadas. A transferência da sede da Cia. Sul Brasil e o fim do ciclo de balsas transformou Vila Oeste (Cascalho) num núcleo colonial sem maior expressão. A transferência do distrito para Passarinhos, em 1931, foi consequência da mudança da sede da Companhia, deixando Cascalho isolado numa extremidade da colônia. A localização de Passarinhos era privilegiada pois, além de ficar próxima da cidade de Iraí e do rio Uruguai, favorecia a distribuição dos colonos para diferentes lotes da Cia. Sul Brasil, por ser local de passagem dos emigrantes da colonizadora.

No entanto, com o afastamento da colonização em direção ao norte, Passarinhos foi preterida por Palmitos, que se transformou em sede do município. De Palmitos, a Cia. Sul Brasil transferiu-se para Maravilha, onde permaneceu até a venda dos últimos lotes, na década de 1980.

Outros núcleos urbanos surgiram a partir do desenvolvimento de certos núcleos coloniais. É o caso das cidades de Riqueza, Iraceminha, Serra Alta e Sul Brasil. Estes povoados surgiram sem nenhum planejamento da Cia. Sul Brasil, uma vez que sua área foi dividida em lotes coloniais. Estes núcleos urbanos prosperaram a partir do desenvolvimento do comércio e das pequenas indústrias, transformando-se em sedes municipais.



Foto 09 - A comunidade de Linha Passarinhos já nos anos 30. No fundo, o Castelinho. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

É interessante observar que a grande maioria da população que se instalou nos núcleos urbanos planejados pela companhia são de origem colonial. Muitos nem tinham a pretensão de morar na cidade. Compravam chácaras ou lotes urbanos para não ficarem isolados, sem vizinhos, comércio e estradas. Segundo Fredolina Kussler, o preço de uma chacara tinha proporcionalmente o mesmo valor de um lote colonial. Ela instalou-se em Palmitos, pois pelo menos havia ali uma clareira aberta no meio da mata, com acesso por estrada<sup>(6)</sup>. Evidentemente, quem quisesse dedicar-se ao comércio ou indústria optou pelo núcleo urbano. É a expansão ou não do comércio que determinou o surgimento das cidades. Neste sentido, os núcleos urbanos planejados possuíam a função de determinar as áreas que seriam ocupadas inicialmente, bem como localizar os primeiros estabelecimentos comerciais e industriais.

Quem adquiria um lote no núcleo urbano, ou próximo do mesmo, era obrigado a ocupá-lo num curto espaço de tempo, enquanto que para os lotes mais distantes não havia esta obrigação. Isto demonstra que a estratégia da Sul Brasil foi criar povoados desenvolvidos que pudessem atrair novos imigrantes. Também nos relatórios e correspondências enviadas a órgãos públicos sempre se frisava a existência de prósperos povoados. Dentre os povoados, sempre há um destaque para São Carlos e Palmitos, como este do ano de 1936:

"...já existem ali atualmente, duas povoações bem desenvolvidas que recebem o nome de São Carlos e Palmitos e outras em desenvolvimento como Cascalho, Passarinhos, São Domingos (Caibi), Iracema (Riqueza), Cunha Porã, Ilha Redonda, Aguinhas e Saudades<sup>(7)</sup>."

A venda das chácaras e lotes urbanos foi significativa a partir de 1936, ano em que a Cia. Sul Brasil vendeu 23 lotes urbanos e duas chácaras. Já no ano seguinte, foram vendidos 9 lotes urbanos e 11 chácaras<sup>(8)</sup>.

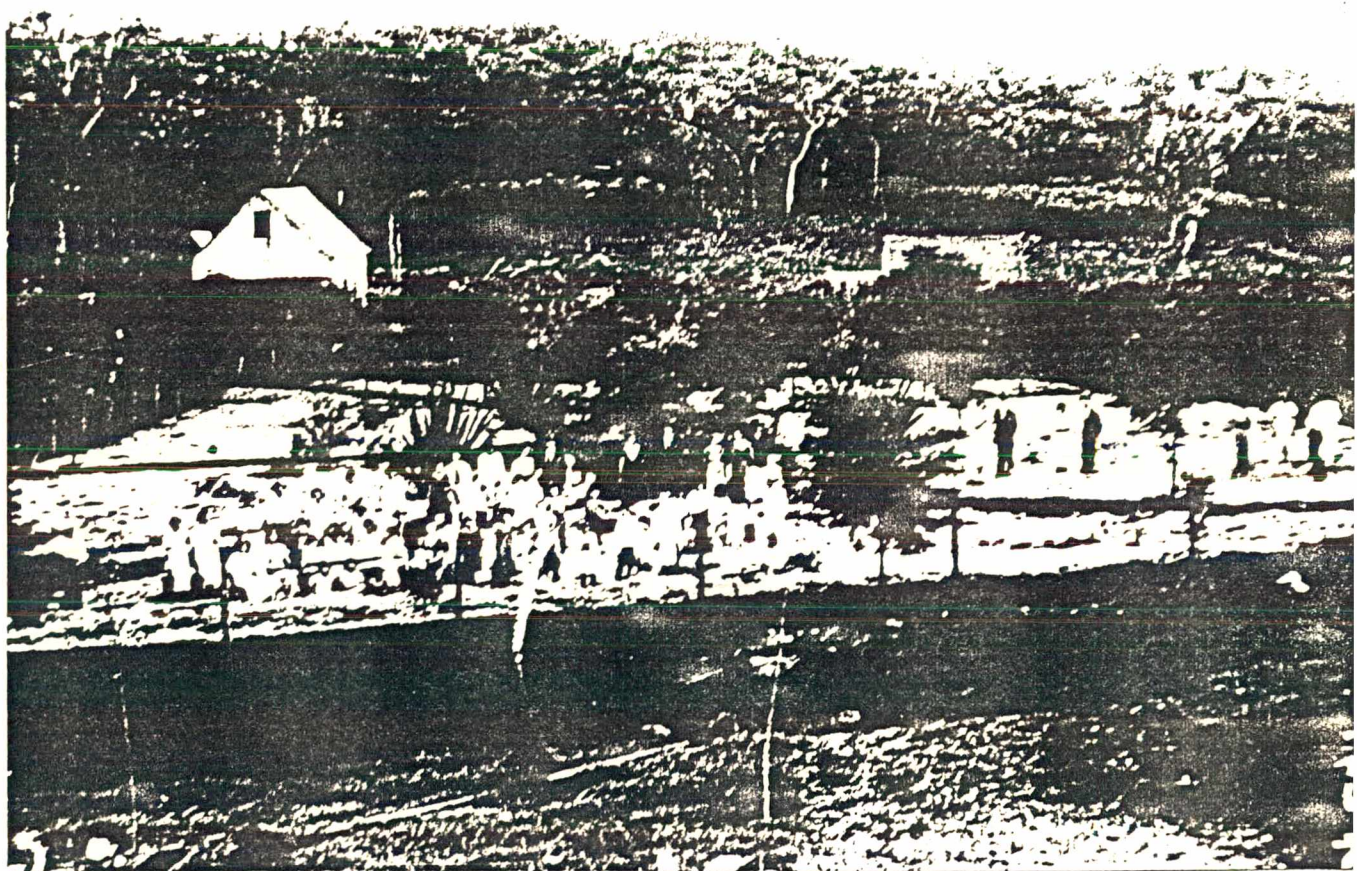


Foto 10 - Praça de São Carlos com grama branca. Foto tirada numa das primeiras festas realizadas em São Carlos. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

A criação do primeiro distrito nas terras colonizadas pela Cia. Sul Brasil, ocorreu em 19 de junho de 1921, pela lei municipal número 45. Sua criação foi anterior ao início da colonização, no local que foi escolhido pela Cia. Oeste Catarinense para instalação da sua sede. Este distrito, inicialmente denominado Vila Oeste, passou a denominar-se Cascalho pela lei municipal número 26, de 10 de março de 1922. Finalmente, pelo decreto lei estadual número 86 de 31 de março de 1938, foi elevada a categoria de Vila, passando a denominar-se distrito de Vila Passarinhos, local para onde havia sido transferida a sede da Sul Brasil em 1930.

Desmembrando-se do distrito de Passarinhos, surgiu, pelo decreto estadual número 238, de primeiro de dezembro de 1938, o distrito de São Carlos. Sua instalação deu-se em primeiro de janeiro de 1939. A criação deste distrito vem caracterizar a divisão das terras feitas pela Cia. Sul Brasil em duas áreas distintas, que dariam origem aos municípios de São Carlos e Palmitos. O distrito de São Carlos englobava as terras localizadas entre os rios Chapecó e Barra Grande, destinadas aos alemães católicos. Nelas surgiram importantes núcleos urbanos como São Carlos, Saudades, Pinhalzinho, Modelo, Serra Alta e Sul Brasil.

O distrito de Passarinhos, cujo principal núcleo urbano era Palmitos, abrangia as terras localizadas entre os rios Barra Grande e Iracema, destinadas aos alemães evangélicos e italianos. Nesta área surgiram os municípios de Palmitos, Caibi, Cunha Porã, Maravilha, Iraceminha, São Miguel da Boa Vista e Riqueza.



## 5.2 - O comércio da madeira.

"... viajar pelo rio, ganhava pouco, mas tinha pouco movimento. Assim, não tinha com que se fazer dinheiro a não ser a madeira. E por último, agora as firmas, as firmas aí sim enriqueceram, mas naquele início de tempo não, ninguém enriquecia, tudo era ilusão"<sup>(9)</sup>,

conta Jorge Silva em entrevista.

A formação dos primeiros núcleos urbanos também está ligada à exploração desenfreada e irracional da madeira. Nas terras colonizadas pela Sul Brasil, alguns balseiros haviam se instalado antes de 1925, ano da chegada da companhia. A extração da madeira foi efetuada pelos luso-brasileiros, que faziam desta atividade sua sobrevivência. Com a chegada das companhias colonizadoras e dos madeireiros gaúchos, a devastação não cessou até a extração das últimas árvores de valor comercial. Nas terras da Cia. Sul Brasil encontraram-se em grande quantidade o cedro, o louro e o pinheiro. Primeiramente, foram explorados o cedro e o louro, existentes em grandes quantidades ao longo do rio Uruguai. Já o pinheiro, localizado ao norte, distante das margens do rio Uruguai, foi explorado num segundo momento.

Para o transporte destas madeiras, distantes do rio Uruguai, foram usados seus afluentes. Entre eles, destacam-se os rios Chapecó, São Domingos, Iracema e rio das Antas. Ervino Hoss conta que ao longo dos rios Saudades e Chapecó, a área foi limpa. A exploração foi feita pela Cia. Sul Brasil e por outros madeireiros. Conta ainda que houve épocas em que o rio Chapecó podia ser atravessado a pé, tantas eram as balsas que tinha. Na década de 1930, durante 5 anos consecutivos, não ocorreram enchentes no rio Chapecó e o prejuízo foi enorme. Quando veio a enchente, a mesma surpreendeu a todos, não dando tempo de embarcar, levando toda a madeira rio abaixo, decretando a falência dos pequenos madeireiros<sup>(10)</sup>.

A Cia. Sul Brasil, não querendo ver ameaçados seus lucros, partiu para a abertura de estradas em substituição ao aproveitamento dos pequenos leitos.

"... visto que as experiências feitas aconselham não confiar nestes pequenos rios, com suas enchentes escassas, leito apertado, voltas, etc, etc. e outros inconvenientes mais. Por isso somos do plano de abrir uma estrada que desemboca abaixo da corredeira comprida do Rio Uruguai, junto a barra do rio Barra Grande"<sup>(11)</sup>.

Diante da chegada dos madeireiros e da própria Sul Brasil, foram instaladas várias serrarias na região. Os primeiros balseiros não podendo concorrer com as mesmas, passaram a trabalhar como "práticos" para as grandes empresas. Jorge Silva conta que fez 27 viagens de balsa até São Borja, sempre contratado por terceiros. Sua última viagem foi no ano de 1952. Ele trabalhou como "prático", profissão em que se especializou com o decorrer das viagens. Segundo ele, para quem conhecia os segredos e acidentes do rio, a viagem não era perigosa<sup>(12)</sup>. A falta de experiência e os inúmeros obstáculos arrebutaram diversas balsas, ceifando muitas vidas humanas.

#### Tabela de Custos da viga

Extração da viga no mato	12\$500
Transporte até o rio Uruguai	50\$000
Formação das balsas	5\$000
Transporte até São Borja	15\$000
Administração	10\$000
<b>Total</b>	<b>110\$500</b>

FONTE: Orçamento da Sul Brasil enviado ao Banco do Brasil em Agosto de 1942. Arquivo da Sul Brasil de Porto Alegre-RS.

Se os pequenos balseiros não acumularam capital, o mesmo não se pode dizer das grandes firmas. Num orçamento feito pela Sul Brasil, no ano de 1941, havia uma previsão de

lucro superior a 100%, na venda das madeiras para a Argentina<sup>(13)</sup>.

Sendo o preço de uma viga de cedro, no Rio Grande, de 224\$500 mil réis em média e sendo o custo da mesma de rs: 110\$500, resultava o lucro líquido de rs: 114\$000 por uma viga de cedro vendida em São Borja. A Cia. Sul Brasil, que vendia suas terras com reserva de madeira, não tinha custo nenhum para adquirir as madeiras, ao contrário dos demais madeireiros. A venda da madeira efetuou-se a preços irrisórios, se comparados aos preços do mercado mundial. Neste mesmo ano, 1941, a viga de madeira compensada de cedro era comercializada por rs: 3.433\$500, no porto de Rio de Janeiro. Segundo os cálculos da Cia. Sul Brasil, descontadas as despesas de produção e transporte até o porto do Rio de Janeiro, daria um lucro líquido de rs: 2.464\$490. Comparado a este montante, o lucro de rs: 114\$000 por viga conseguido na Argentina foi pequeno. Neste mesmo orçamento, feito com o objetivo de adquirir junto ao Banco do Brasil um empréstimo no valor de sete mil contos de réis (7.000.000\$000) para a instalação de uma indústria de madeiras compensadas, a Cia. Sul Brasil estimava que possuía ainda em suas terras 200.000 vigas de cedro<sup>(14)</sup>.

A indústria de compensados acabou não saindo, mas a Sul Brasil investiu na instalação de serrarias que também aumentavam os lucros. Apesar do mau aproveitamento econômico da atividade madeireira que destruiu a maior parte da rica flora do Oeste Catarinense, foi ela que deu sobrevivência econômica às companhias e aos núcleos colonizadores até 1938, quando a economia brasileira, mais especificamente a do Rio Grande do Sul, se recompôs das consequências da crise mundial de 1929.

Trabalhar para as madeireiras em troca de algum dinheiro foi a opção para os colonos que não conseguiram

comercializar seus produtos. Alguns agricultores conseguiram vender o milho para os arrastadores de toras, destinadas à alimentação dos bois. A venda das madeiras resultou em algum dinheiro aos colonos, uma vez que, nos primeiros anos, a Cia. Sul Brasil vendeu os lotes sem reserva de madeira. Mesmo assim, não puderam vendê-la antes do pagamento do lote.

No entanto, o desenvolvimento da região foi pequeno se comparado à quantidade de madeira extraída. Além dos preços baixos conseguidos pela mesma, a não aplicação do capital acumulado na região impediu um desenvolvimento maior. Grande parte do capital acumulado com a venda das madeiras, bem como dos lotes coloniais, foi transferido para o Rio Grande do Sul. A fase das balsas ajudou, no entanto, a amenizar a crise econômica provocada pela falta de comércio para os produtos dos colonos.

Mais importante que a atividade dos grandes madeireiros foi o papel das pequenas serrarias que se instalaram para abastecer o mercado interno. As primeiras se retiravam tão logo acabava a madeira de valor comercial, deixando para trás apenas florestas semi-destruídas. As pequenas serrarias, pelo contrário, foram crescendo com o aumento do fluxo migratório, que foi exigindo um volume de madeira cada vez maior para a construção de casas e benfeitorias. Os irmãos Sehmen, que instalaram uma serraria em São Carlos, no ano de 1929, não conseguiram vencer a demanda

"... já a madeira tinha saída. Não conseguimos vencer. Até o Osvaldo abriu comércio de madeira que trazia de Guatambu, de balsa. Ih! ele enriqueceu. O que serramos não foi o suficiente"<sup>(15)</sup>.

Em 1926, já havia, em Palmitos, a serraria Cerrutti que vendeu madeira aos colonos que ali se instalaram. Também eles não venceram a demanda<sup>(16)</sup>. A falta de dinheiro e a

inexistência de serrarias suficientes obrigou a muitos moradores a construírem ranchos de taquara ou com tábuas serradas a mão.

"Das casas com tábuas só dali uns 2 anos que nós estava morando... tudo morava nesses ranchinho de taquara. Então eles compraram serra de serrar tábuas e talheiros para pôr as toras em cima... tudo a muque"<sup>(17)</sup>.

A expansão destas serrarias foi aumentando proporcionalmente ao aumento da população na região. Além destas serrarias fornecerem madeira para a construção das benfeitorias dos colonos e das fábricas de móveis e esquadrias, foram aos poucos comercializando o excedente em diferentes cidades gaúchas. Neste sentido, a atividade da extração madeireira foi importante por ser a única atividade rentável durante os primeiros anos da colonização e principalmente por ter abastecido com madeira a população instalada na região.

### 5.3 - O desenvolvimento do comércio.

"Quando se colhia o feijão novo, se derramava fora o feijão velho por causa do lugar. Para guardar o novo sempre na esperança de conseguir vender um dia"<sup>(18)</sup>,

conta Pedro Rodoí.

A falta de comércio para os produtos comerciais atrasou pelo menos em 10 anos a colonização das terras da Sul Brasil. Os colonos vieram e imediatamente iniciaram suas plantações nas terras férteis, anteriormente cobertas de matas. Os produtos mais cultivados foram o milho, a batatinha e feijão. Pedro Sebastiani conta que colheu 100 sacos de batatinha no ano de 1928 e quase não conseguiu vender nada. Afirmou, no entanto, que durante os primeiros

anos da década de 1930 a situação piorou ainda mais. Não se vendia nada e não se em pequenas quantias para os novos moradores. Chegou a ter 3 mil quilos de mel e uns 700 a 800 quilos de banha estocados<sup>(19)</sup>. Pedro Rodoí conta que seu pai levou um saco de feijão no lombo do cavalo a Falmitos. Na falta de comprador propôs, trocá-lo por um quilo de sal o que lhe foi negado, obrigado-o a jogá-lo fora<sup>(20)</sup>.

Os pequenos comerciantes que se instalaram nos povoados limitaram-se a vender sal, erva, café, cachaça e algumas roupas. Compravam, quando muito, mel, cera e peles de animais. A falta de capital para repor estoques fazia com que muitas vezes ficassem sem produtos, principalmente no período das enchentes, quando o rio Uruguai não dava passagem. Fredolina Kussler nos dá uma idéia de como funcionava o comércio no depoimento abaixo:

"... trouxemos um saco de sal. Depois veio um senhor que construiu um comércio. Ele tinha um pouco de farinha, uma garrafa de cachaça e um copinho, esse era todo o comércio. Quando escutávamos o ronco do carro, quando voltava do Rio Grande, daí nós corria, mas as vezes já tinha terminado. Ele trazia de Ijuí. era um tal de Willy. (William Demilhar)"<sup>(21)</sup>.

Em São Carlos, a partir de 1928, também havia um pequeno comércio, de propriedade da família Jonhans. Segundo Guilherme Mees, ali se comprava roupa, sal, erva, de tudo um pouco<sup>(22)</sup>. Para os que moravam longe dos povoados, a situação era pior. Clemente Rizzi conta que saía de manhã cedo para retornar noite escura. Ia para Iraí fazer as compras onde era mais barato e encontrava certos produtos que não havia em Cascalho<sup>(23)</sup>. A escassez do dinheiro resultou num outro problema. Alguns comerciantes tiveram que fechar as lojas, pois as vendas foram feitas todas a prazo inviabilizando a reposição do estoque.

O tabaco foi o primeiro produto que conseguiu um mercado estável. Em 1933, a maioria dos agricultores da

região plantaram tabaco. Foram criadas duas cooperativas de fumo, uma em São Carlos e outra em Palmitos. A de São Carlos faliu em 1939 e a de Palmitos sobrevive até hoje. As cooperativas adiantavam os produtos aos colonos em troca da safra de fumo.

"O fumo dava dinheiro, já milho e feijão ninguém comprava. Depois veio a cooperativa do fumo. Daí os colonos podiam plantar e depositá-lo. Compravam o ano todo para pagar depois, com a safra de fumo. A cooperativa preparava o fumo e mandava a Porto Alegre e quando o preço era bom vendiam. Na hora do acerto, muitos colonos ficavam devendo para a próxima safra. Uns empatavam, outros ganhavam dinheiro de volta... mas se não tivesse o negócio do fumo, São Carlos teria ido à falência"<sup>(e3)</sup>,

segundo depoimento de Ervino Hoss.

A introdução do tabaco e a criação das cooperativas melhorou a situação. Pelo menos motivou o agricultor a plantar, sabendo que teria onde vendê-lo, mesmo que os preços não fossem animadores. Paralelamente ao comércio de tabaco, foi surgindo mercado para a banha e posteriormente para o suíno. O porco havia sido introduzido da região de Campo-Erê e do Rio Grande do Sul. Segundo Ervino Hoss, a criação de porco começou pelo ano de 1936. Seu irmão Ruver Hoss foi o primeiro a comprar suíno na região. Inicialmente, carneou os porcos e fazia salame, depois revendeu os mesmos em Joaçaba e Ponta Grossa. Os suínos que não resistiram às péssimas estradas foram carneados. Hoss afirma que toneladas de salame estragaram por falta de comércio. Outra dificuldade foi a de colocar a grande quantidade de banha que os porcos comuns produziam<sup>(e4)</sup>. Segundo Oscar Sehnem, até 1952, Ruver Hoss era o único comprador da região. Ele trouxe porco de toda a região, inclusive de Itapiranga, São Miguel do Oeste e Campo-Erê<sup>(e5)</sup>.

As dificuldades do comércio foram um sério entrave para o desenvolvimento dos povoados, o que dificultava atrair novos colonos para a região, bem como o pagamento das

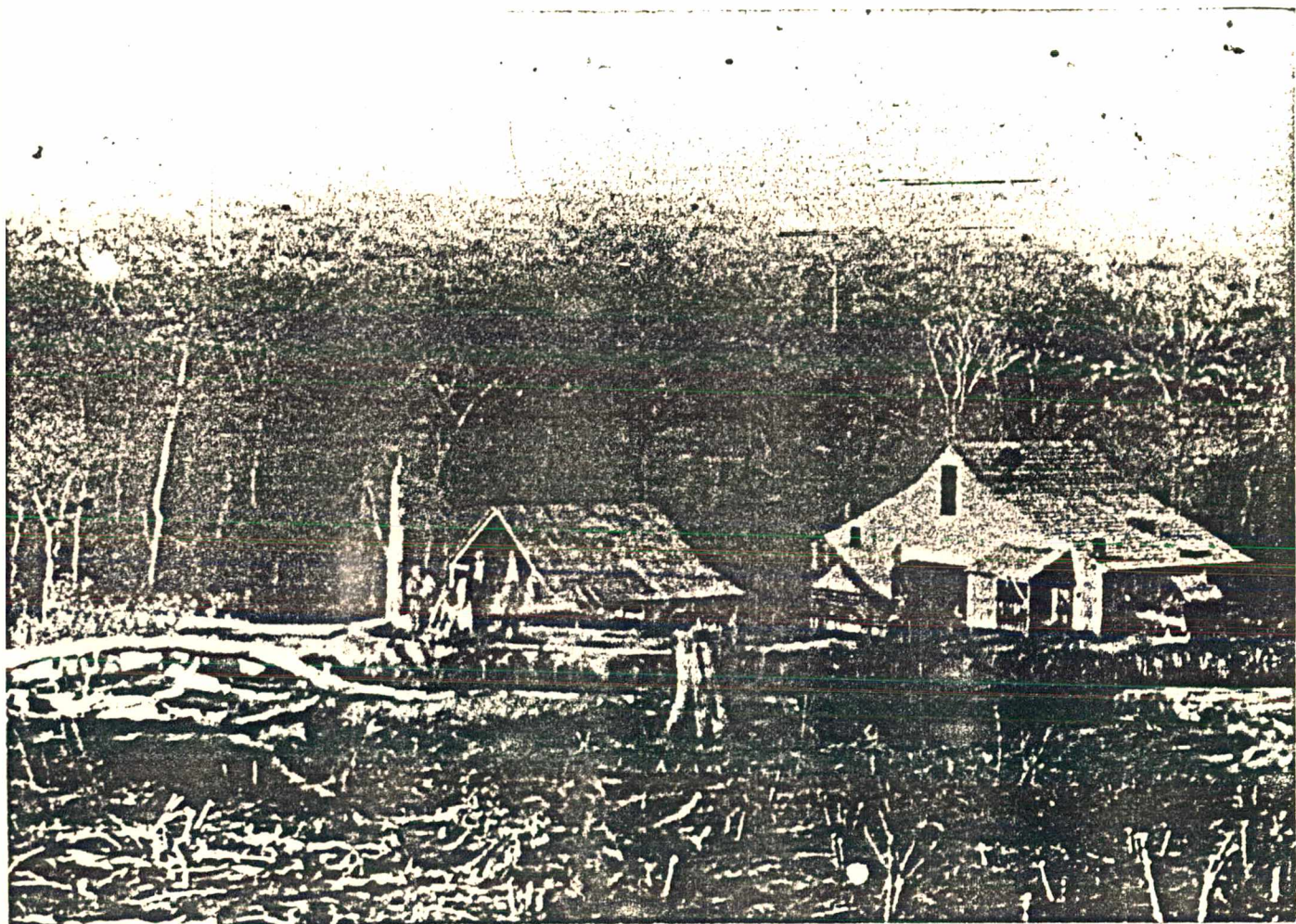


Foto 11 - Construção típica do meio rural na década de 1930, quando a maioria das famílias plantava tabaco. A mesma servia para moradia, secador de fumo, galpão e abrigo aos animais. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.



terras junto a Companhia, por parte dos que já haviam se instalado. Preocupada com isto, a Cia. Sul Brasil passou a subvencionar, até o ano de 1937, caminhões da firma de Willy Stolz, de Santa Bárbara, para transportarem os produtos das povoações de São Carlos e Palmitos. O objetivo era conseguir escoar a produção até Santa Bárbara, onde passava a Viação Férrea do Rio Grande do Sul<sup>(26)</sup>.

Nos povoados mais distantes do Rio Uruguai, a situação precária perdurou por mais tempo. Fontoura de Castro conta que, em 1946, possuía um pequeno comércio em Pinhalzinho. Ele comprava cera, mel e couro de animais selvagens dos colonos e os revendia para um comerciante de Carazinho. Já os víveres eram adquiridos da comercial Werlang de São Carlos. Apesar disto, nunca pagou imposto durante os vários anos de comércio<sup>(27)</sup>.

Nos núcleos urbanos, como São Carlos e Palmitos, a situação melhorou a partir de 1950, quando o porco passou a ter um excelente preço. Arthur Thessing diz que, em 1952, comprava-se uma rural Zero Km com o valor de mil quilos de suíno<sup>(28)</sup>. A partir da suinocultura, a colonização progrediu. Praticamente todos os agricultores criavam suínos, motivados pelos bons preços da época. A partir da suinocultura, o comércio desenvolveu-se e as importantes agroindústrias instalaram-se na região. "Por ironia do destino", com a implantação do Sistema de Fomento, adotado pelas agroindústrias, inúmeros produtores foram expropriados da sua propriedade, pois não interessava a ela o grande número de produtores. A política do fomento foi a de reduzir o número de criadores e aumentar a produção dos demais. Assim, a agroindústria excluiu do processo de produção grande parte dos produtores de suínos, bem como criou mecanismos de subordinação dos demais.

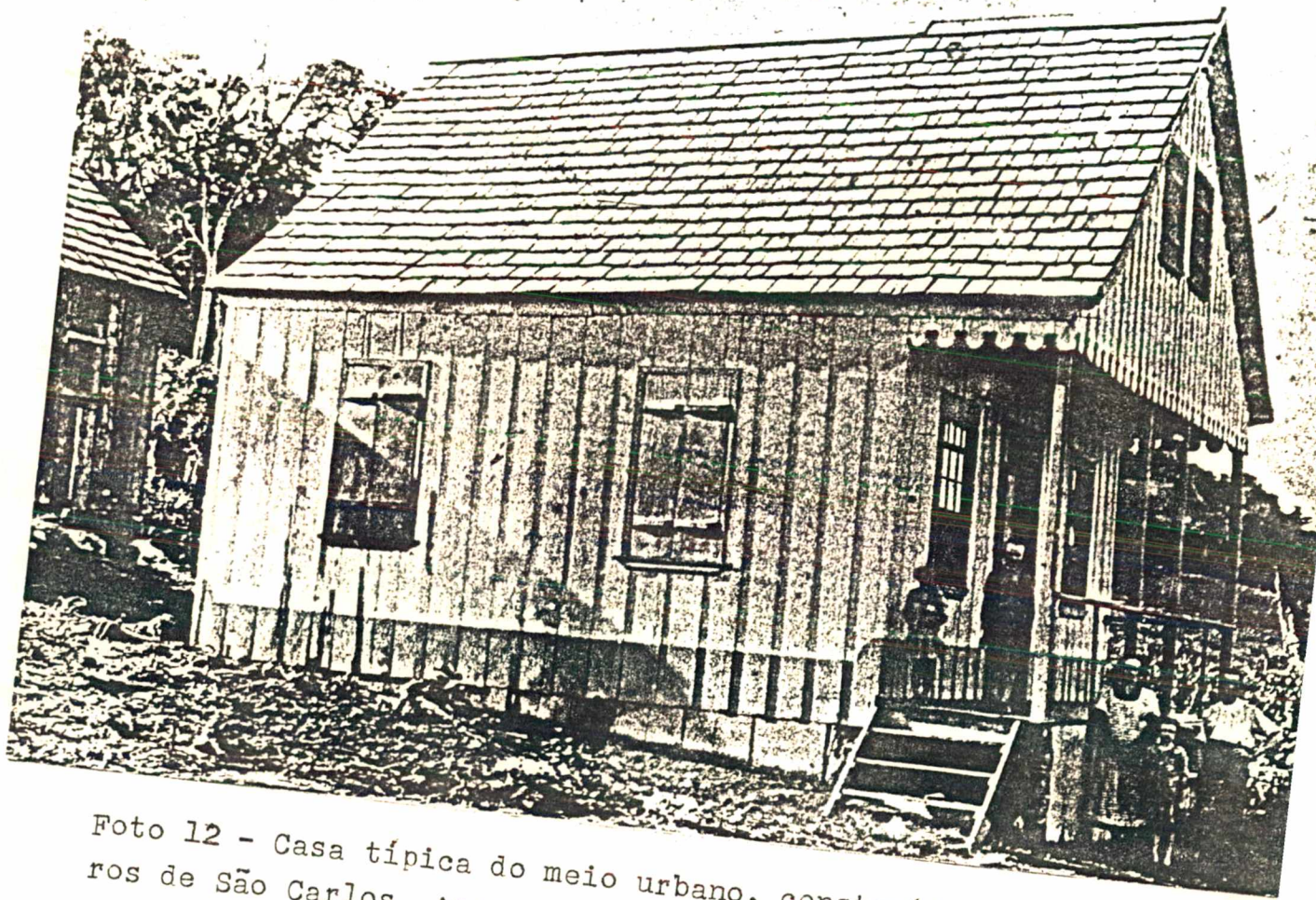


Foto 12 - Casa típica do meio urbano, construída pelos pioneiros de São Carlos. Acervo fotográfico de Marcelo Werle.

#### 5.4 - Atividade Industrial.

As serrarias e os moinhos coloniais foram os primeiros estabelecimentos industriais da região. A existência de densas florestas, com árvores de valor comercial, fez proliferar rapidamente o número de serrarias. Em 1930 já havia 7 serrarias na região, número que não parou de crescer até meados da década de 70, quando o governo federal, através do IBAMA, começou a exigir das serrarias uma política de reflorestamento. Outra causa da redução foi a diminuição significativa das matas na região. Isto fez com que algumas fechassem e outras tantas fossem transferidas para outras regiões, principalmente Mato Grosso e Pará, onde a oferta de madeira roliça era abundante.

A expansão dos moinhos foi proporcional à expansão dos núcleos coloniais, uma vez que dependiam diretamente do consumo da farinha. Os primeiros que se instalaram eram movidos à roda de água e moíam unicamente milho. A farinha de milho era amplamente consumida através da polenta, entre os italianos, e o pão de milho, entre os alemães. Aos poucos, estes estabelecimentos passaram também a moer trigo e descascar arroz. As famílias, geralmente numerosas, dependiam dos moinhos para sua sobrevivência, pois, juntamente com o feijão e a mandioca, a farinha de milho foi amplamente consumida<sup>(29)</sup>. Quando da chegada dos primeiros moradores em Palmitos, já havia um pequeno moinho de propriedade de um luso-brasileiro, na localidade de Linha Alegre. O mesmo foi adquirido posteriormente pela família Kussler. Mas a farinha de boa qualidade só foi conseguida depois que esta família comprou outro moinho em Montenegro<sup>(30)</sup>. Já os primeiros moradores de São Carlos, levavam a moagem a Caxambu até o ano de 1929, quando então, João Sehnen instalou o primeiro moinho nesta cidade.

Em abril de 1942, já havia 12 moinhos na região de São Carlos e Palmitos. Este número aumentou significativamente até meados da década de 1970, quando então muitos moinhos começaram a fechar, devido à política de subsídio da farinha de trigo. Os colonos que até então plantavam trigo para o consumo, passaram a comprar a farinha industrializada por grandes moinhos, plantando outros produtos em seu lugar<sup>(21)</sup>.

A diversificação da indústria, no entanto, ocorreu cedo. Segundo o relatório da Cia. Sul Brasil, havia, em 1933, na área colonizada por ela, um engenho para a fabricação de açúcar, uma olaria, duas cervejarias, duas fábricas de refrigerantes e um grande número de oficinas de todos os ofícios. Entre eles, destacam-se as fábricas de móveis, esquadrias, ferrarias e sapatarias<sup>(22)</sup>. Em abril de 1942, já haviam se instalado 38 firmas industriais, entre as quais ainda predominavam os moinhos e as serrarias<sup>(23)</sup>. Em Palmitos, foi instalada a usina de eletricidade de Guilherme Ilg, que em 1940, forneceu energia para 24 residências, que consumiam 1.600 Kw de energia. A expansão da energia elétrica foi um passo importante para a instalação de pequenas indústrias. Até então, as indústrias eram movidas por energia produzida por rodas de água e tanques a vapor, seguidos de motores a diesel e gasolina.

Otto Zimmer conta que adquiriu uma marcenaria com motores elétricos em Panambi, depois que recebeu a promessa do prefeito de Mondaí que a rede elétrica se estenderia até Riqueza. Hoje fornece móveis e esquadrias para a região, inclusive para Chapecó<sup>(24)</sup>. Foram as fábricas de móveis e esquadrias que sobreviveram com maior sucesso à concorrência externa. Ocorreu no setor uma modernização capaz de acompanhar as exigências do mercado consumidor. As ferrarias também se adaptaram às novas exigências do mercado consumidor, fabricando ferramentas, arados para bois,

carroças, grades e portões, entre outros. Mesma sorte não tiveram as sapatarias e alfaiatarias, que não conseguiram competir com as roupas feitas e calçados que foram introduzidos a partir da expansão do comércio. Pior destino tiveram os alambiques e outras fábricas de bebidas, que fecharam tão logo a população local teve acesso a outros tipos de refrigerantes e cervejas. Restaram apenas alguns alambiques caseiros, mas sua produção é pequena.

A ausência de indústrias de porte se deve, em grande parte, ao fato de o capital acumulado não ter sido aplicado na região. Os grandes madeireiros retiraram-se, juntamente com o capital acumulado, tão logo a madeira terminou. A Cia. Sul Brasil, que acumulou imensos lucros com a venda dos lotes de terras e das madeiras, repassou-os para a sede, em Porto Alegre. A planejada fábrica de compensados de madeira acabou não saindo do papel.

São Carlos foi uma das cidades que mais sentiu o problema da estagnação econômica. Segundo Pedro Sebastiani, os poucos que conseguiram acumular capital preferiram investí-lo em outras regiões<sup>25</sup>. Uma iniciativa que parecia dar certo foi a construção do então moderno frigorífico de São Carlos, Friscar S/A., inaugurado em 1975, destinado ao abate de suínos. Foi construído a partir de financiamentos bancários e da venda de ações junto à sociedade. Concluído o frigorífico, os diretores fugiram com o dinheiro das ações, deixando para trás o financiamento. Depois de alguns anos sem funcionamento, acabou sendo incorporado ao Frigorífico Chapecó S/A, que o transformou em simples posto de abate de suínos.

Atualmente, a indústria de maior expressão, localizada nos municípios colonizados pela Cia. Sul Brasil, é o frigorífico Aurora, de Maravilha, destinado ao abate de aves, inaugurado em 1988.

A falta de indústrias de grande porte, capazes de absorver o excedente populacional expropriado dos núcleos coloniais, impossibilitou o surgimento de grandes centros urbanos nas terras colonizadas pela Cia. Sul Brasil. Dos 13 municípios surgidos na região, nenhuma sede atinge os 20.000 habitantes. Sua principal atividade econômica está voltada ao comércio, onde se destacam as cooperativas agrícolas.

Muitos pioneiros vieram para Santa Catarina com o objetivo de conseguirem terra para os filhos. Pelas entrevistas realizadas com os mesmos, percebe-se que este objetivo foi alcançado, mas o mesmo não ocorreu em relação aos seus netos. A terra para os filhos poderia ser adquirida da colonizadora, o que já não ocorreu com a geração seguinte. Como geralmente as famílias eram numerosas e os lotes eram de 25 hectares, em média, poderiam ser divididos no máximo uma vez, sob risco de envibilizá-los economicamente. Isto fez com que muitos jovens fossem expulsos do campo. Guilherme Mees diz que atualmente poucos pais estão conseguindo colocar os filhos, ou seja, proporcionar-lhes acesso à terra. Muitos deles estão retornando para as antigas colônias gaúchas, buscando emprego nas indústrias de calçados, entre outras<sup>(24)</sup>. Este refluxo populacional, bem como todo o processo imigratório da região, carece ainda de estudos mais aprofundados.

Com o Sistema de Fomento implantado pelas agroindústrias, reduziu-se sensivelmente o número de criadores de suínos da região. O pequeno produtor, eliminado do sistema de criação das agroindústrias, passou a encontrar sérias dificuldades de sobrevivência. Esta seleção de criadores de suínos ajudou a acentuar o processo de expropriação.

A implantação de escolas básicas, no final da década de 70, procurou encaminhar o excedente populacional jovem

para os centros urbanos. Estas escolas, no entanto, foram frequentadas por uma pequena parcela da população rural, que nem sempre optou pela cidade. As emigrações dos expropriados se deu em diferentes direções, entre elas, a cidade de Chapecó. Outros participam do movimento dos Sem Terra, lutando pelo direito a propriedade.

A posse da terra, no entanto, já não mais garante a sobrevivência das famílias. A política de redução dos preços mínimos traz, num primeiro momento um aumento das horas de trabalho. A diminuição da produtividade das terras e as constantes intempéries contribuem, no entanto, para acelerar a descapitalização e a conseqüente inviabilização da pequena propriedade.

"No primeiro momento, ocorre a exploração sobre sua produção na medida em que os preços são conservados artificialmente baixos. Essa situação só é possível pela não remuneração da mão de obra familiar e pelo prolongamento da jornada de trabalho. No segundo momento, a manutenção dos preços mínimos para os produtos alimentares propicia a expropriação do trabalhador urbano que consegue reproduzir a força de trabalho com baixa remuneração"<sup>(27)</sup>.

A difícil situação em que se encontram a agricultura e a descapitalização dos pequenos proprietários gera a desvalorização da pequena propriedade. Esta desvalorização faz com que os colonos vendam as suas propriedades a preços que nem sempre cobrem o valor das benfeitorias, impossibilitando-os de conseguir comprar ou construir uma casa na cidade. Tal situação favorece o êxodo rural e a favelização das cidades industriais.

O comércio, por sua vez, depende basicamente da zona rural, que se encontra em sérias dificuldades pela falta de uma política agrícola. Tudo isto dificulta o desenvolvimento da região.

## 5.5 - A criação dos primeiros municípios.

Defenida a questão dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, em 20 de outubro de 1916, são criados, pela lei número 1.147 de 25 de agosto de 1917, os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó, dentro do território que coube a Santa Catarina. Deste, aproximadamente a metade coube ao município de Chapecó.

As terras repassadas a José Rupp e posteriormente colonizadas pela Cia. Territorial Sul Brasil, localizam-se entre os rios Antas e Chapecó, no antigo município de Chapecó. Pela lei número 45 de 19 de junho de 1921, foi criado, nesta área, o distrito de Cascalho, que posteriormente deu origem ao município de Palmitos. Neste mesmo ano, a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense iniciou, a partir de Cascalho, a colonização destas terras. Em 1930, o distrito foi elevado à categoria de vila, passando desde então a ser sediado em Linha Passarinhos, para onde a Cia. Sul Brasil havia transferido sua sede, há dois anos. O avanço da colonização e a estagnação de Passarinhos fez com que, em 1943, este distrito fosse transferido para o povoado de Palmitos.

Outro núcleo urbano em franco desenvolvimento na época foi São Carlos, que passou a sediar o segundo distrito criado nas terras da Sul Brasil. Seu desmembramento de Palmitos se deu pelo decreto estadual número 283, de primeiro de dezembro de 1938. Sua instalação ocorreu um mês depois, em primeiro de janeiro de 1939. São Carlos e Palmitos foram, durante muito tempo, os dois núcleos que centralizaram o desenvolvimento da região colonizada pela Sul Brasil. Com exceção de Riqueza, localizada próximo de Mondaí, os demais povoados dependiam da sede destes dois municípios.



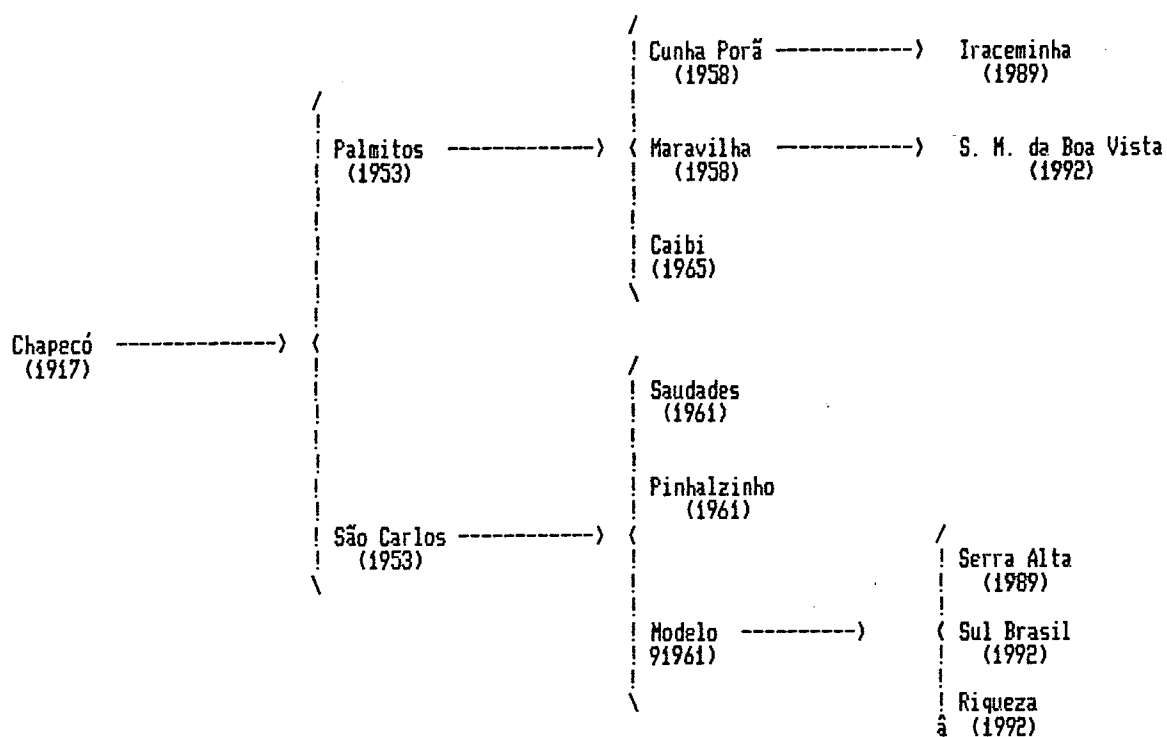
O desenvolvimento de São Carlos e Palmitos resultou na inclusão dos dois entre os 8 primeiros municípios que se desmembraram de Chapecó pela lei número 133 de 30 de dezembro de 1953. Desmembraram-se, ainda, na oportunidade, os municípios de Xanxerê, Xaxim, Mondai, Itapiranga, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira. Em 1965, já haviam se desmembrado do antigo Chapecó 34 municípios, dos quais oito localizavam-se nas terras colonizadas pela Sul Brasil.

Do município de Palmitos desmembraram-se, pela lei número 348 de 21 de junho de 1958, os municípios de Maravilha e Cunha Porã. Já em 29 de março de 1965, pela lei no 1.016, desmembrou-se de Palmitos o município de Caibi.

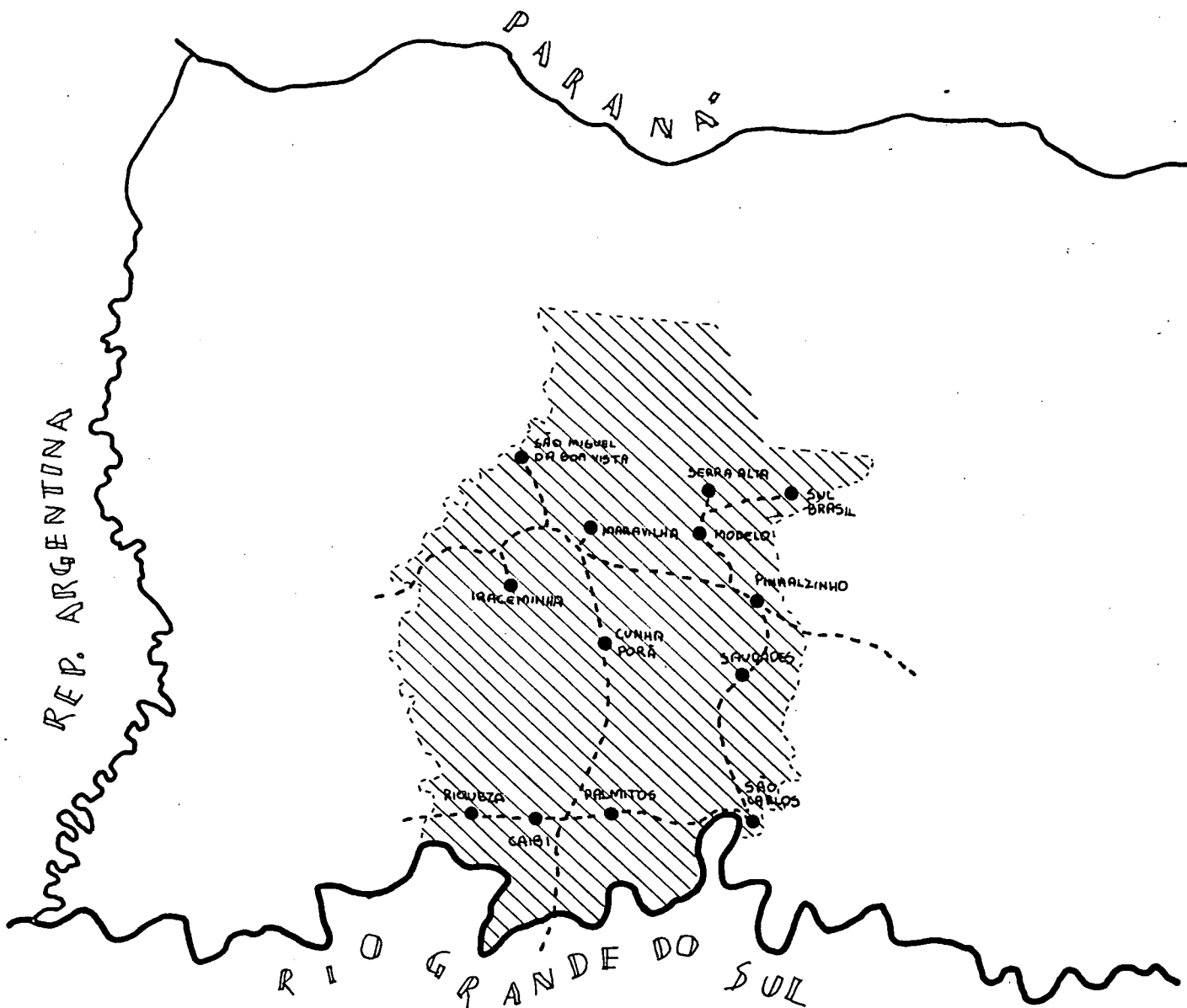
Pela lei número 780, de 7 de dezembro de 1961, desmembraram-se de São Carlos os municípios de Saudades, Pinhalzinho e Modelo. São Miguel da Boa Vista desmembrou-se de Maravilha. E de Modelo, desmembraram-se, recentemente, os municípios de Serra Alta e Sul Brasil, agora em fase de implantação. Coincidência ou não, este último município leva o nome da Sul Brasil.

São, até o momento, treze os municípios criados nas terras colonizadas pela Sul Brasil, dos quais seis no antigo distrito de São Carlos: São Carlos, Saudades, Pinhalzinho, Modelo, Serra Alta e Sul Brasil. Já do distrito de Palmitos surgiram os municípios de Palmitos, Caibi, Cunha Porã, Maravilha e Iraceminha, Riqueza e São Miguel da Boa Vista. Além de São Carlos e Palmitos, que centralizaram durante 30 anos o comércio da região, destaca-se Maravilha, que atualmente é a maior e a mais próspera cidade. A região de Maravilha, colonizada a partir de 1948, já se emancipou em 1958, prometendo crescer mais, pois nela foi instalado no ano de 1988 o Frigorífico Regional da Aurora, destinado ao abate de aves, fato importante para uma região onde a tônica do crescimento é dado pelas Agroindústrias.

Municípios oriundos da área de colonização da Cia.  
Sul Brasil



MAPA 03 - MUNICÍPIOS CRIADOS NA ÁREA COLONIZADA PELA COMPANHIA  
SUL BRASIL NO OESTE DE SANTA CATARINA



FONTE : Mapa da Cia Sul Brasil  
Museu Pe. Fernando Nágel  
Maravilha - SC

## N O T A S

- «1» Contrato assinado em 14 de janeiro de 1922 ... Op. cit.
- «2» HERWIG T. e KNORR I.. Op Cit. p. 63.
- «3» Livro de Registro dos contratos da Cia. Sul Brasil. Volumes 1 e 2. Museu Pe. Fernando Nagel. Maravilha-SC.
- «4» Id.
- «5» GIALDI, Francisco. Câmara Municipal de Maravilha: 30 anos de História. Brescovici. Maravilha, 1988. p. 11
- «6» KUSSLER F.. Entrevista. Op Cit.
- «7» Relatório da Cia. Sul Brasil. 1938. Op Cit.
- «8» Relatório da Cia. Sul Brasil. 1936. Op Cit.
- «9» SILVA, J.. Entrevista. Op Cit.
- «10» HOSS, Ervino. Entrevista. Op Cit.
- «11» Carta da Cia. Sul Brasil enviada ao Diretor Gerente autorizando-o a efetuar a abertura de estradas. Porto Alegre, 12 de junho de 1945. Museu Pe. Fernando Nagel. Maravilha-SC.
- «12» SILVA, J.. Entrevista. Op Cit.
- «13» Relatório da Cia. Sul Brasil enviado ao Banco do Brasil solicitando financiamento para a construção da fábrica de madeiras compensadas. Abril de 1941. Arquivo de Porto Alegre. Pasta 04. Arquivo da Cia Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- «14» Id.
- «15» SEHNEM, O.. Entrevista. Op Cit.
- «16» KUSSLER, F.. Entrevista. Op Cit.

- <17> RODOÍ, Pedro. Entrevista. Op Cit.
- <18> Id.
- <19> SEBASTIANI, P.. Entrevista. Op Cit.
- <20> RODOÍ, P.. Entrevista. Op Cit.
- <21> KUSSLER F.. Entrevista. Op Cit.
- <22> RIZZI, C.. Entrevista. Op Cit.
- <23> MOSS, E.. Entrevista. Op Cit.
- <24> Id.
- <25> SEHNEM, O.. Entrevista. Op Cit.
- <26> Relatório da Cia. Sul Brasil. 1938. Op Cit.
- <27> CASTRO, Fontoura. Entrevista. Op Cit.
- <28> THESSING, A.. Entrevista. Op Cit.
- <29> KOEHLER, Elsa. Entrevista. Op Cit.
- <30> KUSSLER, F.. Entrevista. Op Cit.
- <31> SEHNEM, O. Entrevista. Op Cit.
- <32> Relatório da Cia. Sul Brasil. 1931. Op Cit.
- <33> Processo de requisição solicitado pela Cia. Sul Brasil, ao Governo do Estado para a quitação da colonização. Abril de 1942. Arquivo da Cia Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- <34> ZIMMER, Otto. Entrevista. Op Cit.
- <35> SEBASTIANI, Pedro. Entrevista. Op Cit
- <36> MEES, Guilherme. Entrevista. Op Cit

- <37> NACKE, Aneliese. O índio e a Terra: a luta pela sobrevivência no P. I. Xaçecó - SC. FPGCS. UFSC, Dissertação de Mestrado. 1983. p. 07.

## **CONCLUSÃO**

O presente estudo tratou do processo de colonização do oeste catarinense a partir da atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Nos 2.772 milhões de metros quadrados, localizados entre os rios Chapecó, Uruguai e Antas, a Cia. Sul Brasil introduziu, entre os anos de 1925 a 1953, mais de 30 mil habitantes.

Esta área colonizada pela Sul Brasil esteve em disputa com a Argentina na questão de Palmas, e com o Paraná, na questão do Contestado. Fechado o acordo dos limites com o estado do Paraná, em 20 de outubro de 1916, o governo de Santa Catarina tratou de regularizar as concessões feitas até então pelo estado do Paraná e pela Colônia Militar do Chapecó. As demais posses efetuadas na região pelos luso-brasileiros, a partir da extração da erva mate e outras atividades, simplesmente foram ignoradas. O direito de ocupação foi preterido pelo direito de posse.

As terras consideradas devolutas foram amplamente disputadas entre os empresários interessados nos lucros vislumbrados com a comercialização da madeira e das terras da região. Por causa disto, as terras somente eram conseguidas, junto ao Estado catarinense, através de influência política. No caso da Sul Brasil, os então deputados Abelardo Luz e Henrique Rupp Junior eram acionistas da Empresa Oeste Catarinense, criada com o objetivo de colonizar a área conseguida junto ao governo do Estado. Tal influência política também foi decisiva para garantir a posse da mesma, quando a Brazil Development reclamou estas terras para si. Esta última, de grande poder econômico, foi, no entanto, devidamente compensada com outras terras na região.

O pagamento das terras devolutas junto ao Governo do Estado foi efetuado mediante a abertura de estradas. Para isto, as companhias colonizadoras contratavam outras



empresas a preços inferiores aos pagos pelo governo catarinense. Portanto, além das terras terem sido repassadas às colonizadoras a preços baixos, as companhias lucravam ao repassar a construção das estradas.

As colonizadoras que não conseguiram adquiri-las junto ao governo do estado, acabaram comprando terras da Brazil Development, que as repassava com a finalidade de serem colonizadas. Para tanto, elas pagavam um preço bem acima ao valor pago pela Brazil Development ao Estado. De posse de grandes extensões de terras do oeste catarinense, a Brazil Development tratou de repassar estas terras a diferentes colonizadoras. Mesmo assim, acabou perdendo parte delas por não conseguir colonizar toda a área dentro do prazo previsto.

As colonizadoras foram organizadas a partir das perspectivas de lucros a que o oeste catarinense acenava, através da venda de grande extensão de terras férteis e de madeiras para a exportação. A falta de experiência no setor obrigou as colonizadoras a contratarem pessoas com experiência em projetos de colonização, como foi o caso da Cia. Sul Brasil, que contratou para diretor gerente Carlos Culmey. A perspectiva de lucros imediatos, no entanto, foi frustrada pelos constantes conflitos políticos ocorridos no estado do Rio Grande do Sul e principalmente pela crise mundial de 1929, que deixou a economia gaúcha em sérias dificuldades até o ano de 1938. Algumas empresas colonizadoras, principalmente as que compraram suas terras da Brazil Development, passaram sérias dificuldades econômicas neste período. A venda da madeira para a Argentina, no entanto, manteve as empresas em atividade, pois o número de lotes vendidos até 1938 era reduzido.

Embora a política do governo catarinense tenha sido a de implantar a pequena e média propriedade, dependendo da

atividade a que se destinasse, quase todas as terras do oeste catarinense foram demarcadas em lotes de 20 a 35 hectares, considerados pequenas propriedades. A Companhia Sul Brasil demarcou toda a sua área com este princípio. A adoção dessa política deu-se em função do relevo acidentado, coberto de mata, que não interessava ao latifundiário. Quanto à madeira, a colonizadora reservava-se o direito de explorá-la, não precisando, para tanto, constituir a grande propriedade.

A Cia. Sul Brasil trouxe da Alemanha vários agrimensores, que dividiram as glebas de terras em lotes coloniais, chácaras ou lotes urbanos. A precisão das medições e a localização dos lotes, devidamente mapeados, é uma das principais causas do bom conceito de que a companhia gozava entre os colonos. A organização da colonizadora também pode ser sentida na distribuição destes colonos em diferentes áreas, a partir da sua origem étnica e credo religioso.

Esta divisão além de evitar conflitos, facilitava a organização das comunidades, principalmente na implantação de escolas e igrejas. A preocupação da Sul Brasil com a implantação de escolas e com o atendimento religioso era visível, pois isto era fundamental para atrair novas famílias. Este tipo de distribuição prevaleceu até 1945, quando da implantação do ensino público.

A maioria dos colonos veio das antigas colônias gaúchas. O grande número de expropriados e a queda da produtividade facilitou a atuação das colonizadoras nesta região. A oferta de terras férteis, cobertas de matas a preços inferiores aos praticados no Rio Grande do Sul, contagiou muitas famílias. Os colonos, introduzidos pela Sul Brasil nos primeiros anos, foram atraídos por propagandas

tentadoras, onde o oeste catarinense era apresentado como o eldorado brasileiro.

As decepções destes pioneiros com a falta de estradas, comércio e surto de mosquitos serviu, no entanto, de contrapropaganda, reduzindo sensivelmente o fluxo migratório. A grave crise econômica enfrentada pelo Rio Grande do Sul e seus reflexos no oeste catarinense foi a principal causa das dificuldades enfrentadas pelos pioneiros e a conseqüente redução do fluxo migratório à região. A recuperação da economia gaúcha, a partir de 1938, retomou o desenvolvimento da colonização, que desde então não parou de crescer. A expansão da suinocultura na região, a partir de 1940, foi decisiva no desenvolvimento da colonização do oeste catarinense.

No entanto, até 1938, as dificuldades foram enormes. A falta de mercado para os produtos, entre outras dificuldades, fez com que muitas famílias retornassem aos locais de origem. Outros colonos estavam tão descapitalizados, que não puderam retornar, obrigando-os a enfrentar os problemas. Os teuto-russos encontraram dificuldades ainda maiores. O relevo acidentado, as matas e o próprio clima, ao qual não estavam acostumados, fez com que mais da metade desta população deixasse a região antes de efetuarem o primeiro pagamento do lote de terra comprado da colonizadora.

Também os colonos vindos do Rio Grande do Sul encontraram problemas para pagar suas terras. Descapitalizados, vinham para Santa Catarina com o objetivo de saldarem as dívidas das terras com as colheitas que efetuariam. Como não havia comércio para os produtos colhidos, a Companhia Sul Brasil obrigou-se a estender os prazos de pagamento das terras.

Até a ascensão da suinocultura, na década de 1940, os únicos produtos que possuíam mercado seguro eram o tabaco, a partir de 1932, e a madeira, que era transportada a São Tomé, na Argentina, em épocas de enchentes.

A penetração dos colonos de origem alemã e italiana resultou na desapropriação dos posseiros, em sua grande maioria luso-brasileiros. Na primeira fase da colonização, serviram eles de mão de obra para a Sul Brasil e madeireiros da região. Entre os serviços prestados, destacam-se a abertura de estradas e picadas, a extração da madeira, a montagem e o transporte das balsas. Com o avanço da colonização, os mesmos passaram a ser desalojados, mediante indenização do rancho e da plantação. Aos que resistiam, era oferecida a possibilidade da compra do lote, geralmente abandonado por eles quando não conseguiam pagar as prestações. Como os luso-brasileiros não se preocupavam em acumular capital, o pagamento do lote dificilmente ocorria. A estratégia da colonizadora de vender o lote para retomá-lo posteriormente, reduziu significativamente o número de despejos judiciais.

A maioria dos posseiros existentes nas terras da Sul Brasil localizavam-se na parte norte, a última a ser colonizada. Muitos deles haviam se instalado ali antes da chegada da colonizadora, visando a exploração da erva mate. Outros tantos se instalaram na região depois da chegada da Sul Brasil, uma vez que a mesma levou quatro décadas para colonizar toda área. Devido a extensão de suas terras, a Companhia Sul Brasil não conseguiu evitar novas ocupações. Um levantamento efetuado pela Sul Brasil em 1952, em apenas 7 seções, demonstrou a existência de 402 famílias posseiras, num total de 3.191 pessoas.

A expulsão do luso-brasileiro era bem vista pelos colonos de origem estrangeira. A "limpeza da área", como a

denominavam, trazia um certo alívio, principalmente entre os alemães. Já entre os italianos, a presença do luso-brasileiro era tolerada, sendo comum a utilização dos mesmos como agregados ou diaristas.

Apesar das diversas tentativas da Cia Sul Brasil em trazer emigrantes estrangeiros, entre eles eslavos, portugueses e italianos, os únicos estrangeiros que se instalaram na região foram os teuto-russos. A ocupação de suas terras se deu basicamente por colonos gaúchos, atraídos por belas propagandas e pela ação dos agentes de terra, estimulados pelos 10% que a colonizadora lhes repassava.

A Cia. Sul Brasil introduziu em suas terras famílias de diferentes origens étnicas e credos religiosos. Este processo foi diferente da Chapecó-Feperi que coordenou a colonização de Mondaí, destinada especificamente a alemães evangélicos, e da Volksverein, que introduziu na região de Itapiranga apenas descendentes de alemães católicos.

A estratégia de colonização da Cia. Sul Brasil era investir no desenvolvimento de alguns núcleos capazes de atraírem novos colonos. Por isso, vendiam lotes nestes núcleos somente a famílias que se transferissem à região no prazo máximo de 18 meses, dependendo da localização do lote. As famílias que não tinham a intenção de se transferirem à região neste prazo, acabavam comprando, mato adentro, lotes que não tinham acesso por estrada.

Os colonos que adquiriram suas terras dos agentes vendedores, muitas vezes acabavam se instalando em meio ao mato, longe de quaisquer moradores e sem acesso por estrada. Já os colonos que conheciam a realidade, preferiam comprar lotes urbanos ou chácaras, ficando, assim, próximos da escola, igreja e comércio.

O surgimento das cidades, deu-se a partir da expansão do comércio e das pequenas indústrias. Tanto é que nem todos os núcleos urbanos, planejados pela Companhia Sul Brasil, se transformaram em cidades, enquanto que outras surgiram sem terem sido traçadas pela colonizadora.

Até o início da década de 60, as cidades de São Carlos e Palmitos atuavam como principais centros comerciais da região colonizada pela Sul Brasil. Os demais povoados, com exceção de Riqueza que comercializava basicamente com Mondaí, dependiam destas duas cidades. A criação dos municípios de São Carlos e Palmitos, em 1953, foi uma consequência deste desenvolvimento. Ao município de São Carlos pertenciam os atuais municípios de Saudades, Finhalzinho, Modelo, Serra Alta e Sul Brasil. Já do município de Palmitos desmembraram-se Caibi, Cunha Porã, Maravilha, São Miguel da Boa Vista e Iraceminha. O município de Riqueza desmembrou-se de Mondaí, mas também foi colonizado pela Sul Brasil. Em 1965 já haviam sido criados 8 municípios na área colonizada pela Sul Brasil. Recentemente, mais cinco municípios se emanciparam, totalizando treze os municípios criados na área colonizada pela Companhia Sul Brasil.

Apesar do surgimento das diversas cidades, nenhuma delas ultrapassa, até o momento, 1992, os 20 mil habitantes. A ausência de grandes indústrias faz com que as cidades dependam basicamente da produção agrícola. Por isso as mesmas não estão preparadas para absorverem a mão de obra liberada no campo.

As causas do fraco desempenho das indústrias nestas cidades carecem de estudos mais aprofundados, mas uma das causas do atraso industrial é a não aplicação na região dos lucros acumulados pela Sul Brasil, madeireiros e muitos comerciantes. Outros empresários ainda preferiram aplicar o

capital na aquisição de terras e não na colocação de indústrias. Uma das poucas iniciativas no ramo da industrialização foi a construção do Frigorífico de São Carlos, na década de 1970, mas que acabou sendo fechado anos depois que os diretores fugiram com o dinheiro resultante da venda das ações. Atualmente o mesmo não passa de um simples posto de abate do Frigorífico Chapecó.

Numa região em que a tônica do desenvolvimento é dada pelas agroindústrias, a cidade de Maravilha é a que apresenta as maiores perspectivas de crescimento com a recente implantação do Frigorífico Aurora, destinado ao abate de aves.

Se não surgiram grandes indústrias na área colonizada pela Cia. Sul Brasil, a produção da pequena propriedade da região contribuiu para o surgimento das agroindústrias no oeste catarinense. Os grupos Perdigão, Chapecó, Sadia e Aurora dividem entre si os integrados da região. Este sistema, introduzido pelas agroindústrias, reduziu significativamente o número de criadores de suínos, o que levou à expropriação dos colonos excluídos do mesmo. Como as indústrias destes municípios não conseguem absorver este excedente populacional, acaba ele migrando para outras regiões, inclusive retornando para o Rio Grande do Sul.

O fato de o relevo dificultar a mecanização das lavouras, gera um processo de desvalorização das terras, pois as mesmas não interessam ao latifundiário. Por isto, a venda do lote é efetuada a preços que nem sempre cobrem o valor das benfeitorias.

Atualmente, a pequena propriedade ainda predomina na região, apesar das sérias dificuldades por que atravessa no momento. Este quadro se reverterá em poucos anos, se novas alternativas econômicas, acompanhadas de uma política

agrícola voltada a pequena propriedade, não forem introduzidas.

Este trabalho procurou levantar as dificuldades da colonização da região através da política de uma empresa e do esforço dos colonos que contribuíram para o desenvolvimento econômico do oeste catarinense. Entretanto, por não abranger a totalidade das terras do oeste catarinense, a visão global da colonização torna-se precária por carecer de outros estudos semelhantes. Nosso objetivo é de que este nosso trabalho sirva como início de uma série de outros. Achamos que um estudo como este, bem como de outros temas, deve continuar, ser aprofundado e ampliado, para que nossa história, ainda tão maltratada, possa ser enfim resgatada.



## FONTES PRIMÁRIAS

- 01 - Museu Municipal Pe. Fernando Nagel, Antiga Sede da Cia. Sul Brasil. Acervo Documental da Sul Brasil. Maravilha-SC
- 02 - Arquivo Terrapampa Territorial e Agropastoril do Sul LTDA., Setor Cia. Sul Brasil. Porto Alegre-RS.
- 03 - Arquivo Público de Santa Catarina - Concessão de Terras T.C., 5 volumes. Florianópolis-SC.
- 04 - Biblioteca Pública de Florianópolis - Setor de Emeroteca.
- 05 - Prefeitura Municipal de São Carlos. Casa da Cultura.
- 06 - Prefeitura Municipal de Palmitos. Arquivo Municipal.
- 07 - Prefeitura Municipal de Caibi. Arquivo Municipal.
- 08 - Prefeitura Municipal de Maravilha - Setor de Mapas. Arquivo Municipal.
- 09 - Marcelo Werle. Acervo Fotográfico. São Carlos-SC.
- 10 - Acervo do CEOM - Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC - Campus de Chapecó.

## BIBLIOGRAFIA

- AURAS, Marli. Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis, Cortez, 1984.
- BARROS, Eliane Cruzen et alli. RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir. Colônia Italiana: Religião e Costumes. Porto Alegre, Grafosul, 1981.
- BEJARANO, Manuel. A Política Colonizadora na Província de Buenos Aires (1854-1930). Buenos Aires. Universidade de Buenos Aires. 1962.
- BELLANI, Eli Maria. Santos Marinho e Passos Maia: A Política no Velho Chapecó (1917-1931). Chapecó, Litoprint, 1990.
- , Madeira, Balsa e Balseiros no rio Uruguai (Processo efetivo de colonização de Chapecó, 1917-1950). Florianópolis, UFSC. Bissertação de Mestrado, 1991.
- BONI, Luís A. de E COSTA, Rovílio. Os Italianos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Vozes, 1982.
- BOSSLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense. Florianópolis, Editograf, 1988.
- BREVES, Wenceslau de Souza. O Chapecó que eu Conheci. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 3 (4):07-73, 1985.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Laudes, 1970.
- CAMPOS, índio. Os Colonos no Uruguai: Relações entre a Esquana Produção e a Agroindústria no Oeste Catarinense. Centro de Humanidades. UFPB. Dissertação de Mestrado. 1987.

- CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA. Toldo.....ChioBANQUA:  
história e luta Kainano em Santa Catarina: análise  
jurídica. Xanxerê, Cimi, 1985.
- CORREA, Carlos Humberto P.. História Oral: Teoria e Técnica.  
Florianópolis, UFSC, 1978.
- DALL ALBA, João Leomir. Colonos e Mineiros no Grande  
Orleans. Florianópolis, IOESC, 1986.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para Uma História dos índios do  
Oeste Catarinense. Cadernos do CEOM. Chapecó, FUNDESTE,  
4(6):7-92.
- d'ECA, Othon. ....Aos Espanhoes Confinantes. Florianópolis,  
Livraria Moderna, 1929.
- FOLADOR, João David. História de São Lourenço D'Oeste e do  
Oeste Catarinense. São Lourenço D'oeste, Cruzeiro, 1988.
- FORTES, Adílio. A Proto-História do Município de Chapecó -  
Oeste do Estado de Santa Catarina. São Paulo, Carthago  
Editorial, 1990.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 5.ed., São  
Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- GIALDI, Francisco. Câmara Municipal de Maravilha: 30 anos de  
História. Maravilha, Brescovici, 1988.
- HERWIG, Tutz Culmey e KNORR, Ilga K. A Filha do Pioneiro.  
Florianópolis, IOESC, 1987.
- KOELLN, Arno. Porto Feliz: A História de Uma Colonização às  
Margens do Rio Uruguai. São Leopoldo, Rotermond, 1980.
- MARTORANO, Dante. Desbravadores do Oeste Catarinense.  
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.  
Florianópolis, 3 (4): 307-13, 1982/83.

- MARZANO, Luigi. Trad. Pe. João Leomir Dall'Alba. Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil. Florianópolis, Editora da UFSC, 1985.
- NACKE, Aneliese. O índio e a Terra: a luta pela sobrevivência no P. I. Xaçecó - SC. PPGCS, UFSC, Dissertação de Mestrado, 1983.
- ORTIZ, Hilda Beatriz D. Síntese Pré-histórica do Oeste Catarinense. Cadernos do CEOM. Chapecó, FUNDESTE, 4(1,2): 18-25. 1989.
- OURIQUE, Alfredo Ernesto Jackes. Questão dos Limites Entre o Paraná e Santa Catarina. Florianópolis, Biblioteca da UFSC, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 4.ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. 2a. ed., Florianópolis, Lunardelli, 1988.
- . A Colonização Italiana em Santa Catarina. Florianópolis, IOESC, 1976.
- . História de Santa Catarina. 2a. ed., Florianópolis, Lunardelli.
- PIAZZA, Walter Fernando e HUBENER, Laura Machado. Santa Catarina, História da Gente. Florianópolis, Lunardelli, 1983.
- POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e Marginalização. Cadernos do CEOM. Chapecó, FUNDESTE, 4 (1,2): 7-11, 1989.

RENK, Arlene A. *A Luta da Erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. (Dissertação de Mestrado), 1990.

----- *As Representações da Colonização, no Oeste Catarinense, a Partir dos Brasileiros*. *Cadernos do CEOM*. Chapecó, FUNBESTE, 5 (7): 7-47, 1991.

ROMERO, Sílvio. *A União do Paraná e Santa Catarina: O Estado do Iguaçu*. Florianópolis, Biblioteca Central da UFSC, 1916.

ROSSETO, Santo. *Síntese Histórica da Região Oeste*. *Cadernos do CEOM*. Chapecó, FUNDESTE 4 (1,2): 7-11, 1989.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova História de Santa Catarina*. Florianópolis, Lunardelli, 1974.

SCHMITT, Elzeário. *A Primeira Comunidade Alemã em Santa Catarina*. Florianópolis, IOESC, 1979.

SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí Mirim: um estudo do desenvolvimento econômico*. Porto Alegre, Movimento, 1974.

SILVA, José W. *O Oeste Catarinense: memórias de um pioneiro*. Florianópolis, Edição do autor, 1987.

SILVA, Osmar R. da. *Pioneiros Esquecidos*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 11 (2): 27-9, 1943.

SILVA, Zedar Perfeito da. *Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert, 1950.

SINGER, Paul. *O Capitalismo: Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. 3.ed., São Paulo, Editora Moderna, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. Obraçeiros... Mensus... e... Colonos...  
História... do... Oeste... Paranaense. 2.ed., Curitiba, Ed.  
Vicentina, 1987.

----- O "Uti Possidetis" Brasileiro na Questão de  
Falmas. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e  
Etnográfico Paranaense. Curitiba, (35): 195-217, 1979.

-----, Paraná... Sudoeste: Ocupação e Colonização.  
Curitiba, Lítero Técnica, 1986.

## DEPOIMENTOS ORAIS OBTIDOS PELO AUTOR

- CASTRO, Fontoura. Entrevista gravada realizada em Caibi em 15 de janeiro de 1991.
- HOSS, Ervino. Entrevista gravada realizada em São Carlos em 12 de janeiro de 1991.
- HOSS, Marta Tereza. Entrevista gravada realizada em São Carlos e 12 de janeiro de 1991.
- KOEHLER, Elsa Weber. Entrevista gravada realizada em Três Pinheiros, Palmitos em 18 de janeiro de 1991.
- KOEHLER, Rodolfo. Entrevista gravada realizada em Três Pinheiros, Palmitos em 18 de janeiro de 1991.
- KUSSLER, Fredolina Catharina. Entrevista gravada realizada em Palmitos em 19 de janeiro de 1991.
- MEES, Guilherme. Entrevista gravada realizada em São Carlos em 11 de janeiro de 1991.
- LAZZARI, Flávis Bondan. Entrevista gravada realizada em Santa Lúcia, Palmitos em 17 de janeiro de 1991.
- LAZZARI, Segundo. Entrevista gravada realizada em Santa Lúcia, Palmitos em 17 de janeiro de 1991.
- RIZZI, Clemente Fernando. Entrevista gravada realizada em Santo Antônio, Caibi em 15 de janeiro de 1991.
- RODOÍ, Pedro. Entrevista gravada realizada em Caibi em 15 de janeiro de 1991.
- ROVERSI, Sabina. Entrevista gravada realizada em Santo Antônio, Caibi em 15 de janeiro de 1991.
- SANTOS, Maria Antonia dos. Entrevista gravada realizada em Ilha Redonda, Palmitos em 18 de janeiro de 1991.

SCHEE, Clemente. Entrevista gravada realizada em Centro Aguihas, São Carlos em 10 de janeiro de 1991.

SCHEICHER, Rafael. Entrevista gravada realizada em Baixo Aguihas, São Carlos em 10 de janeiro de 1991.

SEBASTIANI, Pedro. Entrevista gravada realizada em Linha Moraes, São Carlos em 9 de janeiro de 1991.

SEHNEN, Oscar. Entrevista gravada realizada em Cunhataí, São Carlos em 9 de janeiro de 1991.

SILVA, Jorge. Entrevista gravada em Riqueza em 16 de janeiro de 1991.

THESSING, Arthur. Entrevista gravada realizada em Pratas, São Carlos em 11 de janeiro de 1991.

ZUMMER, Otto. Entrevista gravada realizada em Riqueza em 16 de 1991.



**A N E X O S**

Cópia do contracto de 13 de Julho de  
1920 com José Pupp

General Velho av Rio Canva

Não tem percentagem para  
contas

Por ter sido requerido verbalmente ao Sr. Procurador da Fazenda Estadual, Ivo d'Aquino, certifico que revendo de ordem de mesmo livro de contractos n° 9 nelle encontrei o termo de ~~theor~~ contracto do theor seguinte :

" Termo de contracto celebrado entre o Governo do Estado e o Sr. José Rupp, para a construcção da estrada de rodagem ligando a povoação do Herval Velho ao Rio Canoas, no municipio de Campos Novos ."  
Aos tres dias do mez de Julho de mil novecentos e vinte , perante esta Secção do Contencioso do Thesouro do Estado de Santa Catharina compareceu o Sr. José Rupp, representado por seu bastante procurador o Sr. Dr. Henrique Rupp Junior , e por elle foi ~~dito~~ dicto que tendo contractado com o Governo do Estado a construcção da estrada de rodagem ligando a povoação do Herval Velho ao Rio Canoas, no municipio de Campos Novos na extensão de 80,800kms. e bem assim todas as obras de arte projectadas , correndo , por sua conta , todas as despesas com a demarcação das terras que recebera em pagamento, de accordo com a clausula nona (9) do presente contracto.

CLAUSULA 1ª:- O Sr. José Rupp obriga-se a construir a estrada de rodagem ligando a povoação do Herval Velho ao Rio Canoas, no municipio de Campos Novos, na extensão de oitenta mil e oitocentos metros (80,800) e bem assim todas as obras de arte projectadas, correndo , por sua conta todas as despesas com a demarcação das terras que recebera em pagamento, de accordo com a clausula nona (9) do presente Contracto .

CLAUSULA 2ª:- O contratante deverá adoptar nos serviços e obras que se propõe a executar, as especificações contidas no regulamento to approved pelo ~~Director~~ Decreto numero trinta e um (31) de desenove de Agosto de mil novecentos e desenove (1919).

CLAUSULA 3ª:- Para a execução dos serviços indicados na clausula primeira (I) o contratante deverá cingir-se as especificações contidas em plantas, perfis , orçamentos e demais detalhes existentes na Directoria de Viação e Obras Publicas e dos quaes receberá cópia devidamente visadas peo Director.

CLAUSULA 4ª:- Qualquer serviço que não tenha sido previsto que seja necessário, só poderá ser executado mediante autorização escripta da Directoria de Viação e Obras Publicas.

CLAUSULA 5ª:- Os trabalhos de assentamentos de fundação e construção de encontro e pilares de pontes só poderão ser executados após exame e aprovação pelo engenheiro que a Directoria de Viação e Obras Publicas designar.

CLAUSULA 6ª:- O Governo designará um fiscal para inspecionar todos os serviços, podendo este regeitar os materiaes e obras que não estiverem de accordo com o orçamento approved e o Regulamento a que se refere a clausula segunda (2) havendo dessa disposição , aliás, imposição recuso para o Director da Viação e Obras Publicas dentro do prazo de dez (10) dias.

CLAUSULA 7ª:- O Fiscal poderá impor multa de cem a duzentos mil reis (... . 100\$00a 200\$00) e o dobro nas reincidencias por infracção de qualquer das clausulas do presente contracto, havendo dessa imposição, recuso dentro do prazo de dez (10) dias para o Director da Viação e Obras Publicas e deste para o da Fazenda .

CLAUSULA 8ª:- O prazo para a terminação das obras será de vinte e quatro (24) mezes contados da data da assignatura deste contracto , ficando sujeito a multa de vinte mil reis (20\$000) por dia que exeder, salvo de força maior , a juizo do governo .

CLAUSULA 9ª:- Pela sua parte , o Governo obriga-se a pagar ao contractante a quantia de cinco contos de reis (5000\$000) por kilometros de estrada construída em terreno de natureza vulgar, sete contos de rs (7:000\$ por kilometros nos terrenos de pedra solta, nove contos de rs (9:000\$000) por kilometros nos terrenos de rocha sedimentaria e dez contos (10:000\$000) por kilometros de terrenos de rocha granitada.

( continua )

CLAUSULA 9º:- (continuação da folha I) O pagamento será feito em terras devolutas situadas nos municípios de CHAPECÓ E CRUSEIRO A RAZÃO DE cinco mil reis (5 \$000) cada hectár, devendo as mesmas serem colonizadas dentro de dez (10) annos a contar de primeiro (1º) de Julho do anno de mil novecentos e vinte (1920). qualquer pagamento será effectuado mediante requerimento dirigido ao Secretario da Fazenda .

CLAUSULA 10º:- Uma vez que o contractante não tenha feito o pagamento do pessoal jornaleiro até que seja confeccionado nova folha correspondente ao mez seguinte, o Governo poderá pagar ao respectivo pessoal descontando depois, as importancias correspondentes da quantia a ser paga ao contratante .

CLAUSULA 11º:- O pagamento de imposto de dois por cento (2%) sobre contractos, será em moeda corrente do Paiz, no acto da assignatura deste contracto e a caução de dez por cento (10%) que o contractante deixará em deposito por garantia da conservação dos serviços indicados. O presente contracto, durante dois (2) annos após a sua terminação, será descontada de cada pagamento que fôr effectuado .

CLAUSULA 12º:- Caso o contractante não colonisar as terras que receber em pagamento da construção da estrada, dentro do praso marcado na clausula nona(9), as mesmas reverterão para o Estado, sem indenisação de qualquer especie.

CLAUSULA 13º:- Para o effeito de pagamento do imposto sobre contractos e depositos da-se a este o valor de quatrocentos e oitenta cinco contos de reis (485:000\$000). O imposto será pago em duas (2) prestações, sendo a primeira (1) de dois contos de reis (2:000\$000) na occa- sião da assignatura do presente contracto e o restante dentro de quatro (4) mezes após.

CLAUSULA 14º:- Ostitulos definitivos serão expedidos cada vez que o go- verno tenha recebido trechos de cinco (5) kilometros cons- truidos em continuidade, Para os effeitos do pagamento o contractante po- derá medir desde já uma (1) area, no município de Chapecó de cincoenta e tres mil (53.000) hectares, da qual lhe será dado titulo definitivo mediante de- bito de cem contos de reis (100:000\$000), no Thesouro do Estado e apre- sentação da respectiva demarcação, A quantia depositada poderá ser legalmen- te, aliás, levantada logo que o governo haja recebido os vinte e cinco (25) primeiros kilometros construidos em continuidade .

CLAUSULA 15º :- As pontes de mais de cinco (5) metros de comprimento serão construidas pelo preço do orçamento organizado pela Di- rectoria de Viação de Obras Publicas.

A vista do que e de accordo com a portaria do Sr. Director do Thesouro de data de treze (13) de Julho de corrente anno e sob nº 2.266 dois mil duzentos e sessenta e seis )mandou o Sr. Dr. Procurador Fiscal a Fazenda Estadual Ivo d Aquino lavar o presente termo de contracto que assigna com o contractante representado pelo procurador Sr. Dr. Henrique Rupp Junior para todos os effeitos legais, depois de lido e achado em tudo conforme para o seu fiel cumprimento, Eu, Ernesto Gonçalves da Silva Escri- ptuario deste Thesouro servindo nesta Secção do Contencioso O esorevi. sobre estampilhas Estadoaes no valor de dois mil e quatrocentos reis (2\$400) e assignaturas "IVO D'AQUINO e p.p."HENRIQUE Rupp junior" Era o que conti- nua no termo que aqui fielmente transcrevi. Eu Ernesto Gonçalves da Silva 3º Escripturario deste Thesouro servindo nesta Secção do Conten- cioso passei a presente sertidão aos deseseis (16) dias do mez de Julho de mil novecentos e vinte (1920-).

Origem do credito da CTSB. junto ao Governo de Santa Catarina.

Ao assumir o acervo da "Empresa Construtora e Colonizadora Oeste tarinense Limitada", a CTSB tinha um credito junto ao Governo de nta Catarina, na importancia total de Rs. 250:746\$179, representa- pelas parcelas de Rs. 152:880\$159, e Rs. 97:866\$020.-

A primeira parcela de 152:880\$159 rs. foi pelo Estado paga e liqui- da mediante a expedição dum titulo de terras de 30.576,0318 hecta- s.-

Resta, assim, a segunda parcela de Rs. 97:866\$020-, que se compõe s seguintes creditos:

- a) 25:069\$770 - Medição de 227.707 mtrs. de perimetro entre os rios Chapecó e Antas, que ficou para a Develop- ment/ conf. requerimento n° 1178, de 4/8/1924.-
  - b) 20:771\$080- Medição de 188.828 mtrs. pelo Dr. Witthée, no rio das Antas, tambem conf. o citado requerimen- to.-
  - c) 14:350\$000- Estudos da estrada de Cascalho, pelo Dr. Bonnet.-
  - d) 10:400\$000- Idem, de 26 klm. estrada "Cruzeiro-Xanxeré" apro- veitados pela Developemnt.-
  - e) 4:290\$000- Medição da 1a. gleba de terras entregue á Empre- sa.-
  - f) 12:570\$420- Medição da 2a. e 3a. gleba de terras tituladas.-
  - g) 10:414\$750- Materiais não aplicados, em virtude do acordo feito com a Development.
- ts. 97:866\$020-

Em requerimento datado de 16/7/1926, em que a CTSB pedia a legalização desse credito, obteve ela o seguinte despa- cho:

"Em face da informação do Tesouro, pague-se oportunamente á peticionaria pela maneira indicada no contrato celebrado com a Em- preza Construtora e Colonizadora Oeste Ca- tarinense."

Florianopolis, 18 de Setembro de 1926.  
ass.: Dr. Bulcão Vianna."

Posteriormente, a Comissão de Sindicancias, em seu parecer sobre a execução dos contratos da CTSB e liquidação dos seus creditos, opinou pelo cancelamento da parcela de Rs. 10:414\$750, pelo motivo de que de tal indenização não cogita o contrato".

As parcelas acima anotadas sob as letras a), b) e d), devem ser pagas pelo Governo do Estado, tal como a sob letra g), de acôrdo com as clausulas 18 e 19 do contrato de 14/1/1922, que rezam assim:

Artigo n° 18.

"Fica estipulado que o Dr. Ervino Witthée e o Dr. Leonidas Coelho de Souza, funcionarios nomeados pelo Go- verno do Estado para o levantamento do perimetro das areas de Chapecó e Lepery e que contrataram o levanta- mento das mesmas com a Empresa, terminarão aquel-

aqueles trabalhos, e as despesas relativas serão pagas pelos novos concessionários daquelas áreas POR INTERMÉDIO DO GOVERNO DO ESTADO, no ato da entrega dos respectivos processos, exceptuando-se a área de 200.000 ha (duzentos mil hectares), e outras constantes do presente contrato, áreas e despesas essas relativas que competem à Empresa."

Artigo nº 19

"O "quantum" que a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande deve pagar à Empresa pela parte que esta tenha direito a reclamar, fica ao arbitrio do Governo do Estado.

A parcela sob letra c) de 14:350\$000, referente á estudos da estrada de Cascalho ao norte, também deve ser paga em terras, como determina claramente o Artº 5º do referido contrato de 14/1/1922.

Quanto ás parcelas sob letras e) e f) de Rs. 4:290\$000 e Rs... 12:570\$420, trata-se dos honorários dos agrimensores que procederam á demarcação e medição dos perímetros das 3 glebas tituladas á Empresa, e que devem ser pagos pelo Estado, de acôrdo com o que diz o Art. 8º do já citado contrato:

Art. 8º:

"As despesas com a medição e demarcação dos perímetros das terras devolutas dadas em pagamento á Empresa, correrão por conta da mesma, exceptuando-se os honorários do Agrimensor, cuja nomeação e remuneração competem ao Governo."

CONTRACTO DE SOCIEDADE POR QUOTAS, DE RESPONSABILIDADE LIMITADA ( LEI N° 3708 de 18 de Janeiro de 1919), que entre si fazem JOSÉ RUPP, solteiro, maior, residente em Chapeco, municipio de Chapeco, Estado de Santa Catharina, Dr HENRIQUE RUPP JUNIOR, casado, residente em Florianopolis, Estado de Santa Catharina, Coronel SEVERIANO DE SOUZA E ALMEIDA, casado e residente em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, AUGUSTO SCHERRER, viuvo, residente em Não Me Toque, municipio de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, PEDRO BENJAMIM DE OLIVEIRA, casado, residente em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, EMILIO GERTUM, casado, residente em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, FIDENCIO DE SOUZA MELLO FILHO, casado, residente em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e FREDERICO CARLOS GOMES, casado, residente em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, representados neste acto, José Rupp, Dr Henrique Rupp Junior e Frederico Carlos Gomes pelo Snr Hygino Leitão, residente em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Pedro Benjamim de Oliveira, pelo Dr Archimedes Villela Cavalcanti e Augusto Scherrer pelo Snr Bruno Silveira, solteiro, residente em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, todos brasileiros, sob as condições abaixo mencionadas: -

- 1° - O fim da Sociedade é a compra e venda de terras, construção de Estradas de Rodagem, Colonização de Terras e explorações Commerciaes e Industriales, que a juizo dos socios sejam objecto de interesse da Sociedade.
- 2° - A Sociedade terá a duração de SEIS ANNOS a contar da data da assignatura deste contracto e se denominará - "EMPRESA CONSTRUCTORA E COLONISADORA OESTE CATHARINENSE LIMITADA" -.
- 3° - O Capital Social é de Rs 300:000\$000 ( TREZENTOS CONTOS DE REIS, moeda corrente ), dividido em 30 quotas ( TRINTA QUOTAS ), do valor de RS 10:000\$ ( DEZ CONTOS DE REIS, moeda corrente ) cada uma, distribuidas entre os socios, da seguinte forma:

Ao socio	FIDENCIO DE SOUZA MELLO.....	(SEIS QUOTAS).....	6
"	Dr HENRIQUE RUPP JUNIOR .....	(SEIS QUOTAS).....	6
"	JOSÉ RUPP .....	(TREIS QUOTAS).....	3
"	Coronel SEVERIANO DE SOUZA ALMEIDA .....	(TREIS QUOTAS).....	3
"	PEDRO BENJAMIM DE OLIVEIRA .....	(TREIS QUOTAS).....	3
"	EMILIO GERTUM .....	(TREIS QUOTAS).....	3
"	FREDERICO CARLOS GOMES .....	(TREIS QUOTAS).....	3
"	AUGUSTO SCHERRER .....	(TREIS QUOTAS).....	3
TOTAL.....(TRINTA QUOTAS).....			<u>30</u>

- 4° - A Sociedade terá a sua sede e fóro juridico em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, renunciando entretanto o seu fóro juridico para o da Capital do Estado de Santa Catharina para todos os assumptos á que tiver de tratar unicamente com o Governo daquelle mesmo Estado.
- 5° - A Sociedade será administrada por um Gerente que será escolhido entre os socios, por maioria de votos e que exercerá o seu mandato durante o prazo do contracto, devendo a respectiva eleição constar da acta que de verá ser archivada na Junta Commercial de Porto Alegre. Para substituir o Gerente nos seus impedimentos, será escolhido tambem entre os socios um Gerente-supplente, obedecendo a sua eleição ás mesmas condições da eleição para Gerente. A transferencia do exercicio do cargo, constará de acta. O supplente completará o tempo que faltar ao Gerente-effectivo, quando este deixar o cargo definitivamente.
- 6° - É prerogativa exclusiva do Gerente o uso da firma para os negocios da Sociedade, sendo-lhe porém facultado conceder poderes especiaes ou geraes, por procuração, aos demais socios da Sociedade ou a pessoas extranhas a ella, devendo nessa procuração ficarem claramente, especificados os poderes concedidos.
- 7° - A Sociedade alem dos livros devidamente registrados e sellados, exigidos por Lei, terá um livro de actas tambem registrado, no qual serão lançadas todas as resoluções que forem tomadas,
- 8° - No fim de cada anno civil, em 31 de Dezembro, se procederá ao balanço geral da Sociedade. Os lucros liquidos verificados serão distribuidos na proporção da quota de capital de cada socio, ficando expressamente determinado que nenhum socio poderá retirar lucros antes de achar-se inteiramente integralizadas as respectivas entradas.
- 9° - A nenhum socio é permittida a transferencia de sua quota de capital, quer no seu todo, quer em parte, a pessoas extranhas á Sociedade, sem o consentimento da maioria.
- 10° - Para as decisões, cada quota representa um voto.

- 11° - Ao socio-Gerente fica dispensada a caução.
- 12° - Em virtude deste contracto ficam transferidos desde já á Sociedade os seguintes contractos, firmados entre JOSÉ RUPP e o Governo do Estado de Santa Catharina:
  - a ) O contracto datado de 15 de Setembro de 1919 para a construcção da Estrada de Rodagem ligando a villa de CRUZEIRO, no municipio do mesmo nome ao PASSO BORMANN, passando por XANXERÊ no municipio de CHAPECÓ.
  - b ) O contracto datado de 13 de julho de 1920, para a construcção da Estrada do Herval Velho ao Rio Canoas, municipio de Campos Novos, assumindo a Sociedade todos os onus dos mesmos, pertencendo-lhe todas as vantagens resultantes especificadamente a venda e colonisação das terras que em virtude destes contractos receberem para pagamentos resultantes das construcções das referidas Estradas e nos termos dos já citados contractos.
- 13° - Aos agentes vendedores de terras que forem nomeados, fica o Snr Gerente da Sociedade autorizado a pagar a comissáo ate o limite maximo de 10% sobre o valor das terras que os mesmos venderem, estabelecendo igualmente as condições em que devem ser pagas as mesmas comissões.
- 14° - As despesas com propaganda, mappas, viagens de inspecção e outras semelhantes, correrão por conta de DESPESAS GERAES. As despesas com modicoes construcções de Estradas e outras semelhantes correrão pelas verbas para isso indicadas e serão especificadas nos livros da Sociedade pela rubrica respectiva.
- 15° - Nenhuma despesa pode ser feita por conta da Sociedade sem expressa autorisação do Gerente.
- 16° - Será extrahido da escripta, mensalmente, um balancete que será entregue a cada socio.
- 17° - Os socios se reunirão ordinariamente na primeira quinzena de Fevereiro de cada anno, na sede da Sociedade, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, pessoalmente ou devidamente representado por procuradores legalmente constituídos, para tomarem conhecimento do balanço e relatorio do anno anterior.
- 18° - A morte de socio não dissolverá a Sociedade que poderá continuar com os herdeiros. A Sociedade de comum accordo com os herdeiros poderá pagar a estes a sua quota, sobre a base do ultimo balanço.
- 19° - Em reunião geral dos socios, poderão ser alteradas as condições deste contracto, bem como a sua liquidação ou prorogação de prazo, sendo necessario, para tal fim, deliberação pela maioria de votos correspondentes ás quotas sociaes.
- 20° - Os casos ommissos no presente contracto se regularão pela Lei n° 3708 de 18 de Janeiro de 1919.

----- E por assim nos havermos contractado, firmamos o presente contracto em DEZ VIAS ( 10 ), de igual teor, que serão devidamente registrados e archivados, sendo uma via na sede da Sociedade, outra na Meretissima Junta Commercial de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e as demais vias entregues aos socios, para que cumpram e façam cumprir as disposições nelle incertas.

*Handwritten signatures and notes on the left margin, including names like 'Antonio...' and 'Francisco...'.*

*Porto Alegre, 7 de Agosto 1920*  
*pp. José Rupp*  
*pp. Dr. Henrique Rupp Junior*  
*pp. Francisco Carlos Gomes*  
*Agg. Luiz...*  
*Luiz...*  
*Videncio de Souza...*  
*A. A. Augusto Scherer*  
*Arduo...*  
*pp. do sr. Pedro...*  
*Arduo...*



194

02/11/20

Contracto da sociedade que fazem o Dr. Abelardo Luz, José Rupp, Dr. Henrique Ruppe Junior, Fidencio de Souza Mello Filho, Severiano de Souza e Almeida, Augusto Schoerer, Pedro Benjamin de Oliveira, Emilio Gertum e Frederico Carlos Gomes, para execução do contracto para a construcção de uma estrada de rodagem entre a villa de Cruzeiro e Passo Bormann, firmado entre o Governo do Estado de Santa Catharina e José Rupp

Pelo presente contracto de sociedade o Dr. Abelardo Luz, casado, José Rupp, solteiro, o Dr. Henrique Ruppe Junior, casado, Fidencio de Souza Mello Filho, casado, todos brasileiros e maiores, residentes no Estado de Santa Catharina, contraem sociedade com Severiano de Souza e Almeida, casado, Augusto Scherer, viuvo, Pedro Benjamin de Oliveira, casado, Emilio Gertum, casado, e Frederico Carlos Gomes, casado, tambem todos brasileiros e maiores, residentes no Estado do Rio Grande do Sul, para o fim da execução do contracto lavrado com José Rupp pelo Governo do Estado de Santa Catharina, em 15 de Setembro de 1919, para a construcção da estrada de rodagem ligando a villa de Cruzeiro, no Municipio do mesmo nome, a Passo Bormann, passando por Xanxerê, no Municipio de Chapecó, e assumindo todos os onus e vantagens do referido contracto, bem como para a venda e colonização das terras que advierem, em virtude do pagamentos resultantes da construcção da referida estrada e nos termos do já citado contracto e sob as clausulas seguintes:

- 1a. -

A Sociedade tem por fim a construcção da Estrada de rodagem ligando a villa de Cruzeiro, no Municipio do mesmo nome, a Passo Bormann, passando por Xanxerê, no Municipio de Chapecó, e assumindo todos os onus e vantagens do referido contracto, bem assim para a venda e colonização das terras que já passaram, ou tenham de passar, ao socio José Rupp, em virtude do contracto que com este celebrou o Governo do Estado de Santa Catharina, em 15 de Setembro de 1919, nos termos acima expostos, bem como de outras construcções de estradas de rodagem nas mesmas condições a que se acha subordinado o contracto acima referido entre José Rupp eo Governo

do Estado do Santa Catharina, ou de conformidade com as resoluções dos socios.

- 2a. -

A Sociedade terá a duração de seis annos e poderá ser prorogada a aprasimento de todos os socios.

- 3a. -

O socio José Rupp transfere, desde já, a esta Sociedade todos os direitos e onus, sem excepção, que, pelo referido contracto, lavrado entre o mesmo José Rupp e o Governo do Estado de Santa Catharina, lhe são outorgados.

- 4a. -

A firma social será - EMPRESA CONSTRUCTORA E COLONIZADORA DO OESTE CATHARINENSE - e terá sua séde e fôro jurídico, para todos os assumptos referentes á Sociedade, na cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grando do Sul, onde a Sociedade manterá os seus escriptorios e escripta, e para todos os assumptos referentes aos negocios com o Governo do Estado de Santa Catharina, em Florianopolis, Capital deste Estado.

- 5a. -

O capital social é de Rs. 300:000:000 (TRESENTOS CONTOS DE REIS) divididos em duas partes iguaes, cabendo uma das partes aos quatro primeiros socios enumerados neste contracto e a outra parte aos demais socios contractantes. A quota social de cada um dos socios contractantes será convencionada entre os dous grupos de socios, considerando-se iguaes as quotas de cada socio, na falta de outra qualquer convenção.

- 6a. -

Para os fins deste contracto, são designados como primeiros contractantes os socios Abelardo Luz, José Rupp, Dr. Henrique Rupp Junior e Fidencio de Souza Hello Filho e segundos contractantes os socios Coronel Severiano de Souza e Almeida, Augusto Scheerer, Pedro Benjamin de Oliveira, Emilio Gertum e Frederico Carlos Gomes.

- 7a. -

Os primeiros contractantes obrigam-se a fornecer, dentro do prazo de quatro meses, aos segundos contractantes, os documentos comprobatorios da validade da cessão a ser feita pelo Estado de Santa Catharina e

terras ao contractante José Rupp, em pagamento da construção da já citada estrada, em confronto com a concessão feita á Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, pelo Estado do Paraná, concessão que abrange as terras prometidas em pagamento ao contractante José Rupp.

- 8a. -

Sómente depois que os segundos contractantes verificarem, em face dos documentos fornecidos, de accordo com a clausula precedente, a validade da cessão de terras em pagamento a José Rupp, que constitue objecto do presente contracto, serão elles obrigados a entrar para o fundo social com a parte do capital que lhes corresponde, na conformidade da clausula quarta.

- 9a. -

O resultado do exame dos documentos, anteriormente mencionados, será communicado, no prazo de UM MES, a contar da data de sua exhibição, aos primeiros contractantes. Si esse resultado fôr no sentido da validade da cessão de terras, em pagamento, a ser feita pelo Estado de Santa Catharina, pela execução da construção da estrada, os segundos contractantes farão, em seguida, a entrada da parte do capital que lhes corresponde.

- 10a. -

Si os documentos fornecidos nos termos da clausula setima não forem sufficientes, a juizo dos segundos contractantes, para comprovação da validade da cessão de terras, em pagamento, e enunciadas na clausula primeira, fica salvo aos segundos contractantes o direito de se retirarem, immediatamente, da Sociedade, sem responsabilidade alguma, reembolsados, pelos emittentes, ou avalistas, das importancias que tiverem adiantado, de conformidade com a clausula decima segunda.

- 11a. -

Si, no prazo estipulado, os primeiros contractantes não cumprirem a obrigação, que lhes é imposta pela clausula setima, os segundos contractantes poderão retirar-se e, em tal caso, terão direito á indemnização dos prejuizos, que, desse facto, lhes advierem, incluídos os lucros cessantes, calculados sobre o valor total das terras concedidas, como si o contracto tivesse recebido integral execução.

- 12a. -

Os segundos contractantes abrem, desde já, um credito até

o limite máximo de Rs.100:000.000 (CEM CONTOS DE REIS), que fornecerão mediante notas promissórias, emitidas pelo Dr. Henrique Rupp Junior e avaliadas por José Rupp e Fidencio de Souza Mello Filho e com o prazo de 4 meses (QUATRO MESES).

- 13a. -

O capital de cada socio vencerá juros á razão de 8% ao anno (OITO POR CENTO AO ANNO).

- 14a. -

Annualmente deverá ser procedido o balanço geral da Sociedade, em 31 de Dezembro. Os lucros líquidos verificados serão distribuídos á razão de 50% (CINQUENTA POR CENTO) a cada grupo de socios e cada grupo, particularmente, distribuirá entre os socios que o compoem os lucros que lhes competirem na forma que houverem convencido e, na falta de convenção, os lucros serão proporcionas á entrada de cada socio do grupo. A mesma disposição se observa em relação aos prejuizos.

- 15a. -

São attribuições dos socios Coronel Severiano de Souza e Almeida e Augusto Scheerer a direcção technica e commercial dos serviços de colonização e venda das terras; dos socios Dr. Henrique Rupp Junior prestar á empresa os seus serviços profissionais como advogado da mesma e Fidencio de Souza Mello Filho a fiscalização das terras de mattas, encarregando-se da questão de intrusos; dos socios Pedro Benjamin de Oliveira, Emilio Gortun e Frederico Carlos Gomes a manutenção de um escriptorio em Porto Alegre, necessario á representação e serviços da Empresa

- 16a. -

A título de - PRO-LABORE - será abonada ao socio Coronel Severiano de Souza e Almeida a comissão de 5% (CINCO POR CENTO) sobre producto da venda de terras que se effectuar; aos socios Augusto Scheerer por igual motivo 3% (TRES POR CENTO), ao socio Dr. Henrique Rupp Junior 3% (TRES POR CENTO), ao socio Fidencio de Souza Mello Filho tambem 3% (TRES POR CENTO) e aos encarregados do escriptorio em Porto Alegre igualmente 3% (TRES POR CENTO).

- 17a. -

Aos agentes, para a venda de terras, fica estipulada a comissão maxima de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor das terras que vende

venderem e ao empregado na séda da Colonia, encarregado do escriptorio e demais serviços da Empresa, o ordenado mensal de Rs. 300.000 (TREZENTOS MIL REIS) e uma comissão de 1% a 2% (UM A DOZE POR CENTO) sobre o producto da venda de terras.

- 18a. -

As despesas com propaganda, mappas, viagem de inspecção e outras semelhantes, correrão pela verba - DESPESAS GERAES -. As despesas com medições e estradas correrão pela verba - ESPECIAL - MEDIÇÕES E ESTRADAS.

- 19a. -

Pelos socios, e por maioria de votos será escolhido um dos socios que exercerá o cargo de Gerente da Sociedade, cujo mandato terá a duração de TREIS ANNOS, sendo o unico que poderá firmar pela Sociedade em juizo, digo, e representa-la em juizo e fóra d'elle, competindo ao mesmo nomear, com auctorização dos demais socios, um substituto para exercer o cargo nos casos de seu impedimento e auctorizar ás pessoas que devem firmar documentos em nome da Empresa.

- 20a. -

Os socios se reunirão, ordinariamente, na primeira quinzena de Fevereiro de cada anno em Porto Alegre, pessoalmente, ou devidamente representados por procurador legalmente legalizado, para tomarem conhecimento do balanço e relatorio do anno anterior.

- 21a. -

Mensalmente será extrahido, no escriptorio em Porto Alegre, um balancete da escripta, sendo que um exemplar será entregue a cada um dos socios.

- 22a. -

A morte de socio não dissolvirá a Sociedade. Os seus herdeiros exercerão em commun os respectivos direitos e nomearão por escripto um herdeiro que os represente na Sociedade. A Sociedade, porém, si assim convier, e em commun accordo com os herdeiros, poderá liquidar a parte que os mesmos tiverem na Sociedade, continuando esta, entretanto, para todos os seus effectos.

- 23a. -

Em reunião geral dos socios serão decididas as modificações deste contracto, bem como da liquidação da Sociedade, si, porventura.

de extirpar necessariamente a dissoluçao da mesma, antes do prazo de sua duracao. De todas as resoluçoes a tomar serão lavradas actas em duas vias, firmadas por todos os socios, ou por seus procuradores, e estas archivadas, uma na sede da Sociedade em Porto Alegre e a outra no escriptorio da Companhia no Estado de Santa Catharina.

- 24a. -

A Sociedade contractada entre os primeiros e segundos contractantes é por quotas e responsabilidade limitada. Na clausula QUARTA a denominação - EM TEMPO CONSTRUTORA E CONQUIZADORA DE SANTA CATHARINA E. adiciona-se a palavra: LIMITADA. Na clausula QUINTA adiciona-se depois das palavras TRIBUTOS CONTRA OS SOCIOS: "Aos quizes fica limitada a responsabilidade dos socios, proporcionalmente ás suas quotas".

E por assim haverem justo e contractado, mandaram lavrar o presente contracto, que vai escripto a machina, em tres vias, e assignado por todos os contractantes e mais as testemunhas respectivas, ficando cada grupo contractante com uma das vias e a terceira archivada no escriptorio em Porto Alegre.

Porto Alegre, 3 de maio de 1920  
pp. de José Rupp  
Henrique Rupp Junior  
Vicencio de Souza (Muller Filho)  
Henrique Rupp Junior  
Rudolph de  
M. S. de  
Antonio de Souza e Almeida

EM TEMPO e Aditamento. Em virtude de resoluçao posterior, declaramos que o Dr. Abelardo Luz deixa de fazer parte da presente Sociedade, cabendo a

26 FEV 21

ia do additamento do contracto

de 15 de setembro de 1919

por José Rupp

Cruzeiro - Peru

PIA:—Pro ter sido requerido verbalmente ao Sr. D. Procurador Fiscal da Fazenda Estadual, José Rocio Ferreira Bastos, certifico que revendo de ordem mesmo o livro de contratos N.º 10, nelle encontrei a Fls. 02, o termo de aditamento do theor seguinte:—Termo de aditamento ao contracto firmado em 15 de setembro de 1919 por José Rupp, transferido a Empresa Constructora e Colonizadora Oeste Catharinense Limitada.

Aos vinte e seis dias do mez de fevereiro do anno de mil novecentos e vinte e um, perante esta Secção do Contencioso do Thesouro do Estado de Santa Tharina em Florianopolis, compareceu a Empresa Constructora e Colonizadora Oeste Catharinense Limitada representada por seu procurador bastante Sr. Dr. Henrique Rupp Junior, conforme procuraç. ao exhibida e archavada neste Thesouro e por elle foi dioto vir assignar o presente aditamento de accordo com as ses enviadas pela Secretaria da Fazenda, o Portaria N.º.... de 26 de fev. do corrente anno, do Sr. Director deste Thesouro.

AUSULA 1a.:—A Direcção Geral da estrada de rodagem "Cruzeiro Passo Bormann" (via Xanzerê) passará por CRUZEIRO-PEPERY-GUASSU (Pepery-Guassú) seguindo pelo traçado melhor aconselhado para attender os interesses da zona percorrida a juizo do Governo.

AUSULA 2a.:—A Empresa Constructora e Colonizadora Oeste Catharinense Limitada mandará proceder o reconhecimento previo e geral da zona da questão devendo apresentar a Repartição competente as plantas e ordenamentos originaes afim de receber autorisação para mandar proceder aos estudos definitivos pelos pontos OBRIGADOS DE PASSAGEM, que a Directoria de Viação e Obras Publicas designar.

AUSULA 3a.:—Os estudos a que se refere a clausula anterior ficam sujeitos á approvação previa da Directoria de Viação e Obras Publicas e para tal fim exigirá a apresentaç. de plantas, perfis e cadernetas originaes que deverão estar de accordo com as instrucções contidas no Regulamento approvedo pelo Decreto N.º 31, de 19 de agosto de 1919.

AUSULA 4a.:—As pontes e vão livres superiores a 5m50 serão pagos de accordo com o projecto do orçamento que a Directoria de Viação e Obras Publicas organizar.

AUSULA 5a.:—Os primeiros cento e cincoenta kilometros a partir do Cruzeiro deverão ficar concluidos na data estipulada no contracto primitivo e os restantes cento e vinte aproximadamente até 30 de junho de 1924, salvo motivo de força maior a juizo do Governo.

AUSULA 6a.:—O prazo para colonizaç. das terras devolutas dadas em pagamento da rescisã. dos direitos de terceiros, será de quinze annos contar da data da assignatura do presente aditamento, a razão de 30 a 200 hectares por familia localizada, revertendo para o Estado, sem indemnisação alguma para o contractante, as que não tiverem sido colonizadas no prazo aqui estipulado, salvo caso de força maior a juizo do Governo.

AUSULA 7a.:—Os contractantes poderão desde já proceder a sua custa a discriminaç. e medição das terras que julgar necessarias para o pagamento da estrada ora contractada, figo para o pagamento n.º somente a estrada ora contractada, como da que estão construindo de Marval ao Rio Uruguay. Essas discriminações serão feitas nos termos da lei e regulamentos em vigor e por profissionais nomeados pela Directoria de Terras e Colonizaç. Approvedas pelo Governo as medições feitas regularmente, a Empresa contractante obterá os respectivos titulos de dominio depois da entrega das esquadras correspondentes, na forma do seu contracto e pago e que for devido.

AUSULA 8a.:—O Governo não fará outras concessões de terras devolutas no Municipio de Chapecô entre o rio Pepery-Guassú, Rio Uruguay e as terras já concedidas a mesma Empresa entre o Rio Chapecô e o Rio das Anas sem que a firma contractante seja primeiramente paga das estradas que construir de accordo com o seu contracto. Nesta zona o Governo reserva-se uma area de duzentos mil (200.000) hectares, sobre a margem esquerda do Pepery-Guassú e terá como base uma tangente com vinte kilometros a margem direita do Rio Uruguay, rio a lma, a contar da foz do mesmo rio Pepery-Guassú, dahi se extendendo no Norte. A Empresa contractante terá referencia de



concessão das referidas terras reservadas uma vez que o Governo resolveu desistir de compromissos tomados com terceiros, com relação às mesmas.

**LAUSULA 9a.:**-Caso no Município de Chapecó não existam terras devolutas suficientes para o pagamento das obras contractadas poderão os contractors requerer que as mesmas lhes sejam concedidas nos Municípios de Cruzzeiro, Porto União ou Curitibaanos, inclusive as terras devolutas da Fazenda do Rancho Grande e Sertãozinho, no Município de Cruzzeiro.

**LAUSULA 10.:**-O Governo designará um fiscal para exercer permanentemente a fiscalização da construção das estradas contractadas pela Empresa, devendo esta depositar por semestre adiantadamente a importância de Rs.1:500.000 (um cento e quinhentos mil réis), para pagamento de ajuda de custo ao mesmo fiscal.

**LAUSULA 11.:**-Para o effeito de pagamento do sello de 2% dá a este o valor de Rs.500:000:000 (quinhentos contos de réis). Esse pagamento será feito em prestações, sendo a primeira de Rs.5:000:000 (cinco contos de réis) no acto da assignatura deste additamento e o restante por occasião de ser expedido o primeiro titulo.

A vista do que se de accordo com a Portaria N.º.....de 26 de fevereiro de 1921, do sr. Director do Thesouro do Estado, mandou o sr. Dr. Procurador Fiscal, José Rocha Ferreira Bastos, lavrar o presente termo de additamento que assigna com a Empresa acima declarada, representada por seu procurador Dr. Henrique Rupp Junior, para todos os effeitos legais, depois de lido e achado em tudo conformes para fiel cumprimento. Eu, Ernesto Gonçalves da Silva, terceiro Escripturario do Thesouro do Estado, servindo nesta Secção do Contencioso, o escrevi. Sobre estampilhas estadual de valor de Rs.2:400 as assignaturas José Rocha Ferreira Bastos e pp. Henrique Rupp Junior. Era o que continha no dicto termo que aqui fielmente o transcrevi. Eu, Ernesto Gonçalves da Silva, terceiro escripturario do Thesouro do Estado servindo nesta Secção do Contencioso passei a presente certidão aos vinte e seis dias do mez de fevereiro de mil novecentos e vinte e um.

Secção do Contencioso em 26 de fevereiro de 1921.

O 3º Escripturario Ernesto Gonçalves da Silva.

**NOTA:**-No original continha sellos no valor de Rs.9:800, do Estado de Santa Catharina, devidamente inutilisados com a data e assignatura acima.

Nº 84 Exmº Sr Director do Tesouro do Estado.

Henrique Rupp Junior, advogado, requer a V.Ex se digne mandar dar-  
e, por certidão, ao pé deste, o inteiro teor do contracto de arrendamento  
das hervaes existentes em terras devolutas situadas, no municipio de  
Aspecó, entre os rios Pepery Guassu e Capetinga, contracto esse firmado por  
se Rupp, irmão do supplicante.

P.deferimento

Florianopolis, 12 de Março de 1919

assignº

Henrique Rupp Junior

sello do Estado de S.Catharina  
500 rs

*Jan. 1919  
amend. de envios.*

fficio, em observancia ao despacho no alto deste exarado, que revendo o li-  
de contracto sob o numero oito da Secção do Contencioso do Thesouro do  
do de Santa Catharina, n'elle as folhas numeros duzentos e cinco en-  
prei o contracto seguinte que fielmente transcrevo-Termo de contracto  
brado com José Rupp paara arrendamento dos herveaes existentes no  
Municipio de Chapecó, como abaixo se declara-Aos dez dias do mes de Janeiro  
mil novecentos e dezenove nesta cidade de Florianopolis capital do  
do de Santa Catharina compareceu n'esta Secção do Contencioso o Snr  
Ruppe e por elle foi dito que tendo contractado com o Governo do Estado,  
andar os herveaes existentes no Municipio de Chapecó vinha a este Thesouro  
assignar o respectivo termo, sob as seguintes clausulas.-Primeira-  
Estado, cede por arrendamento, a José Rupp, os herveaes existentes nas terras  
plutas encontradas na zona comprehendida entre os rios Pepery-guassú,  
Guy e Capetinga e linha divisoria do norte entre o estado de Santa Cathari-  
e do Paraná, no Municipio de Chapecó.-Segunda-O prazo do arrendamento é  
oito annos, a contar da assignatura do presente contracto, ficando o arren-  
dario com o direito de preferencia, em egualdade de condições no caso de  
novação.-Terceira-C contratante arrendatario obriga-se:(A) Apagar ao Es-  
tado a importancia de cento e sessenta(160)por arroba de quinze kilos de  
herva matte extrahida.(B)A pagar a taxa de 900(novecentos reis)arroba vigente  
anualmente sobre a herva matte concheada, no caso de exportação.-Essa taxa  
poderá ser alterada para mais durante as tres primeiros annos da vigencia,  
do contracto, nem para mais de (1.200)mil duzentos reis nos annos subsequentes,  
sendo entretanto, o arrendatario do beneficio de redução das taxas, se estas  
se diminuidas, genericamente em todo o Estado, para o mesmo producto.(C)A  
pagar ao Estado adiantamente, nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno a quan-  
tidade de 900.000(novecentos mil reis)a titulo de auxilio do serviço de fiaca-  
ção, que o Estado estabelecerá para averiguar o fiel comprimento do con-  
tracto.- (D) A exportar, no minimo, annualmente 50.000 arabas digo 50.000(cin-  
ta mil)arobas de herva matte concheada .(C)A cortar a herva matte sómente  
periodo de tempo decorrente entre 1ºde Fevereiro e 31 de Outubro de cada  
anno.Quarta-Caso o arrendario não produza nem exporte a quantidade de herva  
matte determinada na lettra (d)da clausulas procedentes ficara toda via, res-  
ponsavel pelo pagamento das taxas correspondentes a quantidade fixada.(Quinta)  
exportação e prepara da herva matte será systema barbaquá.(Sexta) A herva

tte extrahida que nao for pelo systema barbaquá ficará sujeita a taxa de  
 portação que vigorar para herva matte bruta. (Setima) A importancia das taxas  
 arrendamento e exportação será paga na Collectoria ou Agencia do Barracão  
 diante guia expedida em duplicata pelo fiscal que o Governo nomear.  
 itava) O arrendatario obriga-se a vigiar pela bõa conservação das mattas, im-  
 dindo sua devastação, podendo, entretanto, abrir por ella os caminhos que fo-  
 r necessarios e utilizar-se da lenha precisa ao Carijós.-(Nona) O presente  
 contracto nao permite ao arrendario oppôr embaraços de qualquer natureza a  
 inho, Estado ou Municipio, no direito que a estes assiste de providenciar  
 bre abertura de estradas, fazer concertos (digo) fazer concessões de terras  
 ra colonisação estabelecer nucleos colonias.-(Decima )-O arrendatario obri-  
 -se a manter os herveas em perfeito estado de conservação, podendo a arvora  
 r podada sómente de tres em tres annos.-(Decima primeira)-No caso de não  
 rem iniciados os serviços de exportação ou beneficiamentos de herva matte  
 e trinta de Junho do corrente anno, ficará este contracto, sem valor, perden-  
 o arrendatario em favor da Fazenda, a quantia ou quantias pagas de accordo  
 e a clausula 3ª lettra 6ªo deposito referido pela clausula 13ª.-  
 cima segunda) O pagamento da quantia de que trata a clausula 3ª lettra C  
 rrespondente ao primeiro semestre do anno corrente, poderás effectuado  
 30 de Março proximo vindouro, e de todas as outras de vera ser feito adianta-  
 mente no principio do semestre, sob pena de vencimento da obrigação e  
 scisao do contracto.-(Decima terceira)-Para garantiadeste contracto o arren-  
 tario depositara a quantia de 500.000 (quinhentos mil reis) o qual perde-  
 , no caso de caducidade ou rescisao do contracto, quer de sua parte quer  
 lo impedimento de qualquer obrigação nestas clausulas estabelecidas-  
 levantamento d'essa caução só poderás ser feito findo o contracto e ates-  
 do pelo fiscal o seu fiel comprimento.-(Decima quarta) O Estado nao ficará  
 rrigado a indemnisação alguma por effeito de bom ou máu exito de reali-  
 çao dos negocios referidos por este contracto.-(Decima quinta )-O valor  
 presente contracto é de 60:000.000 (sessenta contos de reis) e o imposto  
 2% sobre esse valor será pago adiantamente em quatro prestações semes-  
 aes a contar de 1º de Julho do corrente anno.-(Decima sexta)-O arrendatario  
 ca autourado a transferir o presente contracto a sociedade que organizar  
 terceiro, nao podendo aquella ou estes transferil-o por sua vez.-  
 cima setima-Ficam garantidos os direitos adquiridos por terceiros na zona  
 rendada.-Em visto do que, e de conformidade com o officio do Snr. Dr. Secre-

tario da Fazenda no qual acompanhou o respectivo contracto que foi acceito, mandou o Sr.Dr.Procurador Fiscal lavrar o presente termo de contracto, e de conformidade com o mesmo, assignando o Sr.Dr.Procurador Fiscal com o contrante José Rupp para os effeitos devidos, depois lido achando em tudo conforme para o fiel cumprimento-Eu, Ernesto Gonçalves da Silva 4º Escripturario do Thesouro do Estado servindo n' esta secção do Contencioso oescrevi-Era isto que continha o presente contracto que fiel transcrevi. Eu, Renato Lopes Rego 4ºescripturario o transcrevi. Secção do Contencioso em 13 de Março de 1919. Em tempo:-Na clausula 13ª em lugar da palavra impedimento deve entender-se inadimplemento.

Secção do Contencioso, 15 de Março de 1920

assignº

O Procurador Fiscal

sobre 16\$500 em sellos do Estado de Santa Catharina,

Exmo. S<sup>rs</sup>. Engenheiro Victor A. Peluso Junior,  
 H. D. Director da Directoria de Terras e Colonizaç<sup>o</sup>.

FLORIANOPOLIS

A "COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL", cumprindo o que determin<sup>o</sup> o Decreto-Lei n<sup>o</sup> 123 de 8 de Julho deste ano, tem a honra de apresentar-vos a presente exposiç<sup>o</sup>, relativa aos trabalhos realizados até agora sobre sua colonizaç<sup>o</sup>, nas terras adquiridas, por compra, ao Estado de Santa Catarina.

Essas terras, situadas entre os rios Chapecó e Antas, tributarios do rio Uruguay, que as separa do Estado do Rio Grande do Sul, eram deshabitadas, incultas e sem um metro de estrada que lhes desse acesso e, apenas, procuradas, nas margens dos rios, por exploradores clandestinos de madeiras, que devastavam as suas matas ha muitos deca<sup>o</sup>s.

Os egressos da Lei tambem ali se haviam, provindos dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Companhia Territorial Sul Brasil, tendo succedido á empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Limitada, iniciou a obra colonizadora, subdividindo uma primeira gleba que, partindo do rio Uruguay para o norte, abrange toda a largura da colonizaç<sup>o</sup>, contendo 3814 lotes coloniaes, 596 chacaras e 1465 lotes urbanos, todos com a area de 1.060.801.203 m<sup>2</sup>.

Nessa primeira area subdividida, foram reservadas espedes para futuras povoaç<sup>o</sup>es, e como que, durante os poucos anos de seus ingentes esforcos, já existem, atualmente, umas povoaç<sup>o</sup>es bem desenvolvidas - PALMITOS e SÃO CARLOS, com 70 á 80 casas de moradas cada uma, e oito ditas menos desenvolvidas - Cascalho, Passarinhos, São Domingos, Eracema, Cuih porá, Alh. Redonda, Agulhas e Saudades.

Palmitos e São Carlos possuem pequeno comércio nascente que, apesar da complexa legislação e, as vezes, excessivas exigências e tributações do fisco federal, estadual e municipal, próprios para centros comerciais prósperos, sólidos e adiantados, e não para regiões do interior do país, que recentemente estão se organizando, vai aumentando vagarosamente e suprindo as necessidades de seus habitantes.

A Companhia, apesar do seu imenso desejo de colonizar integralmente as suas terras e não tendo poupado esforços para conseguí-lo, só pôde localizar nas mesmas até agora cerca de 1.400 famílias, somando mais ou menos 6.000 almas. Em toda a colonização existem mil e tantas casas de moradias.

As pequenas indústrias tem tido o desenvolvimento proporcional ás fracas condições do meio, - mesmo assim, já existem 6 serrarias, 5 cooperativas, pequenas fabricas de varias indústrias, 12 moíndos de trigo e mil, 4 hotéis etc.

Para atender ás necessidades espirituais e culturais da colonia, existem ali 4 igrejas e 18 escolas primarias, sendo 4 ainda subvencionadas pela Companhia, o qual até certo tempo atrás subvencionava todas; no entretanto, ha necessidade de que o Estado proveja sobre a creação de novas escolas e, sobretudo, sobre a nomeação de professores brasileiros.

Em principio do corrente ano fundou-se em São Carlos um collegio para meninas, dirigido por freiras, tendo a Companhia tudo feito e facilitado para esse resultado.

Em 1926 a primeira grande gleba foi dividida em 26 "seções" ligadas por estradas vicinias ás povoações. As estradas gerais, e, naquella occasião, foram reabertas á esse Directoria, todas as plantas topograficas relativas aos serviços de agrimensura então realizados.

A Companhia continua colonizando uma parte dos lotes dessa primeira gleba, não tendo ainda necessidade de subdividir uma segunda.

A colonização estaria em outro estado de florescimento e progresso, si causas contrarias e fatores de força maior não ti-

t'vossen intervindo constantemente para impedi-lo. As sucessivas perturbações da ordem pública e a tensão de parcialidades políticas, que desencadeava odios e mantinha apreensões, desde 1923 até 1939, sobretudo no Estado do Rio Grande do Sul, de onde provinham, principalmente, os colonos que procuravam as nossas terras, foram o motivo primordial do retardamento da obra colonizadora.

Como agravantes desse estado de cousas, para consecução dessa obra de patriotismo, que requer socorro e ordem para poder desenvolver-se e que não pode, por sua própria natureza, ser executada em poucos anos, vem a enorme distância das vias de transporte - 200 kms. da Viação Ferrea do Rio Grande do Sul, e 250 kms. da Viação Ferrea São Paulo - Rio Grande, e, para localização de agricultores estrangeiros, a complexa legislação federal que, pode-se dizer, impede a entrada do braço aliegnico em nosso país.

Para conseguir o escoamento dos produtos da colonização, até o ano de 1937 subvencionava esta Companhia, muito onerosamente, os caminhões da firma Willy Stolz, de Santa Barbara, até as povoações de Palmitos e São Carlos e vice-versa, afim de os levar até a Viação Ferrea Rio Grandense; devido ao contrato feito, nesse ano, pela dita Viação Ferrea com a citada firma, para transportar os produtos dos municípios de Irahay e Palmeira até as suas linhas, a Companhia passou a subvencionar caminhões e ônibus, para o transporte de cargas e passageiros, da colonização até Irahay, onde é tudo despachado e transportado pela Viação Ferrea do Rio Grande do Sul.

A produção da colonização, além de cereais e outros produtos para seu consumo, exporta, principalmente, fumo e banha e, como índice do seu desenvolvimento, basta registrar que o ano passado exportou 320.000 quilos de banha e 450.000 quilos de fumo.

A Companhia mantém, além disso, com grande dispendio, balsas e rebocadores para assegurar o transporte nos diversos cursos d'água que cortam suas terras, e vultoso o rio Uruguay, onde as necessidades do transitó são mais exigentes e onde existe uma forte e nova balsa com a capacidade de transporte de 14 toneladas, e uma lanchoa de gasolina, para arrasta-la, tendo custado essa aparelhagem mais de 15 contos de réis. Para manter esse serviço, paga a Compa-



Companhia ao município de Chapacó, Rs. 500.000- anualmente, e ao d'ito de Irahy, Rs. 250.000- por semestre, com o título de arrendação do passo.

Para o fim de alojar colonos, nos primeiros dias de sua chegada ás nossas terras, mantém a Companhia 6 casas, situadas em suas diversas povoações, cuja conservação tambem é onerosa.

A Companhia vendeu até esta data aos seus colonos, 2.215 lotes rurais, 106 chacaras e 267 lotes urbanos, todos com a area de 580.698.990 metros quadrados.

Existem na colonização, entre estradas gerais e vicinaes, 425 quilometros construídos pela Companhia, cuja conservação é onerosissima, quer com o encascalhamento, quer com a construção e reconstrução de boeiros e pontalhões.

Medida, demarcada e subdividida a primeira grande global, conforme plantas existentes nessa Directoria, com a area de .... 1.060.881.203 m<sup>2</sup>, foi ella sendo colonizada e, de 1933 á 1937, o seu desenvolvimento pode ser verificado pelo seguinte modo:

<u>Ano</u>	<u>Numero de lotes</u>	<u>Area</u>
1933	20 lotes rurais	4.017.671 m <sup>2</sup> .
1934	8 lotes rurais 1 chacara 3 lotes urbanos	2.306.736 m <sup>2</sup> .
1935	14 lotes rurais 2 chacaras	5.574.536 m <sup>2</sup> .
1936	26 lotes rurais 2 chacaras 23 lotes urbanos	8.676.392 m <sup>2</sup> .
1937	46 lotes rurais 11 chacaras 9 lotes urbanos	11.781.945 m <sup>2</sup> .

A Companhia Territorial Sul Brasil mantém o escritorio desta Capital e o de Passarinhos, sede da colonização, onde existem fiscalia de matradas, mostradores de terras e o escritorio tecnico.

As relações anuais das alterações que tem havido na colonização, tem sido entregues ao Collector, em Passarinhos, para encaminhá-las á essa Directoria, conforme recibos archivados em nossos escritorios.

Exmo. Senhor Diretor: Apesar do desenvolvimento da colonização prometer crescer, embora lentamente, a Companhia Territorial Sul Brasil nunca conseguiu distribuir o menor lucro aos seus Acionistas, e, muito ao contrario, está onerada, nos estabelecimentos de credito, em quantias vultuosas, as quaes, com o capital dos Acionistas, estão invertidas na obra de colonização.

Para concluir, Exmo. Senhor Diretor, permite que junte é esta, uma cópia do discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Dr. Acolpho Konder, então Presidente desse Estado, proferido em Abril de 1929, quando visitou a colonização da Companhia Territorial Sul Brasil, o qual registra a impressão que recebeu e dá fiel testemunho da forma honesta pela qual vem a mesma executando o seu contrato. Esse discurso foi publicado no jornal "A Republica", dessa Capital, com a epigrafe - "Colonizar não é vender terras, é fazer o homem no solo", em 30 de Maio de 1929.

PORTO ALGRES, em 6 de Setembro de 1938.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

---

Diretor-Presidente

---

Diretor-Gerente

Exmo. Snr. General Etolomeu de Assis Brasil, digno. Intenventor  
 eral no Estado de Santa Catharina.

Respeitosos cumprimentos.

"COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL", empresa colonizadora, sociedade  
 monyma com sôde em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande  
 Sul, pede venia para vir á presença de Va. Excia. dizer o seguinte:

Em 1919 a hoje extinta "EMPRESA CONSTRUCTORA E COLONIZADORA  
 DE CATHARINENSE LIMITADA" firmou com o Governo do Estado de Santa  
 Catharina dois contractos para a construcção das estradas de Herval  
 ao Rio Canons e de Cruzeiro por Xanxero, com róta para o Oeste,  
 direcção para a fronteira argentina. Em 7 de Outubro de 1921 e 14  
 Janeiro de 1922 subscreveu a mesma Empresa dois outros contractos,  
 o ultimo com referencia a todos os anteriores e com os mesmos ob-  
 jectivos. Por estes contractos o Governo do Estado se obrigava a pa-  
 gar as obras feitas e recebidas com terras devolutas, na razão de  
 5000 rs. o hectare. Em virtude da execução desses contractos, rece-  
 beu a "Empresa Constructora e Colonizadora Oeste Catharinense Ltd."  
 o pagamento, em diversas épocas, terras situadas no municipio do  
 Itapicó, entre os rios das Antas e Chapecó (ex-Contestado) com a area  
 superficial total de 246.700 ha 4800 m2. ficando o Governo ainda á de-  
 ver á mesma Empresa a quantia de Rs. 250:7460180, credito este, devi-  
 damente processado e reconhecido pelo Governo e pagavel tambem em  
 terras devolutas na razão de 50000 o hectare.

Em 1925 sobreveio a liquidação da "Empresa Constructora e Coloni-  
 zadora Oeste Catharinense Ltd."

A "COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL" então, com approvação do  
 verno do Estado de Santa Catharina, adquiriu da Empresa em apreço,  
 por escriptura publica de compra e venda, lavrada em cartorio do Ta-  
 llião Dr. Cid Campos, em Florianópolis, em 26 de agosto de 1925,  
 todo o activo e Passivo da Empresa em liquidagão, inclusive, pois, o  
 credito acima mencionado de Rs. 250:7460180. >

Pelo exposto se deprehende clara e incontestavelmente que a  
 "COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL" é proprietaria legitima e definitiva  
 das terras acima descriptas, não podendo, pois, de forma alguma,  
 ser comparada ou confundida com empresas concessionarias.

A "COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL" sempre tem leal e lecidamente  
 operado ao lado da alta Administragão do Estado para o progress-

progresso e desenvolvimento do mesmo, do que concerne ao territorio e propriedade da Companhia.

Effectivamente, ha cinco annos, desde 1925, a Companhia Territorial Sul Brasil vem implantando e desenvolvendo a colonisação nas terras de sua propriedade, rasgando-as de norte á sul e de oeste á l este de innumeras estradas para automoveis e estradas vicinaes (de rodagem), localisando ali milhares de laboriosos agricultores e po bando desta forma uma grande zona do territorio catharinense, até então deserta e improductiva, formando assim uma operosa população, base da riqueza de um Estado e de boas fontes de receita.

A Companhia já localisou nas suas terras cerca de 600 famili- s de agricultores, na maioria riograndenses de origem allemã o ita- liana, representando cerca de 4.500 almas, cujo numero cresce inces- santemente na medida que os novos compradores vão se mudando para as colonias compradas. Sómente durante o anno vigente de 1930 foram pela Companhia localisadas mais ou menos 300 familias com cerca de .000 almas, estando promptos para se mudarem grande numero de co- lonos que já compraram terras com a obrigação de as cultivar e que estão preparando a sua transferencia.

Na execução do vasto programma de colonisação que a Companhia rasçou, já foram construidos e acham-se em trafego, para mais de 00 klms. de estradas para automoveis, cerca de 250 klms. de estra- das vicinaes, inclusive todas as necessarias obras de arte, estando outras projectadas e em construcção.

Todos estes serviços a Companhia executou, e está executando, em auxilio algum por parte do Governo ou onus para o mesmo, tendo á dispendido, até 30.11/1930, em construcção de estradas e obras de arte, importancia superior á 1.000:000\$000 rs. - valor que só em poucos municipios gastam sob esta verba.

No serviço de povoamento já foram organisadas as seguintes po- voações, todas em franca prosperidade, á saber: CASCALHO, PASSANI- EOS, PALMITOS, SÃO CARLOS, ILHA REDONDA e IRÓGLIA, estando em formação outras duas povoações.

Sob o patrocínio da Companhia foram installados neste territo- io

- 7 engenhos de serreria á vapor para fornecimento de ma- delras para as construcções dos colonos;
- 1 engenho para fabricação de açúcar;
- 1 olaria
- 2 cervejarias;
- 2 fabricas de bebidas sem alcool
- varios moinhos para cereas e
- grande numero de officinas de todos os officios.

lém disso existem nas diversas povoações

- 9 casas de negocios,
- 5 hotéis

Companhia mantem 4 hospedarias para imigrantes e subvenciona  
6 escolas e  
2 igrejas

lando ainda material e culturalmente pelo desenvolvimento das colônias.

Não obstante os reaes serviços prestados ao Estado, a Companhia Territorial Sul Brasil durante as administrações passadas foi sempre seguida pelo Governo Estadual, que sempre lhe mostrou manifesta vontade, o que já demonstra o facto que a Companhia sempre pagou o dobro de imposto territorial do que as suas congéneres no Estado, isto é, pagava sobre a base de 20\$000 rs. o hectare, quando outras empresas da zona pagavam sobre a base de 10\$000 rs. por hectare. Essa animosidade do Governo passado só desapareceu após a visita que o ex - Governador fez em Abril de 1929 ás nossas colônias, onde teve o prazer de apreciar de propria vista a magnifica obra da Companhia, e em poucos annos transformára o inhospito sertão, o fanigerado "Conestado", em prosperas linhas colonias bastante movimentadas. Não poude deixar de reconhecer o ex - Governador esta Companhia como a "única empresa colonisadora de facto existente no Estado" em confronto com outras empresas que chamou de "traficantes de terras". A visita teve como resultado a diminuição do imposto territorial e a publicação de um artigo no jornal "Republica", de Florianopolis, edição de 30/5/29, cujo artigo, muito lisonjeiro para a Companhia, a apresentava como "companhia modelar de colonização".

Seria de grande interesse da Companhia que V. Excia. mandasse a pessoa de confiança constatar a exactidão e veracidade do que se afirma.

Tudo isto posto, passamos agora para um caso que é objectivo principal da presente exposição.:

As medidas determinadas pelo novo Governo em telegramma-circular dirigido aos prefeitos provisórios, tabelliães e officiaes de imoveis do Estado, prohibindo terminantemente

"lavrare escripturas, fazer respectivas  
"transcripções registros imoveis que  
"importem alienação"

ida esta estensiva aos "concessionarios de terras do Estado", causou um grande alarme entre os moradores das nossas colônias e os nossos colonos que ainda não transferiram residencia para as suas terras adquiridas. Temem elles, embora sem razão, pelas suas posses adquiridas a custa de seu suor, e pelas economias accumuladas durante longos annos de pesado trabalho nas roças. Confundem elles esta Companhia, que colonisa terras particulares, com empresas de character concessivo, o que prejudica moral e materialmente tanto a Companhia como o proprio Estado.

em porisso a "COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL" pelo seu Director-  
idente abaixo firmado, solicitar á Va. Excia. se digno mandar  
arar officialmente, que as medidas ordenadas no citado telegram-  
ircular não se referem á ella.

211

Com profundo respeito e alta admiração

De Va. Excia.

attos. crdes. obros.

COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

DIRECTOR-PRESIDENTE

DECLARAÇÕES

212

## BRASIL DEVELOPMENT &amp; COLONISATION

## COMPANY

Deante de publicações que não sido feitas, em varios jornaes do Sul, com o visivel intuito de perturbarem os nossos serviços de colonisação nas terras especialmente, do Pepery e Chapecó, que nos pertencem, por contracto firmado com o Governo do Estado, em 7 de janeiro ultimo, não querendo a nossa Companhia estar a cada momento respondendo publicações tendenciosas, partam d'onde partirem, contudo, quando ás referencias feitas, pela Oeste Catharinense, ao assumpto, queremos, de uma vez por todas esclarecer o ponto que aquella Empresa julga obscuro ou faz, propositadamente obscuro.

Em 7 de janeiro deste anno foi lavrado, perante o Governo do Estado, com a Brasil Development & Colonisation Company um contracto de concessão de terras para fins de colinição.

Em 14 de janeiro tambem deste anno, foi lavrado, um outro contracto, entre a Oeste Catharinense e o Estado, - não um contracto de concessão de terras, e sim, um contracto para construcção de estradas.

Por este segundo contracto, o Governo promete pagar taes estradas, em terras situadas em taes ou quaes zonas - respeitados direitos de terceiros.

Conseqüentemente a Oeste Catharinense - é absurdo suppor-se - não poderá pleitear terras, como pagamentos ás suas estradas, onde sobre taes terras já existem direitos adquiridos.

E' exactamente o caso.

As terras do Pepery e Chapecó pertencem ao primeiro contracto que é da Brasil Development & Colonisation Company, firmado em 7 de janeiro ultimo.

Logo sobre ellas não pode valer um contracto, firmado em 14 de janeiro ultimo (7 dias depois) e no qual existe uma clausula: ficar salvaguardados os direitos de terceiros.

Esta é a verdade, que nem precisaria de registro, se não fossem as publicações tendenciosas, ás quaes, pela ultima vez, nos referimos.

Florianopolis, 10 de abril de 1922.

(Assinado) Edgar A. ...

Director ...

(Copiada da "IMPRESA OFFICIAL" do Estado de Santa Catharina, Florianopolis, 20 de abril de 1922.  
Nº 1039)

# COMPANHIA TERRITORIAL SUL BRASIL

Séde: PORTO ALEGRE \* Rua 15 de Novembro N.º 83

ADMINISTRAÇÃO: CASCALHO - CORREIO: VIA ESTAÇÃO SANTA BARBARA

213

ENDEREÇO TELEGRAPHICO: „COLONO“ — ESTADO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

COPIA

Contr. 521?

Cad. fls. 95  
p. 521

## D E C L A R A Ç Ã O.

Pela presente certificamos de termos lavrado hoje com o intruso, Sr. Timothéo Alves da Silva, o contracto N.º 521V (que fica archivado em nosso escriptorio-central em Porto Alegre) sobre o lote colonial de N.º 41, na secção Chapecó, com a area de 264.800 m<sup>2</sup>., sendo 242.000 m<sup>2</sup> por preço de intruso de Rs. 1:250\$000 e 22.800 m<sup>2</sup> á razão de 12,8lrs. p. m<sup>2</sup>. por - Rs. 292\$100, perfazendo um total de Rs. 1:542\$100, quantia, que o contractante-comprador pagou á nossa Companhia á vista, sem desconto.

OBSERVAÇÃO: Assignou o snr. Cincinato A. Peretti em lugar de Timothéo Alves da Silva (a rogo), por este declarar, de não saber ler, nem escrever. - - - - -

C a s a l h o, aos 12 de Fevereiro de 1929.

*[Signature]*

Comp. Territorial Sul Brasil

*[Signature]*

Director Gerente



7

LIGEIRAS REFLEXÕES SOBRE OS CONTRACTO DO GOVERNO  
DO ESTADO DE SANTA CATHARINA COM A EMPREZA CONSTRU-  
CTORA E COLONISADORA OESTE CATHARINENSE LTD., EM CON-  
FRONTO COM O CONTRACTO, DO ALLUDIDO GOVERNO COM A BRA-  
SIL DEVELOPMENT AND COLONISATION COMPANY.

rar, tão somente, o contracto de 14 de janeiro de 1922. Ha n'elle  
mais a notar as seguintes clausulas:

1ª - O Governo do Estado de accordo com a Empresa, mandará medir todos os trabalhos feitos, até a presente data, nas estradas de rodagem do Herval Velho a Canoas e Cruseiro - Pepery; trabalhos estes que paga em terras devolutas, situadas no Município de Chapecó, entre os rios Chapecó e Antas, em continuação ás terras da mesma Empresa, na razão de 5.000 o hectarçs, conforme contractos relativos aquellas estradas, anteriormente celebrados, os quaes assim ficam terminados.

Diz mais o referido contracto, na clausula 3ª:

4ª A area que ficou definitivamente combinada caber á Empresa, conforme accordo previo entre o Governo do Estado e a mesma Empresa, em virtude de contractos já existentes, é de duzentos mil hectarçs (200.000<sup>ha</sup>), situados entre os rios Chapecó e Antas e terras da mesma Empresa, em continuação a estas, area esta, que não poderá ser objecto de pretensões de parte da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e, não só estas, como também as terras que a Empresa já adquiriu e que possa adquirir, de accordo com o presente contracto, dando assim por definitivamente terminada toda e qualquer duvida a respeito. Caso os trabalhos medidos nas estradas de Herval-Velho a Canoas e Cruseiro-Pepery, não sejam sufficientes para o pagamento da area acima mencionada, este pagamento será completado com os trabalhos da estrada

de rodagem a que se refere o contracto de 7 de outubro de 1921.

Pelo que vimos de expor acima, teve o Governo em vista terminar a empreitada que mantinha com a Empresa, ficando, claramente determinado como deveria ser feito o respectivo pagamento, aliás já indicado de modo insufficiente em todos os contractos anteriores.

O que é ineludível é que pelo contracto de 14 de janeiro de 1922 receberia a Empresa, desde logo, uma area de 200.000 hectares, geographica e geometricamente localisada: „em continuação á gleba já pertencente á Empresa, com 46.70% hectares e 4.800 metros quadrados e os rios Chapecó e Antas, e, se por ventura essa mesma area de 200.000 hectares não fosse sufficiente para saldar o haver da Empresa, pagaria, n'este caso o Governo, ainda nas mesmas terras, com a mesma localisação, n'aquelle perimetro, o que fosse ainda necessario para saldar o seu debito.

Resulta do que vimos de expender que, com relação ás terras do Chapecó, notadamente entre as comprehendidas pelos rios Uruguay, Antas e Chapecó existe, accentuadamente a resolução de que devem, de preferencia a outras quaesquer, ser transferidas á Empresa, na justa proporção dos pagamentos que lhe hajam de ser feitos.

E, ainda este proposito accentua-se, de modo flagrante e até imperativo, se perlustramos todos os contractos da Empresa, a partir do mais antigo, datado de 15 de setembro de 1919.

N'elles leem-se as seguintes clausulas:

"Clausula 5<sup>a</sup> do contracto de 15/9/1919. A estrada  
 "será paga á razão de Rs. 50000 o metro linear  
 "etc... Esse pagamento será feita em terras devo-  
 "lutas situadas no Municipio de Chapecó a começar  
 "das margens do Rio Uruguay etc.

"Clausula 14<sup>a</sup> do contracto de 15/9/1919. Na zona  
 "comprehendida entre o rio Chapecó e das Antas, a  
 "que se refere a clausula 5<sup>a</sup>, o Governo não concê-  
 "derá terras a terceiros, antes de terminar a cons-  
 "trução das estradas etc....

"Clausula 3<sup>a</sup> do additamento ao contracto de ----  
 "15/9/1919, de 26 de fevereiro de 1921. O Governo  
 "não fará outras concessões de terras devolutas  
 "no Município de Chapecó entre o rio Pepery-Guas-  
 "sú, rio Uruguay e as terras já concedidas á mesma

"Empresa, entre o rio Chapecó e o rio das Antas  
 "sem que a firma contractante seja primeiramente  
 "paga das estradas que construir.

"Clausula 8<sup>a</sup> do additamento de 26 de fevereiro de  
 "1921 do contracto de 15/9/1919. O Governo não fa-  
 "rá outras concessões de terras devolutas no Muni-  
 "cipio de Chapecó, entre o rio Pepery-Guassú, Rio  
 "Uruguay e as terras já concedidas á mesma Empre-  
 "za entre os rios Chapecó e o das Antas sem que a  
 "firma contractante seja primeiramente paga das  
 "estradas que construir.

"Clausula 9<sup>a</sup> do contracto de 13 de julho de 1920..  
 "O pagamento dos trabalhos será feitos em terras  
 "devolutas situadas nos Municipios de Crusciro e  
 "Chapecó, á razão de Rs. 10000 por hectare.]

"Clausula 9<sup>a</sup> do contracto de 7/10/1921. Pela sua  
 "parte o Governo obriga-se a pagar ao contractan-  
 "te a quantia de Rs. 7:500:000 em terras devolu-  
 "tas no Município de Chapecó.

"Clausula 2<sup>a</sup> do contracto de 14 de janeiro de 1922.

"O Governo do Estado, de accordo com a Empresa, mandará medir todos os trabalhos feitos até a presente data, nas estradas de rodagem do Herval-Velho ao rio Canoas e Cruceiro a Pepery, trabalhos estes que paga em terras devolutas situadas no Município de Chapecó, entre os rios Chapecó e Antas, em continuação ás terras da mesma Empresa etc..."

Assim, pois, por essa série de clausulas e ainda por diversos topicos do ultimo contracto, datado de 14 de janeiro de 1922, fica entendido, de modo peremptorio, que a Empresa tem direito não só a outras, mas de preferencia ás terras de Chapecó, localizadas entre os rios Uruguay, Antas e Chapecó, até que sua empreitada esteja inteiramente solucionada, emanando esse direito da clausula

15.<sup>a</sup> do contracto de 14 de janeiro de 1922, que assim resu: "A Empresa renuncia nos direitos que lhe cabem pelos seus contractos até a presente data, reservando os constantes do presente, sobre os restantes das terras devolutas do Chapecó e Pepery, depois de possuir o titulo definitivo e liquido de dominio perpetuo das terras a que o presente contracto allude, nas clausulas 3.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> e da area cujo titulo possui, livre e desembaraçadas de qualquer onus, que, em compensação da renuncia acima, o Governo do estado lhe mandará expedir na occasião em que a Empresa o requerir".

Ve-se pois claramente, que a Empresa assiste todo o direito, não só a outras, como especialmente sobre as terras situadas entre os rios Uruguay, Antas e Chapecó, até que <sup>tenha sido</sup> paga de tudo

quanto lhe esteja a dever o Governo do Estado de Santa Catharina, e, n'esse particular não se quera pretender que o contracto entre a Brasil Development Company e o Governo do Estado de Santa Catharina, datado de 7. de janeiro de 1922, possa vir a perturbar de qualquer forma o livre exercicio d'esse direito, visto como no referido contracto, adstricto ás concessões de terras que

*the* foram feitas, ha a dupla restricção:

- 1º) - a que adduz a circumstancia de ficarem a salvo direitos de terceiros, como o é a Empresa (clausula 1.<sup>a</sup> do contracto de 7/1º/922);
- 2º) - a que se relaciona com o facto que occasionalmente possa sobrevir, da diminuição de quaesquer das areas concedidas á Brasil Development, caso em que será compensada com outras areas perfeitamente equivalentes (clausula 7/1º/922).

De accordo pois com tudo quanto acima ficou expellido, tira-se a interpretação irrefragavel dos contractos da Empresa com o Governo do Estado de Santa Catharina, em concomitancia com o contracto entre o mesmo Governo e a Brasil Development Company, referindo que esses contractos „asseguram á Oeste em continuacão dos ... 46.000 hectares, em que começou as suas installações, fundando a villa Oeste, e entre os rios Chapecó e Antas, inconcutivel direito não só aos 200.000 hectares, tão claramente situados, nos ter-

mos da clausula 3<sup>a</sup> do contracto de 14 de janeiro de 1922, como  
 tambem a receber o que possa faltar para seu integral pagamento,  
 na base contractual, em terras situadas nos municipios de Cruscir-  
 ro e Chapecó, e preferentemente á margem direita do rio Chapecó,  
 em continuação das que a Empresa já possui naquelle rio. 25

Para illustrar o assumpto d'esta exposiçáo, fizemol-a acompanhar  
 de uma planta, na qual se vém as duas glebas já concedidas á  
 Oeste Catharinense, com as superficies de 46.707 hectares e ----  
 4.800 metros quadrados e a outra com 200.000 hectares e ainda  
 as terras, na mesma successáo, que serão transferidas á mesma Em-  
 presa Oeste até que o Governo de Santa Catharina haja satisfei-  
 to, por completo, o seu debito para com ella.

*Victor Meigs, 12 de Novembro de 1923*  
*Adalberto de Moraes*

*Adalberto de Moraes*

(discurso proferido em abril de 1929 pelo  
Presidente Fonder, em Cascachlo)

meus Senhores:

Percorrendo o domínio territorial da Companhia Territo-  
rial Sul Brasil, tive a tenho a grata oportunidade de constatar a manei-  
ra honesta e inteligente por que esta empresa se vem desempenhando a  
sua missão colonizadora.

Em contrario á pratica geralmente seguida, em nosso Es-  
tado - e por tudo o pertudo condenavel - a Sul Brasil não fez de seu  
territorio um balcão para traficar em terras.

Não se registra aqui - como succede ailleurs - a burle do  
aliciamento do colono, com falazes promessas, para, depois de colhido,  
joga-lo no inhospito sertão, sem condições que lhe permitam o acesso  
à gleba adquirida e sem meios de vencer as dificuldades de adaptaçõ  
à rova e ruda ambiência.

Rasgando o ventre da terra, em todas as direções, cru-  
zou-se aqui e além estradas excelentes. Ha escolas e ha igrejas, não  
faltando nem mesmo a necessaria aparelhagem tecnica para iniciar aos  
recém-vindos o melhor caminho a seguir no aproveitamento dos terrenos  
adquiridos.

Compreenderam bem os directores dessa empresa que colo-  
nizar é mais obra de irradiação cultural, do que um processo facil de  
aferrrolhar dinheiro.

De facto - assim é e assim deve ser.

Sí, como asseverou Alberdi - "governar é povoar" - os  
que tomam a sí a empreitada de encher os desertos, cumprem, tambem, com  
o governo do sólo: ha tarefa de ulcance coletivo, compartilhando  
destarte dos encargos inerentes aos dirigentes da coisa publica.

Colonizar não é, pois, apenas, vender terras - é fixar  
o homem no sólo!

Este trabalho de fixação do sólo supõe e exige a co-  
existência de condições indispensaveis para assegurar ao migrante ele-  
mentos de vida e successo: - venda da terra a preço razoavel; rodovias  
que facilitem o escoamento das riquezas produzidas; organização comer-  
cial que permita a collocação compensadora dos productos colhidos e ainda  
amparo financeiro estético ao lavrador local'zação.

O fracasso de muitas das nossas empresas colonizadoras  
deve-se certamente á miopia de seus dirigentes, que, por espirito de  
ganancia, não cuidam de prover os nucleos abertos dos factores de exito  
apontados, limitando-se ao simples e odioso e condenavel comercio do  
sólo. Visam apenas o lucro imediato, obtido com a transferencia de ter-  
renos comprados a preços irrisorios. Mas isso não se chama colonizar -  
chama-se mascarar em terras, genero de comercio que não pode merecer  
simplicia nem respeito.

Simplicia e respeito, merecem, sim, as empresas que, á  
semelhança da Sul Brasil, objetivam a alta e patriótica tarefa de ex-  
pender a cultura humana, através ermos e desconhecidos territorios - "se-  
necendo terras e povoando o sertão".....

O surpreendente successo de São Carlos, Belitios e Cascachlo,  
povoados que, como por encanto, estão a brotar ás margens do Uruguay,  
prova o certo desajustado politica da gleba, que desajuria ver por to-  
da a parte triunfante, para castigo dos mascetes de terras e para fortuna  
do Estado, por cujo engrandecimento todos temos o dever de trabalhar  
resolutamente, porfiradamente, patrioticamente.

(Transcrito do jornal "Republica" de Florianopolis,  
edição de 30/5/1929, onde fo' publicadao mandado do  
proprio Presidente do Estado.)





O(s) imóvel(éis) acima descrito(s) é (são) de propriedade da *Promitente vendedora*, que o(s) possui livre(s) e desembaraçado(s) de qualquer ônus, não pesando sobre o(s) mesmo(s) outra servidão além das previstas em Lei, e faz(em) parte de um todo maior loteado na conformidade do Decreto-Lei, n.º 58 de 10.12.1937, consoante inscrição no Livro Auxiliar n.º 8 do Registro de Imóveis de Chapecó, sob n.º 1 em 17 de Junho de 1938 e Registrado sob n.º 3.586 x:x:x Livro 3 "C" em data de 22.02.1938 - Fla.

*Segundo* - O preço da venda do(s) imóvel(éis) acima descrito(s) é de Cr\$ 1.875 x:x:x:x:x:x:x:x:x) Hum mil oitocentos e setenta e cinco -/ cruzeiros x:x) que o (s) *Promitente(s) Comprador(es)* se obriga (m) a pagar à *Promitente Vendedora* da seguinte forma:

a) Cr\$ 755,00 x:x:x:x:x (setecentos e cinquenta e cinco cruzeiros x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x:x) neste ato, como sinal e princípio de pagamento, do que a *Promitente Vendedora* dá quitação.

b) E o restante, na importância de Cr\$ 1.120,00 x:x:x:x (hum mil cento e vinte cruzeiros), mediante a emissão de 4 letras de Cambio, - de Cr\$ 280,00 cada uma, vencíveis em 31.03.75, 30.11.75, 28.02.76 e 31.05.76 nos escritórios da *Promitente Vendedora*, em Maravilha.

*Terceiro* - Quando o(s) *Promitente(s) Comprador(es)* houver (em) efetuado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do total do preço estipulado na cláusula acima, ser-lhe(s)-a entregue a posse direta do(s) imóvel(éis) prometido(s) vender, passando então a ocupá-lo (s) em nome da *Promitente vendedora* até o final pagamento do preço, tornando-se responsável(is) pela guarda e uso do(s) imóvel(éis), bem como pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer tributos ou ônus fiscais ou parafiscais que incidam sobre o(s) mesmo(s).

*Quarto* - Por qualquer atraso no pagamento do preço estabelecido na cláusula segunda, ficará(ão) o (s) *Promitente(s) Comprador(es)* sujeito(s) ao juro de 12% (doze por cento) ao ano, ressalvado sempre à *Promitente vendedora* o direito de, vencida e não paga qualquer prestação de preço, considerar o contrato rescindido 60 (sessenta) dias depois de constituído(s) em mora o(s) *Promitente(s) Comprador(es)*, na forma da legislação vigente, perdendo este(s) as arras dadas, ou se já estiver(em) ocupado o imóvel, as importâncias pagas, a título de indenização pela ocupação da mesmo, perdendo ainda quaisquer benfeitorias ou constru-

ões que haja(m) feito no(s) imóvel(eis) se, quando a estas, não forem removidas o prazo de 90 (noventa) dias, eximida a *Promitente vendedora* do pagamento de indenização por qualquer título.

*Quinto* - Se, por qualquer circunstância, fôr verificada diferença de área superior a 1/20 (hum vinte avos) da extensão total enunciada na cláusula primeira será tal diferença indenizada em dinheiro, na base do preço estabelecido neste contrato, sendo a falta, de responsabilidade da *Promitente vendedora* e a sobra, e responsabilidade do(s) *Promitente(s) Comprador(es)*.

*Sexto* - O(s) *Promitente(s) Comprador(es)* se obriga(m) a observar, no que tange à área descrita neste instrumento, tôdas as disposições legais, tanto presentes como futuras, relativas a colonização, imigração e florestamento ou reflorestamento.

*Sétimo* - Em caso de cobrança judicial do débito do(s) *Promitente(s) comprador(es)*, ficarão este(s) sujeitos à cláusula penal de 15% (quinze por cento) do respectivo montante.

*Oitavo* - Cumpridas tôdas as obrigações do(s) *Promitente(s) comprador(es)*, ser-lhe(s)-a outorgada pela *Promitente vendedora*, a escritura definitiva de compra e venda, ficando aqueles obrigados a recebê-la dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de intimação judicial para esse fim, sob pena de ser(em) depositado(s) o(s) imóvel(eis) por conta e risco do(s) *Promitente(s) Comprador(es)*, que responderá(ão) pelas despesas judiciais e custas do depósito.

*Nono* - Correrão de conta do(s) *Promitente(s) comprador(es)* tôdas as despesas e tributos relacionados com esta promessa e com a escritura de compra e venda.

*Décimo* - Todas as madeiras aproveitáveis para serragem eventualmente existentes no imóvel objeto do presente Contrato de Promessa de Compra e Venda, ficam pertencendo à *Promitente vendedora*, Companhia Territorial Sul Brasil, qualquer que seja seu número, que os retirará, por si ou por terceiros de sua indicação, e quando julgar conveniente.

*Decimo primeiro* - O(s) *Promitente(s) Comprador(es)* aceita(m) o fôro da Cidade de Maravilha-SC para qualquer questão oriunda deste Contrato, podendo, entretanto, a *Promitente vendedora*, se assim lhe convir, optar pelo fôro do domicílio daquele(s).

E, por estarem assim combinados e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, para todos os efeitos, na presença de duas testemunhas, depois de lido e achado conforme.-

Maravilha (SC), 20 de Maio de 1975

*[Handwritten Signature]*  
Companhia Territorial Sul Brasil

Testemunhas:

*[Handwritten Signature]*  
.....  
.....

*[Handwritten Signature]*  
.....  
Promitente comprador